

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG MARCELO GOUVEIA GÓES

A GEOPOLÍTICA DA AMÉRICA LATINA PARA A ANTÁRTICA:
UMA PROPOSTA DE BLOCO REGIONAL MULTILATERAL.

Rio de Janeiro

2023

CMG MARCELO GOUVEIA GÓES

A GEOPOLÍTICA DA AMÉRICA LATINA PARA A ANTÁRTICA:
UMA PROPOSTA DE BLOCO REGIONAL MULTILATERAL.

Tese apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM-1) Emilio Reis Coelho.

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2023

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

**ASSINATURA PELO GOV.BR
(LOCAL DA CHANCELA)**

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador de Dissertação no C-EMOS 2016 e Instrutor da disciplina “Geopolítica” na Escola de Guerra Naval, Capitão de Mar e Guerra (RM-1) M.Sc. Leonardo Faria de Mattos, pelo pequeno *insight* para o desenvolvimento deste trabalho, que acarretou em uma nova oportunidade de poder ampliar meus conhecimentos nos assuntos relativos à Antártica, mormente aqueles relacionados com as RAPAL.

Ao meu orientador da presente Tese e Companheiro da Turma “Almirante Ary Parreiras”, Capitão de Mar e Guerra (RM-1) M.Sc. Emilio Reis Coelho, pelas orientações acadêmicas formuladas no decorrer desta pesquisa, bem como pela Amizade longa e duradoura desde os tempos vividos na inesquecível Enseada Batista das Neves.

Ao Capitão de Fragata (RM-1) M.Sc. Obara Barbosa Nagashima, Instrutor da disciplina “Metodologia Científica”, por todo apoio e pelo incansável auxílio a todos os Oficiais-Alunos que demandaram vossa atenção, bem como pela valiosa e detalhada revisão realizada neste singelo trabalho acadêmico.

Aos companheiros do Curso de Política e Estratégia Marítimas de 2023 (C-PEM 2023), pela Amizade que pudemos construir ao longo desse ano de intensas atividades acadêmicas, bem como pelos diversos momentos de descontração que juntos compartilhamos nas viagens, almoços, encontros e demais eventos sociais.

Ao meu Saudoso Pai Góes, pela constante inspiração, que sempre me motivou a seguir em frente. Em sua memória, busco sempre tentar atingir um bom desempenho acadêmico, como singela forma de gratidão ao exemplo de homem que você foi. “Um dia a gente vai se encontrar”.

À minha amada Mãe Graça, pelo constante apoio nos diversos momentos da minha carreira. Obrigado pelo seu amor e eterno carinho!

Aos meus irmãos, Aloisio, Carlos e Adelson, que sempre torceram pelo meu sucesso profissional, a minha sincera gratidão.

À minha amada Gisele, esposa e companheira, por todo seu carinho e cuidado, especialmente naquele sombrio período de 2021, no qual pude refletir sobre o quão somos frágeis e que o futuro a Deus pertence. Muito obrigado por tudo! A Vida é Hoje!

Por fim, um agradecimento especial a Deus, que me proporcionou saúde e perseverança, aspectos fundamentais para que eu pudesse desenvolver esta Tese, culminando com o trabalho ora apresentado.

RESUMO

O objetivo da pesquisa visa identificar os fundamentos da Geopolítica bem como descrever os conceitos teóricos do Realismo e do Neoliberalismo, no contexto das Relações Internacionais, de forma a compreender os interesses dos Estados na Antártica. Na sequência, foram estudadas as características físicas e geoestratégicas da Antártica e a criação e composição do STA. Ampliando a abordagem, foi também conduzida uma análise documental acerca da genealogia e estruturação das RAPAL, bem como realizada a descrição dos interesses geopolíticos dos principais países membros desse fórum em relação ao Continente Branco. Baseado nos pressupostos das teorias do Realismo e do Neoliberalismo, bem como suas interações com a Geopolítica, foram identificadas as posturas adotadas pelo Brasil, pela Argentina e pelo Chile em relação ao Continente Austral, desde seus primeiros contatos com aquela região, passando pelo Tratado da Antártica e a estruturação do STA, até o início de 2023. No decorrer da presente pesquisa ficou evidenciado que a Antártica, por ter sido o último continente a ser descoberto pelo homem e sobre o qual ainda não existem definições de soberania e de divisão política relativo ao seu vasto território, é alvo de cobiça de diferentes países, sejam eles motivados por questões econômicas, científicas ou territoriais. Sob o olhar da Geopolítica, foi demonstrado que existe um suporte teórico adequado para justificar os interesses dos Estados por novos territórios, a exemplo da Antártica. Suas riquezas naturais e seus diversos recursos minerais, já mapeados ou não, além da sua relevante característica geoestratégica, conferem ao Sexto Continente uma singular atratividade para as aspirações geopolíticas estatais, sob a lente da corrente teórica do Realismo, já que esta enfatiza a competição e o conflito como suas características fundamentais. Por outro lado, a teoria do Neoliberalismo, fornece uma distinta perspectiva sobre as dinâmicas de atuação dos Estados em relação ao Continente Gelado, uma vez que ressalta a importância da cooperação e das instituições internacionais para promover a paz e a prosperidade global, a exemplo do que atualmente são o Tratado da Antártica e o STA, bem como as RAPAL. Decorrente dos estudos conduzidos e das análises efetuadas, concluiu-se que existe uma suficiente solidez de similaridades de interesses geopolíticos dos Estados estudados, a ponto de ser proposta uma remodelagem das RAPAL, passando de um fórum de administradores dos programas antárticos para o estabelecimento de um bloco regional latino-americano de atuação multilateral junto ao STA, qual seja o BRAPAL. Assim sendo, o BRAPAL pode vir a se tornar a ferramenta adequada para a defesa dos interesses nacionais em relação ao Sexto Continente, garantindo dessa forma a consecução dos Objetivos Nacionais Antárticos.

Palavras-chave: Geopolítica. Realismo. Neoliberalismo. Antártica. RAPAL. Brasil. BRAPAL.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Aspectos relevantes dos Estados estudados em relação à Antártica.....	85
--	----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da Antártica.....	102
Figura 2 – Mapa da Antártica.....	102
Figura 3 – Vista de Topo da Antártica com defrontação aos oceanos.....	103
Figura 4 – Rotas Marítimas.....	103
Figura 5 – Mapa Ilustrativo das Reivindicações Territoriais na Antártica.....	104
Figura 6 – Mapa Ilustrativo das Reivindicações Territoriais na Antártica.....	105
Figura 7 – Logomarca das RAPAL.....	106
Figura 8 – Corveta “Parnahyba”.....	106
Figura 9 – Setores da Teoria da Defrontação.....	107
Figura 10 – Projeção Global dos Setores da Teoria da Defrontação.....	108
Figura 11 – NApOc “Barão de Teffé” e Navio “Professor Wladimir Besnard”.....	109
Figura 12 – Primeiro hasteamento da Bandeira do Brasil na Antártica.....	109
Figura 13 – Capa da Ata da V Reunião Especial Consultiva do Tratado da Antártica.....	110
Figura 14 – Trecho da Ata da V Reunião Especial Consultiva do Tratado da Antártica.....	110
Figura 15 – Localização da EACF – Ilha Rei George – Arquipélago das Shetlands do Sul.....	111
Figura 16 – NApOC “Ary Rongel” operando na Antártica.....	111
Figura 17 – NPo “Almirante Maximiano” operando na Antártica.....	112
Figura 18 – Incêndio ocorrido em 2012 nas instalações da EACF.....	112
Figura 19 – Incêndio ocorrido em 2012 nas instalações da EACF.....	113
Figura 20 – Novo helicóptero UH-17 (H-135) realizando seu primeiro voo na Antártica.....	113
Figura 21 – Nova EACF.....	114
Figura 22 – Imagem ilustrativa do futuro NPo “Almirante Saldanha”.....	114
Figura 23 – Aeronave C-130 Hércules da FAB operando na Antártica.....	115

Figura 24 – Avião KC-390 após realizar seu primeiro lançamento de carga na Antártica.....	115
Figura 25 – Módulo científico “Criosfera I” instalado na Antártica.....	116
Figura 26 – Módulo científico “Criosfera II” instalado na Antártica.....	116
Figura 27 – Posicionamento dos módulos científicos “Criosfera I” e “Criosfera II”	117
Figura 28 – Alferes José María Sobral, da Armada Argentina.....	117
Figura 29 – Corveta “ARA Uruguay”, da Armada Argentina.....	118
Figura 30 – Transferência para a Argentina do Observatório da Ilha Laurie.....	118
Figura 31 – Base “Orcadas” da Argentina.....	119
Figura 32 – Decreto Lei nº 2.191/1957 da Argentina.....	119
Figura 33 – Mapa bi-continental da Argentina.....	120
Figura 34 – Inauguração do Destacamento Naval de <i>Melchior</i>	120
Figura 35 – Navio quebra-gelo “ARA General San Martin”, da Armada Argentina.....	121
Figura 36 – Setor Antártico Argentino e Bases Científicas argentinas na Antártica.....	121
Figura 37 – Expedição ao Polo Sul realizada em 1962 pela Aviação Naval da Argentina.....	122
Figura 38 – Navio quebra-gelo “ARA Almirante Irizar” operando no Mar de Weddel.....	122
Figura 39 – Declaração Conjunta sobre a Antártica realizada entre a Argentina e o Chile...	123
Figura 40 – Mapa ilustrativo do Setor Antártico Argentino.....	124
Figura 41 – Aviso “ARA Islas Malvinas” operando na Antártica.....	125
Figura 42 – Aviso “ARA Puerto Argentino”	125
Figura 43 – Aviso “ARA Estrecho San Carlos”	126
Figura 44 – Navio Transporte “ARA Canal Beagle”	126
Figura 45 – Aviso “ARA Bahía Agradable”	127
Figura 46 – Aeronave “Twin Otter DH6” da Força Aérea Argentina operando na Antártica.	127
Figura 47 – Helicóptero “Bell 412” da Argentina operando na Antártica.....	128
Figura 48 – Cortador “Yelcho” da Marinha do Chile.....	128

Figura 49 – Mapa ilustrativo contendo a delimitação do Território Antártico Chileno.....	129
Figura 50 – Primeira Estação do Chile na Antártica.....	130
Figura 51 – Base “General Bernardo O'Higgins”	130
Figura 52 – Base “Presidente Gabriel González Videla”	131
Figura 53 – Base “Presidente Pedro Aguirre Cerda”	131
Figura 54 – Instalações da Base Científica “Luis Risopatrón”	132
Figura 55 – Primeiro pouso de uma aeronave C-130 “Icarus”, do Chile, na Antártica.....	132
Figura 56 – Tabela contendo registro de atividades científicas no TAC.....	133
Figura 57 – Ato de assinatura da Política Antártica Nacional do Chile – 2000.....	134
Figura 58 – Proposta de extensão da Plataforma Continental chilena atinente ao TAC.....	134
Figura 59 – Linha do Tempo da evolução da Política Antártica do Chile entre 1906 e 2012.	135
Figura 60 – Ato de inauguração da Estação Científica Polar Conjunta “Glaciar Unión”	135
Figura 61 – Estação Científica Polar Conjunta “Glaciar Unión”	136
Figura 62 – Lançamento ao mar do novo Navio Quebra-Gelo “Almirante Viel” do Chile.....	136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1ªGM	–	Primeira Guerra Mundial
2ªGM	–	Segunda Guerra Mundial
AGI	–	Ano Geofísico Internacional
AGNU	–	Assembleia Geral das Nações Unidas
ATCMs	–	<i>Antarctic Treaty Consultative Meetings</i>
BAC	–	Base Antártica Conjunta
BRAPAL	–	Bloco Regional Antártico dos Países da América Latina
CCAMLR	–	<i>Convention on the Conservation of Antarctic Marine Living Resources</i>
CCAS	–	<i>Convention on the Conservation of Antarctic Seals</i>
CIRM	–	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CNPq	–	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMNAP	–	<i>Council of Managers of National Antarctic Programs</i>
CONANTAR	–	Comissão Nacional para Assuntos Antárticos
CONAPA	–	Conselho Nacional de Pesquisas Antárticas
DAE	–	Destacamento Aéreo Embarcado
EACF	–	Estação Antártica Comandante Ferraz
END	–	Estratégia Nacional de Defesa
EMGEPRON	–	Empresa Gerencial de Projetos Navais
ESG	–	Escola Superior de Guerra
EsqdHU-1	–	1º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral
EUA	–	Estados Unidos da América
FAB	–	Força Aérea Brasileira
IAA	–	Instituto Antártico Argentino

IBEA	–	Instituto Brasileiro de Estudos Antárticos
INACH	–	Instituto Antártico Chileno
LBDN	–	Livro Branco de Defesa Nacional
MAE	–	Módulos Antárticos Emergenciais
MB	–	Marinha do Brasil
MCTIC	–	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MD	–	Ministério da Defesa
MMA	–	Ministério do Meio Ambiente
MME	–	Ministério das Minas e Energia
MRE	–	Ministério das Relações Exteriores
NApOc	–	Navio de Apoio Oceanográfico
NPo	–	Navio Polar
OPERANTAR	–	Operação Antártica
PDN	–	Política de Defesa Nacional
PNAC	–	Patrulhas Navais Antárticas Combinadas
PND	–	Política Nacional de Defesa
PNRM	–	Política Nacional para os Recursos do Mar
POLANTAR	–	Política Nacional para Assuntos Antárticos
PROANTAR	–	Programa Antártico Brasileiro
RAPAL	–	Reuniões de Administradores de Programas Antárticos Latino-americanos
SCAR	–	<i>Scientific Committee on Antarctic Research</i>
SATCM	–	<i>Special Antarctic Treaty Consultative Meeting</i>
SECIRM	–	Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
STA	–	Sistema do Tratado da Antártica
TAC	–	Território Antártico Chileno

TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	A GEOPOLÍTICA, O REALISMO E O NEOLIBERALISMO	17
2.1	A Geopolítica.....	17
2.2	O Realismo.....	19
2.3	O Neoliberalismo.....	21
2.4	Conclusões Parciais.....	23
3	A ANTÁRTICA E A ESTRUTURA DO STA	24
3.1	A Antártica.....	24
3.2	Os antecedentes do Tratado da Antártica e a estrutura do STA.....	26
3.2.1	Os antecedentes do Tratado da Antártica.....	27
3.2.2	A atual estrutura do STA.....	29
3.3	Conclusões Parciais.....	31
4	A GENEALOGIA E A ESTRUTURA DAS RAPAL E OS INTERESSES GEOPOLÍTICOS DOS PRINCIPAIS ESTADOS PARTICIPANTES	32
4.1	A Gênese das RAPAL e sua atual estrutura.....	32
4.2	Os interesses geopolíticos dos principais Estados participantes das RAPAL em relação à Antártica.....	36
4.2.1	O interesse geopolítico brasileiro na Antártica.....	36
4.2.2.1	O caminho brasileiro até a adesão ao Tratado da Antártica.....	37
4.2.1.2	A adesão do Brasil ao Tratado da Antártica.....	40
4.2.1.3	Da criação do PROANTAR aos dias atuais.....	42

4.2.2	O interesse geopolítico da Argentina na Antártica.....	55
4.2.2.1	Do despertar de interesses da Argentina para o Sexto Continente ao estabelecimento do Tratado da Antártica.....	55
4.2.2.2	Do Tratado da Antártica aos dias atuais.....	62
4.2.3	O interesse geopolítico do Chile na Antártica.....	69
4.2.3.1	O desenrolar de interesses do Chile em relação ao Continente Branco: do início do século XX ao Território Antártico Chileno e o Tratado da Antártica.....	70
4.2.3.2	Do Tratado da Antártica à contemporaneidade.....	76
4.2.4	Conclusões Parciais.....	84
5	ANÁLISE DA INTERSEÇÃO DOS INTERESSES GEOPOLÍTICOS DOS PRINCIPAIS ESTADOS PARTICIPANTES DAS RAPAL E PROPOSTA DE ESTABELECIMENTO DE BLOCO REGIONAL.....	86
5.1	Aspectos Geopolíticos das Reivindicações Territoriais.....	86
5.2	Aspectos Políticos e Estratégicos.....	87
5.3	Proposta de estabelecimento de Bloco Regional.....	90
6	CONCLUSÃO.....	92
	REFERÊNCIAS.....	94
	ANEXO.....	102

1 INTRODUÇÃO

A Antártica¹ (FIG. 1 e 2), objeto de estudo da presente pesquisa, foi o derradeiro continente no planeta Terra a ser descoberto pelo homem, o que somente ocorreu em função de diferentes jornadas às águas austrais iniciadas no século XVIII. Conforme será apresentado no decorrer do trabalho, o Continente Gelado possui relevante posição geoestratégica² em termos geográficos no globo terrestre, além de diversas riquezas naturais e minerais, com destaque para a imensa reserva de água doce mundial, as quais são alvo dos interesses geopolíticos dos Estados no contexto anárquico do Sistema Internacional.

O Tratado da Antártica foi estabelecido em 1959 e passou a vigorar em 1961, tendo sido complementado por diferentes dispositivos normativos, sendo o último formalizado pelo Protocolo de Madri ou Protocolo do Meio Ambiente, datado de 1991, mas com efeitos práticos a partir de 1998, os quais compõem o Sistema do Tratado da Antártica (STA). Apesar da assinatura do referido acordo internacional, o Sexto Continente continua sendo alvo da cobiça dos Estados na busca da garantia de suas aspirações em relação a uma fatia de porção territorial ou da eventual futura exploração econômica daquela região.

Ainda que as questões de soberania estejam de fato congeladas por força do citado Tratado, bem como a exploração de ativos minerais ainda não sejam permitidas em face do Protocolo em questão, o intenso volume de atividades de pesquisas científicas desenvolvidas, combinado com as diversas investidas por meio de declarações de mandatários e emissão de documentos internos, mostram que diferentes Estados buscam manter ativas suas históricas pretensões austrais, mormente o Brasil, a Argentina e o Chile. Certamente as ações desenvolvidas por esses atores encontram suporte em algumas teorias das Relações Internacionais, das quais duas serão descritas neste estudo, de modo que seja possível correlacionar as posturas competitivas e colaborativas desses Estados, em relação à Antártica, com o pensamento teórico correspondente.

¹ No decorrer deste trabalho, diversas outras expressões serão empregadas como sinônimo para a Antártica, tais como: Continente Antártico, Continente Branco, Sexto Continente, Continente Gelado ou Continente Austral.

² Com o intuito de padronizar um significado adequado para o termo empregado, no corrente trabalho será utilizada a seguinte definição para Geoestratégia: “é uma estratégia fundamentada na exploração sistemática das possibilidades oferecidas pelos grandes espaços em termos de extensão, de forma, de topografia, de recursos de toda ordem” (COUTAU-BÉGARIE, 2010, p.571).

No caso da América Latina, como forma de melhorar a coordenação de diferentes Estados nas questões antárticas, bem como para fomentar a colaboração sobre os assuntos logísticos atinentes aos programas antárticos correlatos, foi estabelecido um fórum multilateral³ regional, as Reuniões de Administradores de Programas Antárticos Latino-americanos (RAPAL), cuja composição e demais aspectos serão detalhados no Capítulo 4.

Dessa forma, o propósito da presente Tese é realizar uma investigação histórica acerca dos distintos caminhos percorridos pelos principais países participantes das RAPAL (Brasil, Argentina e Chile) em relação à Antártica, com ênfase nos aspectos geopolíticos decorrentes, tendo como base inicial os pressupostos da teoria do Realismo. Será também considerada a ótica do Neoliberalismo em relação à estrutura do próprio STA e ao que atualmente são as RAPAL, bem como à possibilidade de proposta de um novo formato de bloco regional para atuação dos citados Estados junto ao STA. Assim, a pesquisa buscará responder ao seguinte questionamento: Existem similaridades e relevância de interesses geopolíticos comuns dos principais países componentes das RAPAL (Brasil, Argentina e Chile) a ponto de ser possível o estabelecimento de um bloco regional de atuação multilateral junto ao STA? Assim sendo, para efeitos práticos na presente pesquisa, foi formulada a hipótese, de que existem similaridades dos interesses geopolíticos comuns dos principais países componentes das RAPAL, considerados relevantes e abrangentes, com solidez adequada para que seja possível a composição de um bloco regional da América Latina para atuação coordenada junto ao STA.

No decorrer do estudo, outras perguntas foram formuladas de modo a identificar claramente os objetivos estabelecidos no projeto da presente pesquisa, quais sejam: Quais são os fundamentos da Geopolítica? Qual a relação das Teorias do Realismo e do Neoliberalismo com as ações geopolíticas dos Estados estudados em relação ao Sexto Continente? Quais são as características da Antártica e sua relevância para os Estados no cenário internacional? Como foi estabelecido o Tratado da Antártica e qual a atual composição do STA? Como foi estabelecida e qual a atual estrutura das RAPAL? Qual o interesse geopolítico do Brasil no Continente Branco? Qual o interesse geopolítico da Argentina no Continente Gelado? Qual o interesse geopolítico do Chile no Sexto

³ Para fins deste trabalho, será utilizada a seguinte definição para o Multilateralismo, como sendo: “a prática de coordenação de políticas nacionais entre três ou mais Estados, através de arranjos *ad hoc* ou de instituições” (KEOHANE, 1990, p.731 *apud* FERNANDES e SIMÃO, 2019, p.18).

Continente? De modo que fosse possível responder a esses questionamentos, o estudo foi elaborado com base no método histórico, por meio de ampla pesquisa bibliográfica e documental, acrescida de consultas a fontes digitais na internet, além de diferentes trabalhos e artigos acadêmicos publicados referentes ao tema em questão. Assim sendo, com vistas a estabelecer um adequado encadeamento lógico, o presente trabalho encontra-se organizado em seis seções, sendo iniciado pela presente introdução, seguido por quatro capítulos centrais, cujo terceiro destes é o mais extenso, objetivando a responder às questões secundárias, além de uma conclusão.

No Capítulo 2 encontra-se uma breve descrição acerca das raízes da geopolítica e seus respectivos fundamentos. Na sequência, foram listados os aspectos intrínsecos às teorias do Realismo e do Neoliberalismo, no contexto das Relações Internacionais, com o intuito de buscar compreender os interesses geopolíticos dos Estados na Antártica.

No Capítulo 3 é apresentada uma sucinta explanação sobre as características da Antártica e sua relevância para os Estados no cenário internacional. Também estão listados os aspectos históricos que acarretaram no estabelecimento do Tratado da Antártica e seus diferentes dispositivos normativos complementares que atualmente formam o STA.

O robusto Capítulo 4, por se tratar da seção mais importante do trabalho, inicialmente descreve a gênese das RAPAL e sua atual estrutura. Em seguida são apresentados, em distintas seções, os interesses geopolíticos do Brasil, da Argentina e do Chile em relação à Antártica, sendo esses classificados como os principais Estados componentes das RAPAL.

O Capítulo 5 traz a análise das interseções dos interesses geopolíticos comuns dos principais países que compõem as RAPAL e uma proposta de estabelecimento de um bloco regional de atuação multilateral perante o STA, que juntos se consolidam como a parte propositiva da presente Tese.

Por fim, o Capítulo 6 traz uma breve conclusão do referido estudo, contendo observações do autor sobre as perspectivas, oportunidades e reflexos para a Marinha do Brasil (MB) de modo a corroborar com a proposta ora formulada e viabilizar sua eventual implementação.

2 A GEOPOLÍTICA, O REALISMO E O NEOLIBERALISMO

Tendo sido realizada uma abreviada contextualização sobre o estudo que será desenvolvido a seguir, este capítulo irá apresentar uma singela descrição acerca das raízes da geopolítica e seus respectivos fundamentos. Em seguida, serão listados os aspectos intrínsecos às teorias do Realismo e do Neoliberalismo, no contexto das Relações Internacionais, objetivando abranger os interesses geopolíticos dos Estados na Antártica, considerando o cenário preponderantemente anárquico do Sistema Internacional.

2.1 A Geopolítica

A Geopolítica⁴, antes mesmo de se tornar uma palavra única que a definisse, caracterizando-a como uma vertente distinta de conhecimento, foi precedida por uma série de observações acerca da influência da geografia sobre a ação do homem na Terra. Tais análises foram conduzidas por diferentes filósofos e sábios da antiguidade, ao observar a ação humana em relação ao território onde eles estavam estabelecidos (MATTOS, 2002).

O período compreendido entre as últimas décadas do século XIX e início do século XX foi uma época de avanço significativo no estudo das ciências sociais e geográficas. No âmbito da geografia, observou-se o surgimento, na Alemanha, das obras “Antropogeografia” e “Geografia Política”, ambas de Friedrich Ratzel (1844 – 1904), e a obra pioneira “Geopolítica”, de Rudolf Kjellén (1864 – 1922), quando foi de fato criada, em 1916, a expressão Geopolítica. A nova ciência se mostrava como uma sucessora da Geografia Política, que possuía característica estática e panorâmica, transformando-se para um modelo que representaria um cenário vivo, movimentado e prospectivo. Ratzel comparou ambas as ciências, dizendo que, enquanto a geografia política se assemelhava a uma fotografia, a geopolítica tinha traços de cinematografia, sendo considerada como um produto da interação dinâmica entre os fatores políticos, geográficos e históricos. De fato, a geopolítica teria que sair do campo das ciências geográficas para se estabelecer como um dos ramos da Ciência Política, representando a visão prospectiva das dinâmicas de um Estado (MATTOS, 2002).

⁴ A terminologia “geopolítica” surgiu pela primeira vez no livro “O Estado como Forma de Vida”, do original sueco *Staten som Lifsform*, de Rudolph Kjellén (CASTRO, 1996, p. 22).

As raízes do pensamento geopolítico refletem uma ideia que se baseia no poder e nos espaços geográficos que eram ocupados pelos Estados. De certa forma, a Geopolítica se desenvolveu em função da percepção do poder dos Estados e na relação entre os Estados do mundo, ou seja, uma competição pelo poder a nível global. Decorrentes dos estudos de Ratzel e Kjellén foram elaboradas leis e postulados que se tornaram os fundamentos geopolíticos⁵. Após ser consolidada como uma nova ciência, a Geopolítica se dividiu essencialmente entre duas escolas geopolíticas: a Escola Determinista alemã e a Escola Possibilista francesa. A vertente determinista alemã foi derivada dos pensamentos de Ratzel e Kjellén. O primeiro manifestou seus ideais por meio do conceito do “*Lebensraum*” (Espaço Vital), enquanto o segundo realçava a interferência dos fatores geográficos estáveis (espaço e posição) sobre a política. No caso da corrente francesa, a mesma teve origem na influência do geógrafo Paul Vidal de La Blache (1845 – 1918), cujo pensamento pregava que o homem seria um ser ativo e transformador do meio físico, contrariando a ideia de “fatalismo geográfico” da escola determinista (MATTOS, 2014). Tendo a Antártica também como objeto de estudo, Mattos (2015) nos traz algumas reflexões relevantes acerca dessas duas Escolas em termos de interesses geopolíticos dos Estados

Esse arcabouço teórico da geopolítica, como mencionado, justifica o interesse de países por novos territórios, no caso deste estudo, pela Antártica, que possui uma área só inferior em extensão à Rússia, com grandes reservas de minerais estratégicos e que defronta os três grandes oceanos do planeta, incluindo duas passagens de grande importância para o comércio marítimo mundial, a Passagem de Drake, entre o Atlântico Sul e o Pacífico Sul, e a Rota do Cabo, entre o Atlântico Sul e o Índico. Ou seja, com o olhar da escola determinista, espaço e posição. [...] Depois da partilha da África no final do século XIX, pelas principais potências europeias, a Antártica era o último espaço físico no planeta ainda sem definição de soberania. Observando a questão do interesse pelo Sexto Continente pela lente da escola possibilista, pode-se considerar que as severas condições ambientais daquele continente não seriam obstáculo para a presença do homem, caso viesse a ser do seu interesse [...] (MATTOS, 2015, p.52 e 53).

⁵ As sete “Leis do Crescimento Espacial dos Estados” de Friedrich Ratzel são consideradas os “Fundamentos da Geopolítica”. São elas: 1 – As dimensões do Estado crescem com sua cultura; 2 – O crescimento dos Estados segue outras manifestações do crescimento dos povos, que necessariamente devem preceder o crescimento do Estado; 3 – O crescimento do Estado procede pela anexação dos membros menores ao agregado. Ao mesmo tempo, a relação entre a população e a terra torna-se continuamente mais próxima; 4 – As fronteiras são o órgão periférico do Estado, o suporte e a fortificação de seu crescimento, e participam de todas as transformações do organismo do Estado; 5 – No seu crescimento, o Estado esforça-se pela delimitação de posições politicamente valiosas; 6 – Os primeiros estímulos ao crescimento espacial dos Estados vêm lhes do exterior; e 7 – A tendência geral para a anexação e fusão territoriais transmite-se de Estado a Estado, e cresce continuamente de intensidade (PESSANHA e MOURÃO, 2014, p.224).

Após uma rápida contextualização sobre a Geopolítica, as próximas seções deste capítulo abordarão, também de maneira sucinta, as teorias do Realismo e do Neoliberalismo, no contexto das Relações Internacionais, de forma a compreender as ações e os interesses geopolíticos dos Estados na Antártica.

2.2 O Realismo

Conforme exposto na seção anterior, ambas as correntes geopolíticas, sejam elas de origem alemã ou francesa, carregam em seus núcleos a interação entre os diferentes Estados e a defesa das intrínsecas aspirações decorrentes de suas ações em relação à questão geográfica, seja pelo viés do determinismo alemão do “espaço vital” ou ainda pela ótica possibilista francesa, tendo o homem como transformador do ambiente físico onde se encontra. Apesar de possuírem conotações distintas, ambas as escolas refletem um estado de disputa, característico do Realismo, cuja contextualização teórica será descrita a seguir.

O Realismo é amplamente reconhecido como sendo a corrente teórica clássica, dominante e tradicional das Relações Internacionais, uma vez que reproduz de uma forma singular, uma análise da ordem mundial, seu caráter, comportamento e a motivação dos atores nela inseridos. Apesar da existência de algumas vertentes, o paradigma realista apresenta certas características que podem ser facilmente identificadas. O Realismo tem como uma de suas premissas básicas o Estado sendo o cerne das Relações Internacionais, uma vez que ele é visto como um ator unitário (representando uma totalidade) e racional, que maximiza ganhos e minimiza perdas (PECEQUILO, 2010).

As raízes clássicas do Realismo são derivadas do trabalho de Tucídides na Grécia Antiga (*História da Guerra do Peloponeso*), no qual consta uma análise sobre as origens e dinâmica da interação entre Atenas e Esparta, formulando assim os fundamentos do equilíbrio de poder. Anos mais tarde, essa teoria passou a ser vista sob uma nova ótica da vida humana, na qual se enfatiza o aspecto conflituoso, competitivo, ambicioso e predatório (PECEQUILO, 2010).

Ao definir o chamado Realismo Clássico⁶, considerado a gênese do pensamento das Relações Internacionais, Thomas Hobbes (1588 – 1679) traz uma reflexão de que todos os

⁶ Além do Realismo Clássico exposto por Thomas Hobbes e utilizado nesse trabalho, existem outros autores que deram continuidade ao estudo dessa teoria, tais como Edward H. Carr e Hans Morgenthau, culminando com o estabelecimento do Neo-Realismo, segundo Kenneth Waltz (PECEQUILO, 2010).

homens nascem iguais e são possuidores dos mesmos direitos e capacidades. Para Hobbes, os homens buscam garantir, por meio de suas ações, sua sobrevivência e seus interesses particulares. Nesse contexto, ele define o chamado “Estado de Natureza” como sendo um ambiente de guerra de todos contra todos, em que cada indivíduo estará em disputa contra os demais (o homem como lobo do homem), com vistas a defender seu espaço e seus interesses, acarretando em um cenário de guerra permanente, de característica anárquica, no qual inexistem regras ou um governo que seja capaz de coordenar as relações sociais, favorecendo ao contínuo enfrentamento. Assim, de modo a evitar uma situação de conflito extremo, com o propósito de garantir um adequado nível de sobrevivência e de segurança coletiva, os indivíduos são capazes de estabelecer entre si um pacto social, abdicando de parte de seus direitos naturais em nome do "Leviatã", o Estado, que garantiria a estabilidade no interior dos limites de sua soberania. Dessa forma, o sistema internacional passa a ser composto por esses Estados soberanos, que se relacionam entre si, tendo como base suas características de autonomia e identidade próprias, ou seja, são reconhecidos como únicos e autônomos nesse sistema, não sendo possível que se estabeleça qualquer autoridade superior em função da existência dos mesmos (PECEQUILO, 2010). O equilíbrio de poder é uma preocupação central para os realistas, pois é considerado um elemento essencial para a estabilidade entre os Estados. Ratificando tal pensamento, Pecequilo nos traz que

Os Estados buscam o equilíbrio de poder não para obter a paz, mas para prevenir o surgimento de um poder único que subjuguie os demais, para garantir sua independência e sobrevivência e para preservar o sistema anárquico de soberanias autônomas. Na lógica do equilíbrio, a estabilidade é mantida pela competição entre unidades de poderes mais ou menos semelhantes que acabam se anulando mutuamente à medida que cada uma está perseguindo seus interesses. Nenhum Estado é proeminente, ou está totalmente satisfeito com o *status quo*, mas cada um sabe que dentro deste determinado arranjo terá sua sobrevivência e uma certa margem de manobra garantida para perseguir seus objetivos. Portanto, a competição automaticamente leva ao equilíbrio entre os principais Estados, que, perseguindo seus próprios interesses, se autocontrolam (PECEQUILO, 2010, p.123).

De acordo com o Realismo, a competição entre os Estados é inevitável devido à natureza anárquica do sistema internacional, na qual não existe uma autoridade central capaz de impor regras e resolver conflitos. Assim, a busca pelo poder e a preocupação com a segurança são as principais motivações dos Estados na arena internacional. Para os realistas, a guerra e o conflito são aspectos inerentes às interações interestatais, uma vez que os

Estados estão sempre procurando aumentar sua influência e garantir sua sobrevivência. A política externa é vista como um jogo de soma zero, no qual o ganho de um Estado geralmente implica na perda de outro. Assim, após uma breve descrição sobre a teoria do Realismo, a próxima seção abordará, também de forma sucinta, os pressupostos teóricos do Neoliberalismo no contexto das Relações Internacionais.

2.3 O Neoliberalismo

A teoria do Neoliberalismo⁷ surge a partir dos anos 1960 e tem como principais representantes Robert Keohane e Joseph Nye que, por meio de diferentes obras como *Power and Interdependence* e *Transnational Relations*, baseados nos pressupostos gerais do Liberalismo⁸, incorporam novas reflexões que passam a compor uma alternativa ao Realismo. Nessa nova abordagem teórica o Estado continua figurando como o principal ator no cenário internacional, porém são incorporados novos desafios e realidades que se descortinam, decorrentes da transformação política que estava ocorrendo naquela época. O período após a Segunda Guerra Mundial (2ªGM) (1939 – 1945) é caracterizado por um processo de criação e desenvolvimento das instituições e regimes internacionais que acarretaram no aprofundamento das estruturas cooperativas entre os Estados. Com a concretização desses novos mecanismos, considerando o pleno funcionamento dos mesmos, os Estados passam a considerá-los como sendo determinantes para seus comportamentos e também são vistos como facilitadores para o intercâmbio de interesses com seus parceiros, passando a ajustar suas políticas para essa nova forma de interação. Esse modelo inovador traz como consequência a eliminação da regra única de solução de problemas interestatais por meio do conflito direto, por se tornar uma alternativa mais custosa e menos viável, priorizando a adoção de um formato colaborativo como alternativa a ser seguida (PECEQUILO, 2010).

⁷ Para fins dessa pesquisa, o Neoliberalismo será tratado sob a ótica do Liberalismo Institucional, abordagem essa que incorpora os novos desafios e realidades, decorrentes da transformação da política mundial (PECEQUILO, 2010).

⁸ Em termos gerais, o Liberalismo sustenta que o progresso das sociedades humanas se dá a partir dos indivíduos que nela habitam, devendo, estes indivíduos, terem assegurado as condições legais e legítimas para alcançar o progresso sem constrangimentos ou temores. Tais condições serão fornecidas a partir da existência de um Estado que regerá as relações, a partir de um pacto coletivo, que permitirá a realização dos potenciais inerentes à razão humana de progresso e liberdade (PECEQUILO, 2010).

Diferentemente do ambiente conflituoso visto pela lente do Realismo, o Neoliberalismo salienta o espaço de cooperação entre os Estados. Essa característica cria condições para que as diferentes interações com outros países ocorram de maneira mais estável, fornecendo um transparente conjunto de regras e princípios a serem cumpridos por todos, dado que a solução dos problemas ocorre por meio de uma ação coletiva. Assim, o relacionamento entre os Estados obedecendo a esse formato faz com que as incertezas em relação ao comportamento das outras partes sejam minimizadas, tornando o ambiente mais previsível, favorecendo a troca e o acúmulo de informações.

De acordo com Keohane (1984), os Estados partem de um ponto no qual existe uma situação de discórdia para um arranjo em que seja viável atingir um adequado ajuste para todos, reduzindo a incerteza de seus relacionamentos e facilitando os acordos entre si. Com o passar do tempo, esse cenário comportamental estatal desemboca para um modelo em que há uma maior interligação entre as diferentes políticas e a evolução da relação entre os atores, valorizando as redes colaborativas existentes, o chamado *spillover* da cooperação. Segundo esse autor “[...] a cooperação internacional deve ser definida como um processo através do qual políticas seguidas por governos individuais passam a ser consideradas por seus parceiros como facilitadoras da realização de seus próprios objetivos [...]” (KEOHANE, 1984, p.63 *apud* PECEQUILO, 2010, p.151). Corroborando com tal ponto de vista, Pecequilo afirma que

No sistema internacional, a partir do momento em que se reproduza este esquema, havendo o predomínio da democracia como prática e valor haverá a possibilidade da criação de uma estrutura que conduza naturalmente à paz e à cooperação. Por esta lógica, países democráticos, devido às características internas de seu regime político, não agem agressivamente ou são naturalmente propensos ao conflito, favorecendo e impulsionando as perspectivas de cooperação e paz. [...] A cooperação não emerge somente a partir do estabelecimento destes laços políticos, mas também do incremento dos relacionamentos econômicos (comerciais e financeiros) e organizacionais que favorecem a disseminação da cooperação e funcionam como uma fonte de eliminação do conflito e da promoção da paz. Três fatores são fundamentais para incrementar a cooperação: a interdependência econômica, a disseminação da democracia e as instituições internacionais que criam "espirais de cooperação". Os "espirais" levam os Estados a atuarem conjuntamente para seu próprio benefício (PECEQUILO, 2010, p.140).

Na prática, os neoliberais identificam que as instituições são atores essenciais e decisivos para os Estados, acreditando que o processo de institucionalização crescente das relações internacionais é um fenômeno determinante para sua adequada compreensão. De

fato, o Neoliberalismo encontra-se focado na explicação das razões que acarretam na cooperação interestatal, bem como nos motivos que levam as instituições a conseguirem desenvolver capacidades próprias, as quais acabam forçando os Estados a agirem em determinadas direções. Em resumo, da mesma forma que o surgimento do Estado foi, historicamente, a solução institucional encontrada para o problema da autonomia no “Estado de Natureza” de Hobbes e os indivíduos cederam parte da sua liberdade para atingir objetivos comuns de ordem e segurança, que de outra forma não seriam possíveis, as organizações internacionais se apresentaram como sendo a solução institucional para o egoísmo anárquico das relações entre os Estados no Sistema Internacional (MENDES, 2019).

2.4 Conclusões Parciais

Conforme exposto nesse singelo capítulo, a Geopolítica após se estabelecer como um dos ramos da Ciência Política, representando a visão prospectiva das dinâmicas do Estado, passou a influenciar na percepção desse em relação a seu *status* em termos de poder que, quando comparado aos demais Estados no mundo, veio a se tornar uma vertente de competição pelo poder a nível global. De certa forma, tanto a Escola Determinista alemã como a Escola Possibilista francesa fornecem suporte teórico adequado para justificar os interesses dos Estados por novos territórios, a exemplo da Antártica, que é o objeto do presente estudo.

Passando para o viés das Relações Internacionais, as teorias do Realismo e do Neoliberalismo oferecem perspectivas valiosas para a compreensão das interações entre os Estados no cenário anárquico do Sistema Internacional. Embora tenham abordagens distintas, essas teorias são complementares e atribuem olhares úteis sobre o comportamento dos Estados e suas dinâmicas de relacionamento. O Realismo destaca a competição e o conflito como características fundamentais das relações entre Estados, enquanto o Neoliberalismo enfatiza a importância da cooperação e das instituições internacionais para promover a paz e a prosperidade global. Para a pesquisa em curso, veremos que ambas as teorias darão fundamentação adequada para as ações dos Estados em relação ao Sexto Continente, cujo estudo e detalhamento de suas características serão apresentados no próximo capítulo.

3 A ANTÁRTICA E A ESTRUTURA DO STA

Após terem sido identificados os fundamentos da Geopolítica bem como os pressupostos teóricos do Realismo e do Neoliberalismo no contexto das Relações Internacionais, nesta seção serão descritas as características físicas da Antártica e suas riquezas naturais e minerais, as quais são alvo de cobiça pelos diferentes Estados componentes do anárquico Sistema Internacional. Na sequência será apresentada uma breve descrição sobre a estrutura do STA, considerando os antecedentes do Tratado da Antártica e as demais dispositivos normativos complementares que compõem esse significativo instrumento de regulação para uso pacífico e compartilhado do Continente Branco.

3.1 A Antártica

Em termos geográficos, o Continente Gelado e todas as ilhas que o cercam abrangem uma área total estimada de 14.000.000 km², representando uma porção terrestre equivalente a 10% da superfície de todo o planeta. Todo esse vasto agrupamento de terras emersas, correspondente a aproximadamente 1,6 vezes a extensão territorial do Brasil, sendo classificado como o quinto continente em termos de dimensão e o único sem divisão geopolítica (FERREIRA, 2009). O Continente Branco em si, juntamente com o seu oceano circundante, o Oceano Austral, com superfície estimada de 36.000.000 km², comporão a região que será utilizada como objeto de estudo da presente pesquisa, ou seja, a Antártica.

De acordo com estabelecido no artigo VI do Tratado da Antártica, toda a área situada ao sul do paralelo de 60° de latitude sul é considerada como região antártica para fins de aplicação das disposições do referido instrumento normativo. A Antártica e seus espaços circundantes fazem parte das últimas grandes fronteiras ainda não completamente exploradas pelo homem. O Continente Austral é costumeiramente denominado como sendo o “Continente dos Superlativos”, uma vez que ele é o mais frio, o mais seco, o mais alto, o mais remoto, o mais desconhecido, o mais preservado e o que mais sofre com a incidência de ventos de todos os continentes do globo terrestre (MACHADO e BRITO, 2006).

No que se refere aos aspectos científicos, o despertar de interesses pelas regiões polares ocorreu no século XIX, após a quase totalidade da exploração realizada no continente africano (MENEZES, 1982). Inicialmente, tais aspirações eram motivadas pela

exploração e caça de mamíferos marinhos, dado que a indústria baleeira era praticamente onipresente e que o óleo de baleia era utilizado para iluminação e lubrificação, além de servir como matéria-prima para diferentes finalidades (FERREIRA, 2009). Passado um período aproximado de meio século de queda de interesse na região austral, o tema voltou a ser objeto dos olhares estatais, tendo sido debatido durante o 6º Congresso Geográfico Internacional, quando foi recomendada a retomada das pesquisas antárticas. A partir daí, além das aspirações científicas, entrava em cena também os interesses estratégicos e econômicos, fazendo com que a Antártica surgisse de fato como objeto nas Relações Internacionais (VILLA, 2004). Corroborando com esse pensamento, Castro nos traz que: “Por interesses econômicos e científicos chegaria o homem às regiões geladas; por interesses econômicos e sobretudo estratégicos passariam as nações a disputar as regiões polares” (CASTRO, 1976, p.80).

Em termos de reservas naturais, o Sexto Continente abriga uma grande diversidade de riquezas. Dentre os diferentes ativos naturais lá existentes, o que mais sobressai em termos quantitativos é a sua espessa camada de gelo sobre seu território que, de acordo com algumas estimativas, pode corresponder a até 90% das reservas de água potável do mundo. Nas palavras de Moreira (1982) é possível identificar uma singela síntese do seu pensamento em termos do valor que a região austral possui, ao afirmar que “a Antártica é considerada por aqueles que a conhecem como a grande reserva de que dispõe a humanidade [...] é também um campo econômico muito rico” (MOREIRA, 1982, p.7). Além disso, presume-se também que o citado continente abrigue grandes reservas de petróleo e outros minerais, os quais são alvo do evidente interesse pelos diferentes Estados (VIEIRA, 2006). O fato de possuir uma variedade de recursos renováveis e não renováveis conferem à Antártica um papel de destaque no cenário internacional, tornando-se assim um significativo atrativo para a exploração econômica de tais riquezas.

Além de seus recursos naturais e minerais, o Continente Austral também representa uma singular característica em termos geoestratégicos. Em função da sua localização geográfica, o referido continente pode ser visto como um autêntico pivô das linhas de comunicações marítimas do hemisfério meridional, já que faz uma natural defrontação à porção sul dos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico (FIG. 3). Essa relevante peculiaridade seria evidenciada de forma mais explícita na eventualidade da ocorrência de interrupções

nos tráfegos marítimos dos Canais do Panamá e de Suez⁹, uma vez que as rotas comerciais dos navios (FIG. 4) passariam a ser realizadas pela extremidade sul dos continentes africano e americano, por meio da rota do Cabo da Boa Esperança e pelos Estreitos de Drake e de Magalhães. Ainda sobre o aspecto geoestratégico, Castro afirma que

Sob o ponto de vista geoestratégico, sabe-se hoje que a defesa da América do Sul é sobretudo de índole marítima e não mais um problema continental; é essencialmente o domínio do mar no Atlântico. Na América do Sul não há país, além do Brasil, que possua maior litoral banhado pelo Atlântico. [...] O mundo atualmente é regido, sem dúvida alguma, pela premissa: diferentes áreas para diferentes funções. As regiões polares não são mais aquelas zonas geladas e inóspitas – são rotas marítimas, são rotas aéreas mundiais. [...] Tendo em vista a importância geoestratégica do continente Austral, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)¹⁰ reconheceu a existência de uma Antártica Americana entre 30° e 90° de longitude oeste. [...] Daí a importância da Antártica não só para nós sul-americanos, mas também para todos os países do hemisfério sul que com ela se defrontam (CASTRO, 1976, p. 119 e 120).

A sucinta descrição do Sexto Continente e de suas principais características já é suficiente para demonstrar a relevância dessa região para os Estados, os quais manifestam seus interesses geopolíticos nas terras austrais por meio das lentes do Realismo, sejam eles decorrentes de razões econômicas, científicas ou geoestratégicas. Dessa forma, após a identificação de tais aspectos relacionados ao objeto de estudo em questão, a próxima seção deste capítulo abordará sobre os antecedentes do Tratado da Antártica, a sua formulação em si, bem como os demais dispositivos normativos complementares que atualmente compõem o STA, os quais podem ser melhor compreendidos à luz do pensamento teórico neoliberal na ótica das Relações Internacionais.

3.2 Os antecedentes do Tratado da Antártica e a estrutura do STA

O alvorecer do século XX trouxe consigo o declínio das atividades de caça aos animais marinhos nas águas austrais, acarretando no aparecimento de uma nova fase das atividades polares, que ficou conhecida como a “Era Heróica”¹¹. As diferentes expedições

⁹ O Canal de Suez é uma passagem situada no Egito, construída de forma artificial, ao nível do mar, que conecta o Mar Mediterrâneo ao Mar Vermelho e possibilita uma rota marítima mais curta entre a Europa e Ásia. Disponível em: <<http://global.britannica.com/topic/Suez-Canal>>. Acesso em 03 jul. 2023.

¹⁰ O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) foi internalizado na legislação brasileira por meio do Decreto nº 25.660, de 13 de outubro de 1948, assinado pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, cujo texto completo encontra-se disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-25660-13-outubro-1948-322840-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 mai. 2023.

¹¹ FERREIRA, 2009, p.26.

que ocorreram nesse período, mormente aquelas desenvolvidas até os anos quarenta do século passado, serviram de base como argumento para diversas reivindicações territoriais subsequentes que foram realizadas por diferentes Estados (FERREIRA, 2009). A primeira delas foi formalmente formulada pelo Reino Unido, por meio de uma Carta Patente¹² datada de 21 de julho de 1908, que estabeleceu a Dependência das Ilhas *Falklands*.

Entre os anos de 1908 e 1940, sete Estados, os chamados “países territorialistas”¹³, formularam unilateralmente reivindicações de soberania sobre porções do Sexto Continente. Além da citada declaração britânica, Argentina, Austrália, Chile, França, Noruega e Nova Zelândia também manifestaram suas pretensões territoriais austrais, valendo-se de diferentes teorias, dentre as quais se destacam a “Teoria da Descoberta”, a “Teoria Contiguidade e da Continuidade”, a “Teoria dos Quadrantes”, a “Teoria da Ocupação Efetiva”, a “Teoria dos Setores” e a “Teoria da Defrontação” (SILVA, 1987). A ausência de uma adequada definição jurídica acerca das manifestações de soberania em parcelas do Continente Gelado gerou um elevado grau de incerteza, particularmente no caso da Argentina, do Chile e do Reino Unido, cujas fatias reivindicadas encontram-se sobrepostas umas às outras (FIG. 5 e 6), gerando divergências e disputas diplomáticas e nas cortes internacionais entre os Estados envolvidos (FERREIRA, 2009).

3.2.1 Os antecedentes do Tratado da Antártica

De acordo com Vieira (2006), a partir da 2ªGM ficou patente a relevância geoestratégica da Antártica, conforme já mencionado anteriormente, em função da sua posição de defronte aos três principais oceanos do globo terrestre, tendo sido utilizada como base para alguns submarinos alemães durante o citado conflito. Durante a Guerra Fria (1947 – 1991), o Sexto Continente não ficou imune à disputa ideológica de interesses entre americanos e soviéticos, mas também foi alvo da forte disputa entre Estados pelas questões

¹² Trecho da Carta Patente de 1908 do Reino Unido que criou a Dependência das Ilhas Falklands: “*Whereas the group of islands known as South Georgia, the South Orkneys, the South Shetlands, and the Sandwich Islands, and the territory known as Graham's Land, situated in the South Atlantic Ocean to the south of the 50th parallel of south latitude, and lying between the 20th and the 80th degrees of west longitude, are part of our Dominions, and it is expedient that provision should be made for their government as Dependencies of our Colony of the Falklands*”. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/download.php?file=%2FPOL%2FPOL5_35-36%2FS003224740003792Xa.pdf&code=45cf1edcbce76f94a8274c4fdfabca59>. Acesso em 03 jul. 2023.

¹³ Países Territorialistas – Estados que formularam reivindicações territoriais no Continente Antártico, sendo eles: Argentina, Austrália, Chile, França, Nova Zelândia, Noruega e Reino Unido.

territoriais, sendo premente a busca por uma solução pacífica para a questão. A primeira tentativa multilateral com o intuito de elaborar um estatuto de amplitude internacional para o Continente Branco se deu em 1948, em função da ocorrência de incidentes entre países territorialistas. Naquela ocasião, os Estados Unidos da América (EUA) convidaram Argentina, Austrália, Chile, França, Noruega, Nova Zelândia e Reino Unido para debater a questão antártica, com propósito de buscar estabelecer uma possível internacionalização do continente, porém a referida iniciativa não foi exitosa (VIEIRA, 2006).

O Chile apresentou aos EUA uma interessante contra-proposta [sic], elaborada pelo Professor de Direito Internacional Julio Escudero Gúzman, que continha já em 1948 a gênese do Tratado da Antártica. Escudero havia sido anteriormente convocado pelo governo chileno com a missão de tentar fundamentar juridicamente as reivindicações feitas por decreto em 1940. A “Declaração de Escudero”¹⁴, como ficou conhecida, sugeria: uma moratória nas reivindicações territoriais; um acordo para o intercâmbio de dados científicos; e uma declaração de que estações e expedições à região não constituiriam fundamento para futuras reivindicações. A proposta de Escudero foi bem recebida e influenciou de forma definitiva a política norte-americana para a região: ainda em 1948, o Conselho de Segurança Nacional publicou documento listando os interesses norte-americanos na região usando termos bastante semelhantes; os EUA mantiveram consultas informais com Reino Unido e Chile e chegaram a rascunhar a declaração da moratória (FERREIRA, 2009, p. 36 e 37).

De acordo com Andrade *et al* (2008), o que seria denominado de terceiro Ano Polar Internacional, acabou se convertendo no Ano Geofísico Internacional (AGI), ocorrido entre os anos de 1957 e 1958, que englobou a condução de pesquisas científicas por diversos países, em diferentes regiões do planeta, incluindo a Antártica. O AGI, que foi organizado pelo então Conselho Internacional de Uniões Científicas, que mais tarde veio a ser renomeado para Conselho Internacional para a Ciência, contribuiu diretamente para as discussões entre os diferentes Estados interessados nos temas austrais, se configurando como uma relevante ferramenta que permitiu avanços nas negociações para o estabelecimento de um arranjo internacional para a Antártica. O referido evento também representou um momento relevante na Guerra Fria, uma vez que contribuiu para alinhar esforços de colaboração entre os blocos ocidental e o oriental. Assim, entre outubro e dezembro de 1959, sob a liderança e iniciativa dos EUA, foi realizada a Conferência de

¹⁴ Documento elaborado pelo Professor de Direito Internacional Julio Escudero Gúzman, a pedido do governo chileno, que sugeria, entre outras questões, uma moratória das reivindicações territoriais, um acordo para o intercâmbio de informações científicas e a garantia de que estações e expedições ao continente não poderiam servir como fundamentos para futuras reivindicações. A referida Declaração se constituiu como sendo o primeiro passo para o que viria a ser o Tratado da Antártica (ANDRADE *et al*, 2018, p.11).

Washington, fórum no qual praticamente não ocorreram atritos entre os Estados participantes, já que haviam sido realizados debates preliminares e conduzidas as respectivas negociações prévias, culminando com a assinatura do Tratado da Antártica, em 1º de dezembro de 1959, por doze países, que passou a vigorar somente a partir de 1961, após ter sido ratificado pelos respectivos parlamentos (ANDRADE *et al*, 2008). O referido Tratado é composto por um total 14 artigos¹⁵, que conjugados entre si, retratam alguns de seus princípios basilares, tais como: o uso pacífico da Antártica, a cooperação internacional e a liberdade de condução de atividades científicas, a não instalação de bases militares, exceto para fins de apoio à pesquisa, além do congelamento das reivindicações territoriais (MATTOS, 2015).

3.2.2 A atual estrutura do STA

De certa forma, desde a sua celebração até os dias atuais, o Tratado da Antártica foi acolhido por novos atores estatais, Partes Consultivas ou não¹⁶, bem como também foi anexando novas deliberações de reuniões entre os membros signatários, convenções e protocolos adicionais, todos relacionados à temática austral, que atualmente compõem o STA. Conforme apresentado por Ferreira, temos uma clara ideia da atual composição desse arranjo multilateral para assuntos antárticos, considerando o viés neoliberal de cooperação

O STA compreende, além do Tratado, as Resoluções das Reuniões das Partes Consultivas do Tratado da Antártica (*Antarctic Treaty Consultative Meetings – ATCMs*), o Protocolo sobre Proteção Ambiental do Tratado da Antártica (Protocolo de Madri, 1991), as decisões das Reuniões Consultivas Especiais, os resultados das Reuniões de Especialistas, além de duas outras convenções: para Conservação das Focas Antárticas (*Convention on the Conservation of Antarctic Seals*, CCAS, Londres, 1972) e para Conservação dos Recursos Marinhos Vivos da Antártica (*Convention on the Conservation of Antarctic Marine Living Resources*, CCAMLR, Camberra, 1980) (FERREIRA, 2009, p.55).

Assim sendo, é correto afirmar que o STA se constitui em um conjunto de normas internacionais que regula as atividades do homem e dos Estados no Continente Gelado, tendo como pilar originário e fundamental o próprio texto do Tratado da Antártica.

¹⁵ Conforme previsto em seu artigo XIV, o texto completo do Tratado da Antártica foi originalmente escriturado nos idiomas inglês, francês, russo e espanhol. Disponível em: <https://documents.ats.aq/recatt/att005_e.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2023.

¹⁶ Atualmente o STA possui um total de 17 Estados com o *status* de Partes Consultivas, ou seja, que possuem o poder de voto nas questões relacionadas à Antártica, além de outros 27 Estados que são considerados Partes Não-Consultivas, ou seja, que participam das reuniões anuais, porém sem direito a voto. Disponível em: <<https://www.ats.aq/devAS/Parties?lang=e>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

De acordo com Mattos (2015), a pioneira das ATCMs ocorreu na cidade de Canberra – Austrália, entre os dias 10 e 24 de julho de 1961, com periodicidade inicial de ser realizada a cada dois anos. Nessas reuniões, apenas os Estados que são Partes Consultivas gozam da prerrogativa do voto, enquanto que os demais Estados que fazem parte do STA, chamados de Partes Não-Consultivas, possuem o direito de participar das reuniões, mas atuando apenas como observadores. Até o ano de 1995, todas as deliberações registradas eram designadas como sendo “Recomendações”, as quais teriam sua vigência validada somente após a ratificação de todos os participantes. A partir de 1995, as ATCMs¹⁷ passaram a ser realizadas anualmente e seus documentos decorrentes foram divididos em três diferentes classificações, a saber: “Medidas”, as quais devem ser ratificadas pelos respectivos Estados membros; “Decisões”, que se referem a assuntos internos, passando a vigorar imediatamente após a conclusão da referida reunião; e “Resoluções”, cujo conteúdo textual é sugestivo, sem qualquer efeito jurídico vinculante (MATTOS, 2015).

Tendo em vista que algumas deliberações das ATCMs não eram consideradas efetivas e satisfatórias quando se referiam a temas mais específicos e polêmicos, surgiu a necessidade de abordar as questões relacionadas aos recursos naturais em outros dois fóruns, a CCAS e a CCAMLR, as quais foram complementadas futuramente pelo Protocolo de Madri. Em relação à CCAS, a mesma surgiu depois de um período de expedições às águas austrais ocorridas na década de 60 do século passado, com o intuito de retomar a caça às focas antárticas, acarretando em uma reação coletiva pelas Partes Consultivas do STA. Dessa forma, após algumas medidas preliminares, a CCAS foi assinada na cidade de Londres – Reino Unido, em 1972, passando a vigorar a partir de 1978, tendo sido revisada em 1998. Além da regulamentação da caça às focas, a CCAS foi o primeiro instrumento normativo a ser incorporado ao STA, após as ATCMs, o que denota a sua relevância (FERREIRA, 2009).

Entre o final dos anos 1960 e a década de 1970 foi observado um crescente interesse comercial nos recursos marinhos no Oceano Antártico, período esse caracterizado como sendo de super exploração de tais ativos. Dentre eles, destaca-se a abundante extração do Krill¹⁸, por parte de navios soviéticos, em função da escassez de baleias. Tendo em vista a

¹⁷ O detalhamento do funcionamento das ATCMs é normatizado pelo seu Regulamento Interno que está disponível em: <https://documents.ats.aq/keydocs/vol_2/Rules_atcm_e.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2023.

¹⁸ O krill (*Euphausia superba*) é a mais abundante espécie de zooplâncton que habita o Oceano Austral, semelhante a um pequeno camarão, de até 65mm, que constitui a base da cadeia alimentar antártica, sendo o principal alimento de baleias, focas e aves (FERREIRA, 2009, p.69).

necessidade de manutenção do ecossistema marinho, foram elaborados estudos para garantir a sustentabilidade dos recursos vivos da região austral. Nesse período, todas as Partes Consultivas foram convocadas para contribuir com pesquisas científicas sobre os recursos marinhos, objetivando sua preservação. Dessa forma surgiu a CCAMLR, que foi desenvolvida entre 1978 e 1980, passando a vigorar a partir de 1982, sendo incorporada ao STA, a qual também adota o princípio da precaução, visando à prevenção contra danos ambientais irreversíveis provenientes de informações incompletas (FERREIRA, 2009).

Após terem sido superadas as questões em relação aos recursos marinhos vivos, entraram em cena as discussões sobre a exploração mineral na região austral, tendo como pano de fundo uma eventual possibilidade da revisão do Tratado da Antártica a partir de 1991, bem como em função da crise mundial envolvendo a extração de petróleo, ocorrida em 1979. Como consequência, surgiu o Protocolo de Madri, que veio a suplementar o texto original do Tratado em questão, tendo como princípio a proteção ambiental. O referido Protocolo entrou em vigor em 1998, incorporando-se também ao STA, declarando que a Antártica é uma reserva natural dedicada à paz e à ciência, extinguindo a possibilidade de exploração de recursos minerais naquele continente e águas circundantes (FERREIRA, 2009).

3.3 Conclusões Parciais

Dessa forma, até a presente parte da pesquisa, foi possível identificar os fundamentos da Geopolítica bem como os pressupostos do Realismo e do Neoliberalismo, no contexto do campo de estudo das Relações Internacionais. Foi também realizada uma descrição sobre as características físicas da Antártica e sua importância geoestratégica, o que servirá como base para justificar os interesses geopolíticos dos Estados em relação àquele continente, com fulcro nos pressupostos da visão realista.

Com o estabelecimento do Tratado da Antártica e suas demais convenções complementares que deram origem ao STA, foi iniciado um processo amplo de cooperação multilateral, em uma ótica neoliberal, no qual alguns países latino-americanos também estavam inseridos. Tendo como foco o objeto de estudo em si, na próxima seção será realizada uma análise sobre a estruturação das RAPAL, bem como uma avaliação dos interesses geopolíticos dos principais Estados membros desse fórum em relação ao Continente Branco, quais sejam, o Brasil, a Argentina e o Chile.

4 A GENEALOGIA E A ESTRUTURA DAS RAPAL E OS INTERESSES GEOPOLÍTICOS DOS PRINCIPAIS ESTADOS PARTICIPANTES

Tendo sido concluída a fase de identificação dos fundamentos geopolíticos e da contextualização teórica no âmbito das Relações Internacionais, além da identificação da importância do Continente Gelado para os Estados, com o estabelecimento do STA em si, a pesquisa em tela revelará uma nova fase da abordagem. Para tal, será analisada a gênese e a composição das RAPAL, congregando um resumo das principais deliberações e tratativas realizadas ao longo das suas 33 edições.

Essa análise é fundamental para o estudo de modo que seja evidenciado o fortalecimento desse fórum na linha do tempo, em termos da abrangência dos temas tratados, bem como a ampliação da participação de alguns Estados nesse significativo dispositivo regional.

Em função da quantidade de assuntos a serem explicitados, esse capítulo se apresentará com um maior volume de dados, quando comparado aos demais, por se tratar da seção mais relevante da pesquisa, decorrente da necessidade de maior detalhamento das informações acerca dos Estados estudados.

4.1 A Gênese das RAPAL e sua atual estrutura

Como modelo preliminar ao que futuramente foi estabelecido, a origem das RAPAL remonta a um fórum inicial de debates sobre os programas antárticos de alguns países sul-americanos. Na essência, sua gênese é decorrente das reuniões dos Diretores dos Programas Antárticos da Argentina, Chile e Uruguai, as quais foram realizadas nas cidades de Buenos Aires (1987), Santiago (1988) e Montevideu (1989), respectivamente. Posteriormente, no ano de 1990, foram incorporados a essas reuniões representantes do Brasil, Peru e do Equador. Esse grupo de seis países constitui um fórum de coordenação latino-americano sobre temas de ordem científica, tecnológica, logística e ambiental que têm relevância na região antártica. Participam ainda desses encontros, como observadores, representantes dos programas antárticos da Colômbia e da Venezuela (RAPAL, 2023). Nas palavras do então Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Sérgio Gitirana Florêncio

Chagasteles, por ocasião do discurso de abertura da décima RAPAL¹⁹, temos uma visão sintetizada acerca da origem desse singular fórum de debates regionais e sua consolidação para o tratamento dos assuntos antárticos pelos países sul-americanos.

Sem dúvida, foram as reuniões dos representantes da Argentina, Chile e Uruguai, ocorridas ao final da década passada e posteriormente, já com a participação do Brasil, Equador e Peru, que propiciaram o lançamento da semente da cooperação latino-americana no Continente Branco. O estreitamento de laços, não somente institucionais, mas muito além, como os de amizade entre técnicos de diferentes áreas, sejam elas de caráter científico, logístico ou operativo, puderam ser concretizados por intermédio da RAPAL, permitindo que os esforços conjuntos de nossos delegados dessem mostras da solidariedade latino-americana e da união de nosso bloco em torno de um pensamento único, durante as reuniões nos demais foros internacionais ligados aos assuntos antárticos (RAPAL, 1999, p.29).

Por definição, as RAPAL (FIG. 7) se constituem como o principal dispositivo interestatal de coordenação a nível latino-americano em temas científicos, logísticos e ambientais, bem como o intercâmbio de pontos de vista e, conforme o caso, a colaboração em nível educacional, sociocultural e comunicacional de relevância na área Antártica. A periodicidade de realização dessa reuniões é anual, sendo a sede rotativa de acordo com a seguinte ordem: Argentina, Uruguai, Equador, Peru, Brasil e Chile. Caso um novo país seja adicionado como membro efetivo às RAPAL, ele ocupará o último lugar da sequência anterior. Em termos de sistemática de funcionamento, as decisões são tomadas por consenso e a reunião se encerra com a emissão formal de um Relatório Final, que deve ser ratificado por todas as partes. Além dos citados países, poderão participar das RAPAL, na qualidade de observadores, representantes de outros Estados latino-americanos, membros não consultivos do STA, desde que haja aprovação pelos administradores dos programas dos países membros (RAPAL, 2023).

Com o intuito de melhor explicitar o produto decorrente de tal iniciativa, serão abaixo listados os cinco principais objetivos das RAPAL:

1. Promover a cooperação e apoio mútuo em aspectos científicos, técnicos, logísticos e ambientais dos países latino-americanos com atividades antárticas, a fim de somar e coordenar esforços, otimizando o uso de recursos, de acordo com os princípios e objetivos estabelecidos no STA, bem como o intercâmbio de pontos de

¹⁹ Texto extraído do Informe Final da RAPAL X. Disponível em: <<https://www.rapal.org.ar/userfiles/adjuntos/rapal10.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2023.

vista e, conforme o caso, a colaboração em nível educacional, sociocultural e comunicacional de relevância na área antártica;

2. Aumentar e fortalecer a presença e os interesses comuns dos países latino-americanos na área do Tratado da Antártica;

3. Trocar informações sobre sistemas jurídicos internos relacionados às atividades na Antártica;

4. Coordenar as ações dos operadores membros das RAPAL, para adotar, na medida do possível, posições comuns dentro do Conselho de Gestores de Programas Antárticos Nacionais (COMNAP)²⁰; e

5. Contribuir para a proteção e conservação do ambiente antártico e seus ecossistemas dependentes e associados.

Dentre as principais atividades realizadas durante tais reuniões, destacam-se a apresentação de resultados de pesquisas recentes, a discussão de temas relevantes para a Antártica, como mudanças climáticas e conservação da biodiversidade, e a elaboração de projetos conjuntos de pesquisa e intercâmbio de estudantes e pesquisadores. Além desses assuntos, também constam citados nas diversas atas das RAPAL uma diversidade de tratativas sobre Medicina Polar, coordenação de Operações Logísticas integradas de apoio aos programas antárticos, preservação ambiental, operações aéreas na Antártica, entre outros. A ata da RAPAL de 1991 nos traz o seguinte

[...] os diversos países sul-americanos, que são Partes Consultivas do Tratado da Antártica, consolidaram unilateralmente sua presença e atividades na Antártica. No entanto, atualmente é necessário fortalecer a participação conjunta de forma mais efetiva. Nesse sentido, isso pode ser alcançado em primeiro lugar por meio de vínculos bilaterais em matéria científica, técnica, logística e jurídica e, em segundo lugar, por meio de ações coletivas, tudo isso para responder às novas demandas que o trabalho antártico continuamente exige e, especialmente, a eventual implementação do Protocolo do Tratado Antártico sobre o Meio Ambiente e seus Anexos. Para tanto, entende-se que é necessário promover de forma concreta o trabalho conjunto, consultas prévias e ações coordenadas ao nível da SCAR, COMNAP e dos diferentes fóruns do STA, a fim de reafirmar sua presença na atividade antártica²¹ (RAPAL, 1991, p.1 e tradução nossa).

²⁰ O Conselho de Gestores de Programas Antárticos Nacionais (*Council of Managers of National Antarctic Programs – COMNAP* e tradução nossa) é uma associação internacional, formada em 1988, que reúne os membros dos Programas Antárticos Nacionais. Esses programas têm a responsabilidade de fornecer e apoiar a pesquisa científica na área de abrangência do STA, em nome de seus respectivos governos e no espírito de cooperação do STA. Disponível em: <<https://www.comnap.aq/>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

²¹ Do original: “[...] los diversos Países Sudamericanos Partes Consultivas del Tratado Antártico, han consolidado unilateralmente su presencia y actividades en la Antártida. No obstante es necesario en la

Ao longo dos anos, as RAPAL se consolidaram como um fórum de discussão importante para os países latino-americanos com programas antárticos. Além da troca de informações e experiências, essas reuniões têm como propósito fortalecer a cooperação regional na Antártica, contribuir para a preservação do meio ambiente e promover a pesquisa científica naquela região. Desde então, as RAPAL se tornaram uma importante plataforma de cooperação regional na Antártica, promovendo uma sinergia entre os países participantes, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento dos programas antárticos na região.

As RAPAL têm contribuído significativamente para o avanço da pesquisa antártica na América Latina, ao promover a integração e a colaboração entre os programas de pesquisa da região. Elas também têm sido importantes para aumentar a visibilidade dos programas antárticos latino-americanos, tanto dentro quanto fora da região, além de buscar fortalecer as relações com outras instituições de pesquisa no campo internacional. De modo a ratificar a relevância dessa contribuição ao longo dos anos, nas palavras do discurso do Ministro de Defesa Nacional Interino do Uruguai, Dr Juan Luis Storace, por ocasião da oitava edição da RAPAL em 1997, temos que

A continuidade e vigência da RAPAL vem se concretizando, através de um processo lento, mas seguro, que tem levado a uma relação estreita, fluida e direta entre as autoridades encarregadas do cumprimento dos Programas Antárticos dos Países Latino-Americanos Partes Consultivas do Tratado Antártico e a assunção de posições comuns em fóruns internacionais, ações conjuntas e cooperação efetiva. Tudo isso, em suma, fortalece nossa atuação na área antártica e nos diferentes componentes do STA²² (RAPAL, 1997, p.35 e tradução nossa)²³.

actualidad fortalecer en forma más efectiva su participación conjunta. En tal sentido ello puede ser logrado en primer término a través de vínculos bilaterales en materia científica, técnica, logística y jurídica y en segundo término a través de acciones colectivas todo ello para poder responder las nuevas exigencias que demanda continuamente el quehacer antártico, y en especial la eventual instrumentación del Protocolo del Tratado Antártico sobre Medio Ambiente y sus Anexos. A esos efectos se entiende necesario fomentar labores conjuntas en forma concreta y consultas previas y actuaciones coordinadas a nivel de SCAR, COMNAPS y los distintos foros del Sistema Antártico, con el objeto de reafirmar su presencia en la actividad antártica” (RAPAL, 1991, p.1).

²² Do original: “La continuidad y vigencia de RAPAL, se han venido plasmando, a través de un lento pero seguro proceso que ha desembocado en una estrecha, fluida y directa vinculación de las autoridades encargadas del cumplimiento de los Programas Antárticos de los Países Latinoamericanos Partes Consultivas del Tratado Antártico y de la asunción de posiciones comunes en los foros internacionales, actuaciones conjuntas y efectiva cooperación. Todo esto, en definitiva, fortalece nuestra actuación en el área antártica y en los distintos componentes del Sistema del Tratado Antártico” (RAPAL, 1997, p.35).

²³ A íntegra do conteúdo do Informe Final da RAPAL VIII encontra-se disponível em: <<https://www.rapal.org.ar/userfiles/adjuntos/rapal8.pdf>>. Acesso em 11 mar. 2023.

Em resumo, a criação e desenvolvimento das RAPAL é um exemplo de como a cooperação regional, sob a ótica neoliberal, pode ser um fator importante para o avanço da pesquisa científica em regiões remotas e desafiadoras, como a Antártica. A iniciativa tem sido relevante para estreitar os laços entre os países latino-americanos que atuam naquele continente, além de permitir o fortalecimento da pesquisa e da conservação do meio ambiente na Antártica, nos termos do que atualmente está estabelecido nos diversos documentos correlatos do STA.

4.2 Os interesses geopolíticos dos principais Estados participantes das RAPAL em relação à Antártica

Após terem sido identificados os processos responsáveis pelo surgimento das RAPAL e sua atual estruturação e composição, o estudo em questão se direcionará para uma avaliação acerca dos interesses geopolíticos dos principais Estados que participam desse relevante fórum regional em relação ao Continente Branco. Nesse sentido, a próxima seção deste capítulo buscará demonstrar as ações adotadas pelo Brasil, pela Argentina e pelo Chile, tendo como base os pressupostos da Geopolítica e do Realismo, além da visão neoliberal, de forma que seja possível mapear a atuação de cada um desses Estados em relação à Antártica.

4.2.1 O interesse geopolítico brasileiro na Antártica

A primeira participação brasileira na região subantártica remonta ao ano de 1882, quando o astrônomo Luiz Cruls (1848 – 1908), a bordo da Corveta Parnahyba²⁴ (FIG. 8), realizou importantes observações sobre a passagem de Vênus pelo disco solar, a pedido da Academia de Ciência Francesa ao Brasil. No contexto do século XX, o Brasil incorporou-se de forma tardia na questão antártica. O interesse econômico sobre a Antártica só veio a aparecer na segunda metade do século XX, vinculado à potencialidade de exploração mineral do continente. À exceção de colaborações materiais em expedições antárticas como a expedição belga comandada por Adrien de Gerlache (1866 – 1934) e a expedição francesa

²⁴ A corveta “Parnahyba” deslocava 602 toneladas e era movida a vela e por uma máquina a vapor de 120 Hp. Foi comandada pelo Capitão de Fragata Luiz Philippe de Saldanha da Gama durante a viagem realizada à Patagônia, da qual participou o astrônomo Luiz Cruls. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br.secirm/files/brasil_na_antartica.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2023.

de Jean Baptiste Charcot (1867 – 1936), as primeiras manifestações brasileiras de interesse sobre o Continente Branco somente surgiram nos meados dos anos de 1950 (CARDONE, 2015).

4.2.1.1 O caminhar brasileiro até a adesão ao Tratado da Antártica

O despertar de interesses geopolíticos brasileiros na Antártica ocorreu no meio militar. No início de 1955, no Estado-Maior do Exército, um estudo realizado pelo então Tenente Coronel Wladimir Fernandes Bouças tratava sobre os direitos e interesses do Brasil na Antártica, no qual analisava as reivindicações territoriais apresentadas pelos sete países territorialistas naquela região. Nesse estudo, o Coronel Bouças defendia que o Brasil também teria direito a uma reivindicação territorial no continente antártico pelo critério da defrontação. Tal estudo somente veio a ser publicado em 1956 na revista “Mensário de Cultura Militar de nº 90/91”, editada pelo Estado-Maior do Exército (MATTOS, 2014). Em função da ausência de ocupação efetiva na Antártica, Bouças considerava que os acontecimentos históricos deviam ser ignorados. Ele apenas se concentrou no conceito de vizinhança, que poderia ser regulamentado pelos limites territoriais extremos, excluindo a parte insular, critério esse que se aplicaria a todos os Estados que circundam o Círculo Polar Antártico (MOREIRA, 1982).

Em continuidade aos primeiros passos brasileiros na direção dos assuntos antárticos, a professora e geógrafa Therezinha de Castro (1930 – 2000) publicou na Revista do Clube Militar, na edição de abril – junho de 1956, o artigo “A Questão da Antártica”, subscrito por seu mestre Delgado de Carvalho (1884 – 1980), defendendo a presença brasileira naquele continente, por meio da chamada “Teoria da Defrontação”, a qual sugere que o Brasil teria direito a uma reivindicação territorial na Antártica e deveria por em prática tais direitos (MENEZES, 1982).

A ideia de uma reivindicação territorial do Brasil na Antártica atingiu sua forma mais radical na chamada Teoria da Defrontação, defendida por diversos autores a partir de 1956, com reflexos até o fim dos anos 80. O núcleo central dos mais ardentes defensores da Teoria da Defrontação era composto por estudiosos de filiação *ratzeliana*, ligados pelo Colégio Pedro II e a Escola Superior de Guerra (ESG): Carlos Delgado de Carvalho, pioneiro no estudo e no ensino de Geografia no Brasil, professor do Colégio Pedro II e do Instituto Rio Branco; Therezinha de Castro, geógrafa do IBGE, professora do Colégio Pedro II e da ESG; e Eurípides Cardoso de Menezes, teólogo, deputado federal por cinco mandatos consecutivos de 1955 a 1975, estagiário na ESG em 1972 (FERREIRA, 2009, p.118).

A professora Therezinha de Castro foi a grande defensora da presença brasileira na Antártica com a sua Teoria, que beneficiaria não só o Brasil, mas também Argentina, Chile, Equador, Peru e Uruguai, curiosamente todos os Estados que atualmente são partes integrantes das RAPAL. No ano de 1957, Therezinha de Castro novamente escreveu sobre o tema, publicando na mesma Revista do Clube Militar, um artigo mais desenvolvido sob o título “Antártica, o assunto do momento”, trazendo de forma inédita um mapa do Brasil que incluía a parte do território antártico que seria pertencente ao país em função dos princípios da “Teoria da Defrontação” (FIG. 9 e 10) (CASTRO, 1976; MENEZES, 1982). Ela sempre foi muito incisiva com relação ao assunto “Antártica” e escreveu um livro que se tornou referência obrigatória sobre o tema, apresentando concepções geopolíticas, teorias, histórico de atividades estrangeiras e respectivas reivindicações, bem como levantamentos de riquezas locais. Sua doutrina teve muita influência na ESG e demais Escolas de Estado-Maior (MATTOS, 2015). Nesse contexto, acadêmicos militares também continuavam a estudar o assunto. Para eles, em função do evidente valor estratégico e do potencial econômico da Antártica, o Brasil deveria ser candidato para exercer seu controle parcial, sendo que os interesses brasileiros, nesse caso, não deviam estar fundamentados em razões históricas ou econômicas, mas sim nas exigências de segurança nacional (MOREIRA, 1982). Para os defensores dessa teoria, o Tratado da Antártica seria apenas temporário e, após sua futura revisão, o continente austral seria dividido entre os países territorialistas, portanto, seria de interesse brasileiro estar entre esses países. A Teoria usava como respaldo legal a Doutrina da Segurança Nacional em conjunto com argumentos analogicamente similares aos utilizados pelo Chile e Argentina (CASTRO, 1976; MENEZES, 1982).

Ferreira (2009), relata que aparentemente o Itamaraty só veio a se interessar em relação a uma posição oficial brasileira sobre a Antártica em decorrência de uma proposta da Índia²⁵ para incluir a questão antártica na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Essa pauta derivava de um estudo que advertiu sobre os potenciais conflitos de interesses brasileiros, que poderiam se contrapor às posições da Argentina e do Chile, bem como recomendava ao Brasil não emitir nenhuma reivindicação territorial, apoiando a internacionalização do continente austral, no caso de ter que definir uma posição. Naquela

²⁵ A proposta da Índia na XI AGNU era denominada “A questão da utilização pacífica da Antártica”. Em razão da forte pressão exercida pela Argentina e pelo Chile e da falta de interesse real do governo indiano, essa proposta foi retirada da pauta, antes mesmo do início da referida assembleia (MOREIRA, 1982, p.64 e 65).

ocasião, o Brasil se pronunciou, a partir de instruções enviadas à missão diplomática, de que o assunto era relevante para o país, mas admitia que não tinha intenções, naquele momento, de fazer qualquer reivindicação territorial. O Estado brasileiro reconhecia o critério do *uti possidetis*, de descoberta e de defrontação como meios para a reivindicação territorial da área continental, mas não demonstrou nenhum interesse concreto com viés de territorialidade. Ademais, a missão brasileira foi instruída para que fosse favorável a uma utilização pacífica da Antártica, e considerava o estudo e a administração do continente no âmbito das Nações Unidas (FERREIRA, 2009).

A Teoria da Defrontação exerceu um papel relevante na conformação de um pensamento político brasileiro voltado a Antártica. Esse pensamento foi consolidado por meio de uma série de princípios que, se não gerou de fato uma política de Estado consonante com a posição territorialista, foram adaptados e adotados como próprios no que foi a posição oficial do governo, a partir da adesão ao Tratado da Antártica.

Posteriormente, em 1958, o Brasil novamente se pronunciou sobre o assunto, intensificando seu interesse sobre o tema. Dessa vez, a posição brasileira ocorreu devido à iniciativa estadunidense em convocar países participantes do AGI e que haviam reivindicado ou desenvolvido alguma atividade no continente antártico para participar da Conferência de Washington, a ser realizada em 1959. O Brasil, visto que ainda não havia enviado expedições ao continente ou conduzido pesquisas na região, não foi convidado pelos EUA para participar da referida conferência. Tal atitude norte-americana levou o Brasil, em 1958, a enviar uma nota diplomática confidencial criticando o critério para o convite, declarando que o país não estaria obrigado a acatar nenhuma deliberação sem sua presença, além de se sentir no direito de ter livre acesso à Antártica ou apresentar alguma reivindicação quando julgasse necessário, pois tinha o imperativo de proteger a sua segurança nacional (FERREIRA, 2009).

O sistema científico relativamente atrasado do Brasil e as hesitações em relação às eventuais reações de alguns países do continente sul-americano impediram seu envolvimento inicial na Antártica. Ao contrário do Brasil, Argentina e Chile, que vinham intensificando suas reivindicações territoriais e suas atividades científicas na Antártica desde o fim da década de 30 do século XX, foram os únicos países latino-americanos que participaram da elaboração das diretrizes jurídicas do Tratado. Segundo descreve Ferreira, o

Itamaraty²⁶ só considerou a questão Antártica a partir da tentativa da Índia de introdução da questão de internacionalização do continente na AGNU em 1956, optando nessa oportunidade por uma posição “neutra”. Apenas na década de 1970 a questão foi analisada com mais detalhe pelo governo, a partir de um pedido de informe realizado a quem era, no momento, o maior especialista na questão: o Conselheiro João Frank da Costa. O informe afirmava que o Tratado da Antártica constituía um fato inapelável, e que a conveniência para o Brasil se encontrava na sua incorporação a esse, mais do que qualquer ato contrariando ao regime já fora estabelecido (FERREIRA, 2009).

Apesar das objeções do Brasil, o Tratado da Antártica foi assinado em 1959 sem sua participação, conforme já explicitado no capítulo 3. A questão ficou no esquecimento até a década de 1970, quando um grupo de intelectuais fundou o Instituto Brasileiro de Pesquisas Antárticas e pressionou por uma expedição antártica. No entanto, o governo brasileiro atrasou o projeto para evitar antagonizar com a Argentina e o Chile. Somente em 1975, quando as negociações com a Argentina sobre o projeto hidrelétrico de Itaipu avançaram, o governo brasileiro aderiu ao Tratado da Antártica (CARDONE, 2015).

4.2.1.2 A adesão do Brasil ao Tratado da Antártica

Conforme já visto no capítulo 3, a Antártica possui diferentes recursos naturais e minerais, com destaque para a abundante reserva de água doce, além da sua relevante característica geoestratégica, sendo então um local que desperta o interesse de muitos Estados. Tendo em vista a proximidade com o Continente Austral, é importante para o Brasil ampliar os estudos científicos nessa região, que é origem de vários fenômenos naturais que influenciam o clima brasileiro e as atividades relacionadas à pesca.

De acordo com Gandra (2013), a fundação do Instituto Brasileiro de Estudos Antárticos (IBEA) em 1972, pode ser vista como um divisor de águas em relação aos interesses brasileiros na Antártica, deixando para trás aspirações territorialistas, representadas pela ótica da Teoria da Defrontação, passando a focar nas questões científicas. Embora formado por um grupo eclético de profissionais liberais, e sem apoio

²⁶ O Ministério das Relações Exteriores, conhecido como Itamaraty, é o órgão do Poder Executivo responsável pela política externa e pelas Relações Internacionais do Brasil nos Planos Bilateral, Regional e Multilateral. O Itamaraty assessora ao Presidente da República na formulação da política exterior do Brasil e na execução das relações diplomáticas com Estados e Organismos Internacionais. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/apresentacao>>. Acesso em: 17 mar. 2023.

político e financeiro, o IBEA contribuiu para a formulação de um viés de pensamento científico antártico brasileiro, sendo a primeira instituição a conceber a ideia de uma expedição científica na região antártica. Dois anos mais tarde, em 1974, por iniciativa do então Presidente do Brasil, o General Ernesto Geisel, ocorreu a criação da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM)²⁷, órgão vinculado ao extinto Ministério da Marinha, cujo objetivo principal era coordenar os assuntos relativos à consecução da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM)²⁸. A criação da CIRM pode ser analisada a partir da inflexão da geopolítica brasileira, em direção ao Atlântico Sul. O processo de expansão da esfera de atuação do Brasil até a região antártica foi determinante para o estabelecimento do PROANTAR (GANDRA, 2013).

Essa mesma linha geral de ação serviu de base para as exposições de motivos que o Itamaraty levava à Presidência da República em 1974 e 1975 solicitando a adesão do Brasil ao Tratado da Antártica. A adesão era justificada a partir de motivações estratégicas de segurança derivadas da posição geográfica do Brasil; do potencial de aproveitamento econômico da região; e da possibilidade de participar nas discussões sobre o futuro do Continente (CARDONE, 2015). De acordo com Ferreira, o processo de adesão do Brasil ao Tratado da Antártica pode ser resumido conforme o trecho a seguir

Portanto, da leitura da Exposição de Motivos de 1975, recomendando a adesão do Brasil ao Tratado da Antártica, assim como de sua antecessora de 1974, podemos depreender que: 1) a adesão brasileira foi motivada principalmente por considerações de ordem estratégica e de segurança, além da perspectiva da exploração de recursos naturais, notadamente minerais; 2) houve influência de grupos territorialistas no processo, mas o Brasil jamais chegou a apresentar uma reivindicação territorial na Antártica; 3) o Tratado não era visto como um arranjo peremptório, mas transitório, e o critério da defrontação poderia ser invocado quando de sua revisão, prevista para 1991. A percepção de que o regime teria que ser revisto em 1991 era amplamente difundida, mas é uma interpretação imprecisa da letra do Tratado, que diz que a partir dessa data qualquer Parte Consultiva poderia, se desejar, solicitar a realização de uma conferência de revisão (Art. XII) – em princípio a vigência do Tratado é “para sempre”, segundo seu preâmbulo (FERREIRA, 2009, p.129).

²⁷ A Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) foi criada em 12 de setembro de 1974, por meio do Decreto nº 74.557, com a finalidade de coordenar os assuntos relativos à consecução da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D74557.htm>. Acesso em: 21 mar. 2023.

²⁸ A PNRM tem por finalidade orientar o desenvolvimento das atividades que visem à efetiva utilização, exploração e aproveitamento dos recursos vivos, minerais e energéticos do Mar Territorial, da Zona Econômica Exclusiva e da Plataforma Continental, de acordo com os interesses nacionais, de forma racional e sustentável para o desenvolvimento socioeconômico do País, gerando emprego e renda e contribuindo para a inserção social. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5377.htm>. Acesso em: 21 mar. 2023.

Foi por meio das recomendações formuladas pelo Itamaraty que o governo brasileiro decidiu aderir ao Tratado da Antártica. Ainda de acordo com Ferreira (2009), “o Brasil comunicou, em 16 de maio de 1975, ao Governo dos EUA, depositário do Tratado, a decisão de aderir ao instrumento, referendada pelo Congresso doze dias depois. O Decreto 75.963 de 11 de julho de 1975 promulgou o referido Tratado” (FERREIRA, 2009, p.129).

4.2.1.3 Da criação do PROANTAR aos dias atuais

Em relação à criação do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), a legislação sobre o tema foi estabelecida por meio do Decreto nº 86.830/82, que designou à CIRM a competência para elaborar o projeto do PROANTAR, o qual seria submetido à aprovação futura da Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR)²⁹.

O objetivo primordial do PROANTAR é promover a produção de pesquisa científica de qualidade na região austral, em diferentes áreas de estudo, com o propósito de identificar os fenômenos que ali ocorrem e que possam ter impactos a nível regional e global, com foco naqueles que possam influenciar o território brasileiro. Configura-se como sendo um programa de Estado, de execução descentralizada, que conta com atuação de diferentes setores nacionais, com o intuito de garantir a presença estratégica do Brasil no Sexto Continente, respeitando as medidas relacionadas à questão da preservação do meio ambiente antártico. De acordo com Andrade *et al* (2018),

O PROANTAR é, desse modo, um programa interinstitucional, cuja execução é compartilhada pelos seguintes órgãos: Ministério da Defesa (MD), por intermédio da Marinha do Brasil, responsável pelas atividades operacionais e logísticas, e da Força Aérea Brasileira (FAB), que realiza voos de apoio ao programa; Ministério das Relações Exteriores (MRE), responsável pelos aspectos políticos; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), incumbido de definir a política científica do programa; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), responsável pelo financiamento e coordenação das pesquisas científicas; Ministério de Minas e Energia (MME), que, por meio da Petrobras, fornece os combustíveis para o programa; e Ministério do Meio Ambiente (MMA), cuja participação é voltada para os aspectos ambientais. Além disso, universidades e institutos de pesquisa nacionais estão envolvidos atualmente nas atividades e pesquisas antárticas. (ANDRADE *et al*, 2018, p.20).

²⁹ A Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR) foi criada pelo Decreto nº 86.829/1982, com a finalidade de assessorar o Presidente da República na formulação e na consecução de uma Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1980-1984/D86829.htm>. Acesso em: 21 mar. 2023.

Tendo sido superada a fase de adesão ao Tratado da Antártica, bem como a criação e o estabelecimento, ainda que prematuro, do PROANTAR, era necessário ao Estado brasileiro a ascensão à categoria de membro consultivo do referido Tratado. Para tal, o desenvolvimento de pesquisas relevantes no continente austral era requisito obrigatório para que o Brasil pudesse pleitear tal posição junto aos demais Estados componentes do STA. Um relevante fato ocorrido para a concretização do PROANTAR e o início do planejamento para a primeira expedição científica brasileira ao Continente Branco foi a aquisição, em julho de 1982, do navio dinamarquês *Thala Dan*, que veio a ser incorporado à MB como Navio de Apoio Oceanográfico (NAPoC) “Barão de Teffé”. Em paralelo, ao longo dos anos 1980, o Brasil procurou estabelecer uma rede de possíveis parceiros para cooperação na região antártica, incluindo a Argentina e o Chile, sendo essas ações as sementes para o estabelecimento de programas de cooperação interestatal que possibilitassem ao Brasil a tão sonhada chegada à Antártica de forma autônoma e perene.

Nas palavras de Ferreira (2009), temos uma síntese das ações cooperativas entre Brasil, Argentina e Chile, que foram determinantes para a realização da primeira expedição brasileira ao continente gelado, a Operação Antártica (OPERANTAR I), que ocorreu entre dezembro de 1982 e fevereiro de 1983, conforme a seguir

O rápido fim da Guerra das Malvinas possibilitou que a CONANTAR iniciasse suas reuniões, primeiramente em caráter informal, aprovando as deliberações feitas no âmbito da CIRM e elaborando seu regulamento. Possibilitou também que o Brasil organizasse sua primeira expedição antártica para o verão de 1982 – 1983, a Operação Antártica I. O convite chileno para cooperação foi aceito e, “em espírito de equilíbrio”, também foram estabelecidos programas de cooperação com a marinha argentina, oferecidos de bom grado no contexto da posição brasileira sobre as Malvinas durante o conflito de 1982. A busca de equilíbrio na colaboração de chilenos e argentinos ao PROANTAR reflete a preocupação em não se envolver nas disputas territoriais entre Argentina e Chile, especialmente a do Canal de Beagle, que quase levou os dois países à guerra no final dos anos 70. Para a temporada de 1982/3, oficiais da Marinha do Brasil já haviam estagiado nos programas antárticos de Chile e Argentina, assim como recebido instruções especiais para operações na Antártica. (FERREIRA, 2009, p. 134).

A OPERANTAR I contou com a participação do NAPoC “Barão de Teffé” e do Navio Oceanográfico “Professor Wladimir Besnard” do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (USP) (FIG. 11), quando ocorreu o primeiro hasteamento da bandeira do Brasil no solo da Antártica (FIG. 12). Enquanto a missão do “Besnard” era estritamente científica, o “Barão de Teffé” tinha como objetivo realizar treinamento de navegação nos campos de

gelo e a condução de voos de esclarecimento aéreo por meio do emprego de helicópteros. O navio também visitou algumas estações de diversos países na região austral e contava com observadores da Argentina e do Chile na sua tripulação. Além do caráter científico, essa missão tinha como objetivo identificar uma área adequada para a construção da estação científica brasileira, bem como serviu de argumento para que o Brasil reafirmasse seu pleito de ser reconhecido e admitido como Parte Consultiva do Tratado da Antártica, fato esse que veio a se concretizar em 12 de setembro de 1983, na cidade de Canberra, na Austrália, por ocasião da V Reunião Especial Consultiva do Tratado da Antártica (*Special Antarctic Treaty Consultative Meeting – SATCM*)³⁰ (FIG. 13 e 14).

Nesse contexto, não é exagero afirmar que a chegada do Brasil à Antártica somente foi viabilizada pela cooperação multilateral com a Argentina e o Chile, em uma evidente visão neoliberal, em função dos apoios prestados em termos de assessoria no planejamento, treinamento e adaptação climática; de apoios logísticos nas cidades de Punta Arenas (Chile) e Ushuaia (Argentina); e por meio da cooperação das estações argentinas e chilenas localizadas na Península Antártica, por ocasião dessa pioneira expedição do Estado brasileiro ao Continente Austral. Outro importante passo para a consolidação da presença brasileira na Antártica se materializou por ocasião da instalação da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), durante a OPERANTAR II, ocorrida entre dezembro de 1983 e fevereiro de 1984. A EACF foi instalada em 06 de fevereiro de 1984 na Baía do Almirantado, na Península Keller da Ilha Rei George, pertencente ao arquipélago das Shetlands do Sul (FIG. 15) (FERREIRA, 2009). Inicialmente provida de oito módulos, a EACF foi ampliada para 33 módulos no ano seguinte à sua construção. Em 1986 a estação passou a ser ocupada permanentemente por pesquisadores e militares brasileiros (ANDRADE *et al*, 2018).

Se verificamos a amplitude do Programa Antártico Brasileiro, o pequeno intervalo entre a nossa primeira expedição e a aceitação do Brasil como Parte Consultiva do Tratado, a instalação da Estação na Antártida e de uma Estação de Apoio em Rio Grande, no curto período compreendido entre janeiro de 1982 e janeiro de 1984, logo compreendemos a importância que os interesses de caráter científico, político, econômicos e estratégicos, pressionando mais do que nunca o sistema antártico, têm para o Brasil. (PACHECO, 1986, p.119).

³⁰ O texto integral da Ata da V Reunião Especial Consultiva do Tratado da Antártica (*Special Antarctic Treaty Consultative Meeting – SATCM*), no idioma inglês, encontra-se disponível em: <https://documents.ats.aq/SATCM5/fr/SATCM5_fr001_e.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.

No ano 1984, o Brasil também foi admitido como membro efetivo do SCAR³¹, sendo esse considerado mais um relevante degrau para a consolidação brasileira como Parte Consultiva do Tratado da Antártica (NUNES, 2005). Para uma completa adesão ao STA, além de acatar todas as recomendações anteriores oriundas das ATCMs, o Brasil deveria também buscar sua adesão à CCAMLR e à CCAS. De acordo com Ferreira (2009), temos que

“Em 1986 o Brasil aderiu à CCAMLR, adotando uma posição conservacionista, de país não pesqueiro; apesar disso, desde o princípio afirmou interesse em eventualmente exercer a pesca comercial na região [...] A CCAS foi incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto nº 66/1991, de 18 de março de 1991. Na prática, o Brasil já estava plenamente integrado ao STA com a adesão ao SCAR e à CCAMLR” (FERREIRA, 2009, p.140).

No ano de 1987, apenas quatro anos após sua admissão como Parte Consultiva do Tratado da Antártica, o Brasil sediou, pela primeira vez, na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 5 e 16 de outubro, a décima quarta edição das ATCMs, mostrando sua capacidade de participar ativamente das decisões relacionadas ao STA e ao futuro do continente antártico. Outro significativo acontecimento que ampliou a visibilidade dos temas austrais para o Estado brasileiro foi a emissão, no mesmo ano, da Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR). Criada pelo Decreto nº 94.401³², de 03 de junho de 1987, a POLANTAR visava à consecução dos objetivos do Brasil na Antártica, levando em consideração os compromissos assumidos no âmbito do STA. O seu artigo 10 listava claramente os interesses do Brasil na Antártica, representados pelos seguintes objetivos:

- a. Participação em todos os atos internacionais e instituições que compõem o STA;
- b. Prosseguimento e ampliação do PROANTAR, que fundamenta a inclusão do Brasil entre os Membros Consultivos, objetivando:

³¹ O Comitê Científico de Pesquisa Antártica (*Scientific Committee on Antarctic Research – SCAR*) é uma organização temática do Conselho Internacional de Ciência (*International Science Council – ISC*) e foi criado em 1958. O SCAR é encarregado de iniciar, desenvolver e coordenar pesquisas científicas internacionais de alta qualidade na região da Antártica (incluindo o Oceano Antártico) e sobre o papel da região antártica no sistema terrestre. Esse comitê fornece aconselhamento científico objetivo e independente para as Reuniões Consultivas do Tratado da Antártica e outras organizações, sobre questões de ciência e conservação que afetam a gestão da Antártica e do Oceano Antártico e sobre o papel da região antártica no sistema terrestre. Disponível em: <<https://www.scar.org/>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

³² O Decreto nº 94.401/1987 foi revogado pelo Decreto nº 11.096/2022, por ocasião da revisão da POLANTAR. Texto original disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D94401.htm>. Acesso em: 23 mar. 2023.

- i. Maior conhecimento científico da região antártica em todos os seus aspectos, por meio do desenvolvimento das atividades brasileiras na Antártica, com envolvimento crescente de cientistas brasileiros;
 - ii. Identificação dos recursos econômicos vivos e não-vivos e obtenção de dados sobre as possibilidades do seu aproveitamento; e
 - iii. Desenvolvimento da tecnologia brasileira aplicável às condições fisiográficas e ambientais no continente antártico e da área marinha adjacente, bem como a eventual exploração e o aproveitamento de recursos vivos e não-vivos;
- c. Participação na exploração e aproveitamento de recursos vivos marinhos e de recursos minerais antárticos e, se esta ocorrer, participação igualmente em condições que compensem a condição de país em desenvolvimento.

A edição da POLANTAR, em que pese uma alusão à importância da preservação ambiental do Continente Antártico para o Brasil, aponta para interesses específicos brasileiros no que tange à participação da exploração dos recursos naturais antárticos e coloca a ciência como subsidiária na identificação das fontes de tais recursos. Apesar da recente admissão como Parte Consultiva e plena incorporação ao STA, alinhando-se aos preceitos neoliberais vigentes quando da sua adesão, em 1975, ao aludido Tratado, nota-se que, com a emissão dessa POLANTAR, o Brasil adota uma postura com viés do Realismo ao divulgar, entre seus objetivos naquela região, o interesse na participação da exploração de recursos marinhos e minerais, ainda que tais intenções não fossem permitidas, conforme descrito no Capítulo 3.

Um relevante ato da política externa brasileira em relação ao Continente Branco ocorreu em fevereiro de 1991, 30 anos após a entrada em vigor do Tratado da Antártica, quando o então Presidente Fernando Collor realizou a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro à EACF (FERREIRA, 2009). Naquela ocasião, Collor enviou uma mensagem³³ aos demais Chefes de Estado das Partes Consultivas do STA, na qual ressaltou o “momento de especial reflexão, pois este continente figura um singular exemplo de paz e cooperação”

³³ A íntegra da Mensagem do Presidente Fernando Collor, emitida em 20 de fevereiro de 1991, diretamente da Península Antártica, aos Chefes de Estado e respectivos Ministros de Estado da África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, China, Coreia, Equador, Espanha, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Índia, Itália, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Peru, Polônia, Reino Unido, República Federal da Alemanha, Suécia, Uruguai e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas encontra-se disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_68_jan_jun_1991.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2023.

graças ao mecanismo estabelecido pelo Tratado de Washington, que conseguiu “repudiar a atividade predatória, afastar a exploração mineral e consolidar a preservação do meio ambiente”, finalizando que “aqui (na Antártica) é a ciência que nos ilumina” (COLLOR, 1991, p. 285 e 286). No mesmo ano, o Brasil assinou o Protocolo de Madri, o qual foi incorporado ao ordenamento jurídico nacional por meio do Decreto nº 2.742³⁴, de 20 de agosto de 1998, consolidando a completa internalização dos documentos pertencentes ao STA (FERREIRA, 2009).

O STA configura um cenário bastante diferente das expectativas quando da adesão brasileira e o Brasil soube adaptar-se a essa evolução. A política brasileira para a Antártica está hoje necessariamente ligada ao STA, um instrumento de cooperação internacional que comprovou sua efetividade e importância para a proteção do meio ambiente e a manutenção da paz, administrando em conjunto uma parte considerável do globo. A continuidade da presença do Brasil no continente austral depende da manutenção e ampliação do PROANTAR, condição imprescindível para a participação brasileira no fórum político que decide os destinos da Antártica e consecução dos interesses brasileiros na região (FERREIRA, 2009, p. 155).

De modo a ampliar a capacidade de apoio logístico às OPERANTAR, bem como possibilitar a substituição do NApOc “Barão de Teffé”, em 1994 o Brasil adquiriu, junto à Noruega, o navio *Polar Queen*, que foi construído em 1981 e submetido a um processo de modernização em 1986. Após sua incorporação à MB, foi renomeado como NApOc “Ary Rongel” (FIG. 16) e possui a capacidade de operar em campos de gelo fragmentado e com helicópteros de emprego geral de pequeno porte, além de possuir dois porões internos onde pode ser transportado um volume de 1.254m³ de carga. O “Gigante Vermelho”, após ter sido comissionado, iniciou prontamente suas atividades no Continente Branco, ostentando a bandeira brasileira no seu mastro, a partir da OPERANTAR XIII (1994 – 1995) (SECIRM, 2023).

Ainda na esteira de fatos relevantes em relação à atuação brasileira junto ao Sexto Continente, foi instituído, em 1996, por meio do Decreto nº 1.791³⁵, de 15 de janeiro de 1996, o Conselho Nacional de Pesquisas Antárticas (CONAPA). O CONAPA é um Comitê consultivo de caráter permanente, composto pela representação de cientistas e gestores públicos, coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, com

³⁴ O texto completo do Decreto nº 2.742/1998 encontra-se disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2742.htm>. Acesso em: 29 mar. 2023.

³⁵ O Decreto nº 1.791/1996 foi revogado pelo Decreto nº 10.603/2021. Texto original disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1791.htm>. Acesso em: 27 mar. 2023.

a função de, em consonância com a POLANTAR, assessorar o Ministro em assuntos relacionados à política científica e tecnológica para a Antártica, no âmbito do PROANTAR.

Tendo em vista a relevância política e estratégica do Sexto Continente para o Brasil, outro marco importante no que se refere aos interesses brasileiros em relação à Antártica ocorreu em 1996, por ocasião da promulgação da Política de Defesa Nacional (PDN), sendo essa a primeira iniciativa para orientar os esforços de toda a sociedade brasileira no sentido de reunir capacidades, em nível nacional, a fim de desenvolver as condições para garantir a soberania do País, sua integridade e a consecução dos objetivos nacionais. Nesse documento, inédito até então, constava claramente que, para a consecução dos objetivos da PDN, o Brasil deveria “promover o conhecimento científico da região antártica e a participação ativa no processo de decisão do seu destino” (BRASIL, 1996, p.11). A alusão explícita na PDN sobre a necessidade de atuação do Estado em relação ao futuro da Antártica reforça os interesses geopolíticos brasileiros na região, seguindo as diretrizes da cartilha do neoliberalismo, dado que, como Parte Consultiva do STA, o Brasil já estava imerso no modelo multilateral adotado no referido sistema.

Uma singular iniciativa do Poder Legislativo, determinante para a renovação do PROANTAR, que corrobora com a importância da Antártica para os interesses nacionais, foi a criação, em 2007, da “Frente Parlamentar de Apoio ao Programa Antártico Brasileiro” cujo objetivo estabelecido foi de “atuar junto aos órgãos competentes a fim de auxiliar no levantamento de recursos e transposição de obstáculos para obter os meios necessários ao desenvolvimento do referido Programa de forma plena”. A referida Frente, cujas tarefas são desempenhadas até a atualidade, também realiza um trabalho de aproximação entre o Parlamento e os cientistas brasileiros que atuam na Antártica e, conseqüentemente, os auxilia nos contatos com os órgãos públicos (SECIRM, 2023).

Tendo como foco a ampliação da capacidade de pesquisa brasileira na região antártica, o Brasil adquiriu, em 2009, o navio *Ocean Empress* que, após um processo de modernização, foi incorporado à MB como Navio Polar (NPo) “Almirante Maximiano” (FIG. 17). O início das operações do “Tio Max” no Continente Gelado elevou a capacidade de pesquisa embarcada, em função de seus laboratórios e equipamentos voltados para o apoio científico (SECIRM, 2023).

No alvorecer do ano 2012, as atividades de pesquisa científica e de presença brasileira na Antártica sofreram um duro golpe. Na madrugada de 25 de fevereiro daquele

ano, um forte incêndio acometeu a EACF (FIG. 18 e 19), provocando a morte de dois militares, que tentaram combater o fogo, mas não conseguiram escapar das chamas, bem como acarretou na destruição de aproximadamente 70% das instalações da estação. Apesar do incidente, as pesquisas científicas prosseguiram a bordo dos navios NPo “Almirante Maximiano” e NApOc “Ary Rongel”, em acampamentos temporários instalados na área da Península Antártica e também nas estações antárticas de outros países parceiros, como a Argentina e o Chile, com os quais o Brasil tem sólida cooperação na Antártica (SECIRM, 2023). No mesmo ano o Estado brasileiro se mobilizou para iniciar a reconstrução da EACF³⁶, tendo como medida mitigadora para a continuidade das pesquisas e da presença brasileira no Continente Branco a instalação de Módulos Antárticos Emergenciais (MAE), que passaram a funcionar como laboratórios e alojamentos, os quais foram a casa do Brasil na Antártica até a reconstrução total da EACF, tema esse que será abordado adiante.

O ano de 2012 também trouxe a emissão, pelo Congresso Nacional, do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), sendo esse o mais completo documento sobre as atividades de defesa do Brasil e voltado para a sociedade. Nesse mesmo ano foi emitida uma atualização da antiga PDN, a qual havia sido revisada em 2005 e sem maiores alterações em relação ao tema antártico, passando a ser denominada como Política Nacional de Defesa (PND), contemplando também a sua decorrente Estratégia Nacional de Defesa (END). No que tange ao conteúdo do LBDN, a região marítima da Antártica, dentre outros espaços marítimos, é citada como área estratégica de maior prioridade e importância para o Brasil. De forma a salientar a relevância da Antártica para o Brasil, o LBDN de 2012 nos traz o seguinte

Parte significativa da costa brasileira é atingida pelos ventos da região antártica e as correntes marinhas trazem recursos vivos, nutrientes e oxigênio para o litoral do Brasil, fatos que influenciam diretamente a costa de sua região Sul. Grande parte do pescado disponível no litoral brasileiro sofre influência das massas de água provenientes do oceano austral (BRASIL, 2012a, p. 44 e 45).

No que tange à PND de 2012, a Antártica passou a figurar pela primeira vez, como parte componente do entorno estratégico brasileiro³⁷ ao afirmar que “o País visualiza um

³⁶ A primeira ação governamental foi a emissão da Medida Provisória nº 560, de 7 de março de 2012, promulgada pela Presidência da República e posteriormente convertida para a Lei nº 12.680/2012, na qual constava a abertura de crédito específico de R\$ 40.000.000,00 para recuperação e reconstrução da EACF, com vistas a possibilitar a continuidade dos trabalhos do PROANTAR. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Mpv/560.htm>. Acesso em: 01 abr. 2023.

³⁷ A definição de “Entorno Estratégico” brasileiro, que é atualmente utilizada, consta na seção do Glossário da edição de 2020 da Estratégia Nacional de Defesa (END) como sendo a “Área de interesse prioritário para o

entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártica” (BRASIL, 2012b, p.21). Com isso, segundo Mattos (2015), “pode-se inferir, a partir dessa mudança no documento de mais alto nível sobre defesa, que o governo brasileiro passou a atribuir mais peso à Antártica entre as áreas geográficas de importância para o Brasil” (MATTOS, 2015, p.23). Já na edição da END do mesmo ano, na Ação Estratégica que versa sobre a Inserção Internacional, o documento traz que é necessário “incrementar o apoio à participação brasileira no cenário internacional, mediante a atuação do Ministério da Defesa [...] nos processos de decisão sobre o destino da Região Antártica” (BRASIL, 2012b, p.137).

A partir de 2012, tanto a PND quanto a END passaram a ser revisadas a cada quatro anos, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 136/2010³⁸. Na última edição de 2020, portanto, a PND traz que o Brasil concebe sua Defesa Nacional segundo alguns pressupostos básicos, dentre os quais ressalta defender a exploração da Antártica somente para fins de pesquisa científica, com a preservação do meio ambiente e sua manutenção como patrimônio da humanidade. Além disso, a PND traz um destaque sobre a Antártica deter significativas reservas minerais, em um mundo atualmente carente de tais ativos, cuja escassez pode desencadear a ocorrência de conflitos, sendo que o Brasil deve manter suas expressões do Poder Nacional capacitadas para defender os interesses nacionais. Em relação ao texto da END, consta na redação da Concepção Estratégica de Defesa que “O Ministério da Defesa, demais ministérios envolvidos e as Forças Armadas deverão incrementar o apoio necessário à participação brasileira nos processos de decisão sobre o destino da Região Antártica” (BRASIL, 2020b, p.33).

Dessa forma, por meio dos documentos de alto nível emitidos mais recentemente, o Brasil reafirma seu interesse na governança do Continente Austral, com especial atenção ao rito estabelecido pelo STA no que tange à preservação ambiental, incluindo a preocupação com a eventual futura alteração do regime em relação à exploração de recursos minerais,

Brasil, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica” (BRASIL, 2020b, p.76).

³⁸ Conforme estabelecido no § 3º do Art. 9 da Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, o Poder Executivo encaminhará à apreciação do Congresso Nacional, na primeira metade da sessão legislativa ordinária, de 4 em 4 anos, a partir do ano de 2012, com as devidas atualizações: a Política de Defesa Nacional; a Estratégia Nacional de Defesa; e o Livro Branco de Defesa Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp136.htm>. Acesso em: 03 abr. 2023.

conforme previsão contida no Protocolo de Madri, de forma a buscar a manutenção da paz e cooperação no seu entorno estratégico.

No campo das relações bilaterais de cunho regional, em 26 de janeiro de 2013, o Brasil assinou com o Chile um Acordo de Cooperação Antártica³⁹, que tem por objetivo institucionalizar e aprofundar a cooperação bilateral já existente entre os dois países em assuntos antárticos. De acordo com o texto, os dois países se comprometeram a cooperar nas seguintes áreas: preparação conjunta de projetos científicos e tecnológicos; intercâmbio de informação e de experiências; promoção da formação de recursos humanos; facilitação logística e desenvolvimento de expedições conjuntas. O acordo visava também otimizar o emprego de recursos humanos e materiais, evitando duplicidades, de modo a aperfeiçoar o trabalho de pesquisa científica interdisciplinar na região antártica.

Em termos de investimentos no campo material para apoio às atividades do PROANTAR, os quais reforçam a contínua atuação do estado brasileiro em relação aos assuntos antárticos, recentemente destacam-se três relevantes projetos entre os anos de 2019 e 2022: a aquisição de novos helicópteros para apoio às OPERANTAR; a conclusão da reconstrução da EACF; e o início da construção de um novo NPo. Sobre as novas aeronaves, em função da necessidade de substituição dos antigos helicópteros “UH-13 – Esquilo Biturbina” do 1º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral (EsqdHU-1), em 2019 foi assinado um contrato de compra de três novos helicópteros do modelo H-135, designados na MB como UH-17 (FIG. 20). Já no segundo semestre de 2019, o EsqdHU-1 recebeu a primeira das três aeronaves, mais modernas e de maior capacidade que os UH-13, que eram até então utilizados. Os UH-17 passaram a ser operados pelo Destacamento Aéreo Embarcado (DAE) do EsqdHU-1, na região austral, a partir de novembro de 2020, incrementando a versatilidade e segurança, necessárias para a realização das missões de emprego geral nas OPERANTAR (SECIRM, 2023).

No que se refere à reconstrução da EACF, após o fatídico incêndio de 2012, iniciou-se um longo processo de contratação de um projeto para as novas instalações brasileiras na Antártica, culminando com a inauguração da nova estação em 15 de janeiro de 2020. A nova EACF (FIG. 21) proporciona as condições adequadas de habitabilidade e segurança, com

³⁹ A íntegra do texto do Acordo de Cooperação Antártica entre o Brasil e o Chile encontra-se disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9025360&ts=1651240246949&disposition=inline>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

capacidade para 64 pessoas, no verão, e 35 no inverno, permitindo a sua utilização ao longo do ano e o desenvolvimento das pesquisas antárticas (SECIRM, 2023). Em relação ao novo navio antártico, que será designado como NPo “Almirante Saldanha” (FIG. 22), foi assinado, 13 de junho de 2022, entre a Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON) e a Polar 1 Construção Naval SPE Ltda, o contrato de construção, em território nacional, de um navio para operar no verão e outono no Continente Austral e com capacidade de navegar tanto na formação de gelo mais recente, quanto nas placas mais antigas, que possuem maior resistência. O novo NPo tem previsão inicial de entrega para 2025 e substituirá o NApOc “Ary Rongel”, com o propósito de cumprir as mesmas missões, mas com capacidades aprimoradas em função da experiência dos requisitos do PROANTAR e de apoio à nova EACF (BRASIL, 2022).

Ainda em termos de renovação de meios, vale ressaltar também a transição operacional dos aviões utilizados pela Força Aérea Brasileira (FAB) em suporte ao PROANTAR. Por vários anos a FAB operou o C-130 Hércules (FIG. 23) na condução de voos de apoio para o Sexto Continente e, recentemente, desde o mês de julho de 2022, vem utilizando a moderna aeronave KC-390 Millennium (FIG. 24), de fabricação nacional, nas tarefas de lançamento de carga para reabastecimento da EACF no inverno e se prepara para, em breve, iniciar as operações de pouso no aeródromo *Teniente Rudolfo Marsh Martín*, mantido pela Força Aérea do Chile na Antártica.

Além da EACF, o Brasil mantém outras estruturas na Antártica, como os refúgios nas Ilhas Nelson e Elefante, bem como acampamentos temporários que são montados em regiões isoladas da península antártica, que possibilitam a realização de atividades científicas em diferentes locais da região austral. Também foi instalado, em 2012, no interior do Continente Branco, cerca de seiscentos quilômetros do Polo Sul geográfico, o módulo científico “Criosfera 1” (FIG. 25), que opera de forma contínua e autônoma, transmitindo dados atmosféricos e meteorológicos, os quais são utilizados por pesquisadores em todo o planeta. No decorrer da OPERANTAR XLI (2022 – 2023) foi instalado, também no interior do continente, o módulo “Criosfera 2” (FIG. 26 e 27), que já permite a interligação em rede com projetos multilaterais para compartilhamento e integração dos dados obtidos. O desbravamento de outros pontos geográficos de interesse no solo antártico, externos à área onde se localiza a EACF, com a possibilidade de instalação

futura de novos refúgios e equipamentos, permitirá a eventual ampliação e diversificação das iniciativas científicas e logísticas do PROANTAR (SOARES, 2023).

Em 2022 o Brasil celebrou o quadragésimo aniversário de criação do PROANTAR, sendo esse Programa a adequada ferramenta para viabilizar a materialização e consolidação dos interesses brasileiros no Sexto Continente. Ele continua sendo o principal instrumento para a implementação da POLANTAR, cuja revisão de 2022 traz uma importante novidade em termos da descrição dos objetivos brasileiros na Antártica. Conforme estabelecido no capítulo III do Decreto nº 11.096/2022⁴⁰, os Objetivos Nacionais Antárticos são:

I - manter a condição de parte consultiva do Tratado da Antártica, por meio da promoção de substancial atividade de pesquisa científica;

II - participar dos atos internacionais, dos foros e das instituições que compõem o STA;

III - dar prosseguimento, fortalecer e ampliar o PROANTAR, com vistas a:

a) aumentar o conhecimento científico da região em todos os seus aspectos, por meio do desenvolvimento de projetos de pesquisas coordenados e realizados por instituições nacionais ou internacionais, com a participação crescente de cientistas brasileiros;

b) identificar os recursos naturais na área de atuação do STA e obter dados sobre as possibilidades de seu aproveitamento; e

c) fomentar o desenvolvimento tecnológico nacional aplicável às condições fisiográficas e ambientais na área de atuação do Tratado da Antártica e às eventuais atividades de exploração e de aproveitamento de seus recursos naturais;

IV - participar efetivamente nas discussões sobre as possibilidades de exploração e de aproveitamento de recursos naturais na área de aplicação do Tratado da Antártica; e

V - ampliar a presença brasileira no continente antártico.

Outro importante marco no campo das relações internacionais de âmbito regional ocorreu em 23 de janeiro de 2023, quando foi firmado o Acordo de Cooperação Antártica entre Brasil e Argentina⁴¹, representando a ampliação da área de atuação desses dois

⁴⁰ O texto completo do Decreto nº 11.096/2022 encontra-se disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D11096.htm>. Acesso em: 13 abr. 2023.

⁴¹ A íntegra do texto do Acordo de Cooperação Antártica entre o Brasil e a Argentina encontra-se disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/central-de-conteudo/textos/acordo-de>>

Estados no Sexto Continente. O referido Acordo tem o propósito de institucionalizar, intensificar e estimular a cooperação bilateral, buscando otimizar recursos humanos e materiais nas operações logísticas, bem como nas atividades de investigação científica, inovação, desenvolvimento tecnológico, educação, proteção e gestão ambiental, ampliando a atuação conjunta dos dois países na região austral.

Nas palavras do Secretário da CIRM, temos sintetizado o pensamento brasileiro em relação ao futuro da atuação do PROANTAR, considerando a necessidade de incremento da cooperação multilateral para fomentar a projeção geopolítica do Brasil na Antártica

O fortalecimento dos interesses brasileiros naquela região, levando em consideração as peculiaridades do regime político-legal estabelecido para lidar neste ambiente longínquo e inóspito, será potencializado com o incremento de sinergias com programas antárticos de outros países, com foco na construção de coalizões de nações que compartilham os mesmos interesses e que podem reforçar nossa capacidade de interlocução e negociação no âmbito do STA. [...] Nossa estação de pesquisa permanente, as atividades logísticas e operacionais complexas e a ciência relevante desenvolvida nos colocam na vanguarda do envolvimento internacional na Antártica. Tais fatos nos demanda pensar em ações de médio e longo prazo que permitam a expansão da área de atuação do PROANTAR, como o aumento das pesquisas oceanográficas e geológicas no mar austral, e da projeção geopolítica do País em questões antárticas. E considerar, ainda, o incremento da cooperação internacional; a modernização dos meios e requisitos mais elevados de logística para a atuação em outras áreas do Continente Gelado; a formação adequada e continuada de recursos humanos; e as estratégias de financiamento sustentado ao longo do tempo (SOARES, 2023, p.51).

A continuidade das atividades brasileiras na Antártica deve ser vista como uma estratégia importante para o país no contexto das relações internacionais e do desenvolvimento científico e tecnológico. A OPERANTAR XLI, cujo desenvolvimento das ações logísticas e de pesquisa ocorreu no biênio 2022 – 2023 é um marco histórico da atuação brasileira no Sexto Continente, pois celebra o quadragésimo ano de presença ininterrupta do Brasil naquela região. Conforme já visto no Capítulo 3, o STA estabelece que o continente austral seja, atualmente, um ambiente de cooperação científica, sendo que as atividades militares lá são proibidas. A presença do Brasil na Antártica, materializada por meio do PROANTAR e suas atividades decorrentes, deve ser vista como uma manifestação do compromisso do país com a paz e a cooperação internacional. Além disso, a participação brasileira na condução de pesquisas científicas no Continente Branco pode ajudar o país a aprimorar relações diplomáticas com outros Estados que têm interesse na região,

cooperacao-antartica-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-argentina>. Acesso em: 03 abr. 2023.

mormente os latino-americanos, em conformidade com o texto constitucional brasileiro. No que tange às relações internacionais, a Constituição da República Federativa do Brasil traz, no seu Artigo 4º, alguns princípios norteadores, dentre os quais se destacam a “igualdade entre os Estados”, “a defesa da paz”, “a solução pacífica de conflitos” e a “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”, culminando com o conteúdo do seu parágrafo único, qual seja: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (BRASIL, 2023, p.12). Essa passagem contida no texto da Carta Magna reforça a necessidade da uma ampliação da atuação brasileira, nos campos políticos e diplomáticos, para uma busca contínua da cooperação regional em relação aos assuntos antárticos, prioritariamente com os demais Estados componentes das RAPAL, em especial com a Argentina e o Chile, cujos interesses geopolíticos serão abordados nas próximas seções deste capítulo.

4.2.2 O interesse geopolítico da Argentina na Antártica

Dando continuidade ao estudo em questão, doravante serão identificados os interesses geopolíticos da Argentina em relação ao Sexto Continente, buscando correlacionar as interações históricas desse Estado com a região austral. Apesar do foco dessa pesquisa estar centrada nas ações dos Estados estudados após a celebração do Tratado da Antártica (1959), é importante para a contextualização e identificação dos interesses geopolíticos argentinos em relação à Antártica de uma singela retrospectiva das ações desenvolvidas e seus consequentes encadeamentos lógicos. Dessa forma, a seguir serão apresentados alguns fatos marcantes da atuação argentina em relação ao Continente Gelado, considerando a moldura temporal a partir do ocaso do século XIX e no decorrer do século XX, período no qual foram concentradas as principais atividades desenvolvidas pela Argentina naquela região.

4.2.2.1 Do despertar de interesses da Argentina para o Sexto Continente ao estabelecimento do Tratado da Antártica

A trajetória da Argentina rumo à Antártica teve início nas duas últimas décadas do século XIX quando o país começou a desenvolver planos para explorar o Continente Austral.

Em 1879, foi criado o Instituto Geográfico Argentino, que mais tarde listou o Continente Branco como uma prioridade para a exploração científica argentina. No ano seguinte, com base em uma proposta do cientista italiano Giacomo Bove (1852 – 1887), esse Instituto iniciou tratativas com vistas a conduzir uma expedição antártica argentina, porém tal planejamento foi preterido pela prioridade atribuída ao estudo da região da Patagônia, acarretando na postergação de planos em relação à citada expedição (ARGENTINA, 2023).

A primeira e concreta tentativa argentina de chegar à Antártica ocorreu em 1881, por meio da expedição austral argentina, que falhou nas proximidades da Ilha dos Estados devido a avarias nos navios. Em 1882, o professor Eugenio Bachman (1835 – 1896), da Universidade de Córdoba, formalizou uma nova proposta ao Instituto Geográfico da Argentina para a realização de uma expedição científica à Antártica, a fim de instalar bases permanentes naquele continente. Na época, foram iniciados os preparativos para a condução de uma expedição oficial com a corveta “ARA Uruguay”, porém a mesma foi cancelada antes mesmo de partir (ARGENTINA, 2023).

O início do século XX se caracteriza como o período decisivo para a Argentina na busca dos seus interesses na Antártica, em função de uma série de ações precursoras que foram desencadeadas, tendo sido balizadas por uma aguçada visão de futuro sobre a relevância daquele continente para a geopolítica do Estado argentino. A atividade científica argentina no Continente Austral tem início em 1901, por ocasião da Expedição Antártica da Suécia, que era cumprida pelo navio “Antarctic”, a cargo do Dr. Otto Nordenskjöld (1869 – 1928), e que contou com a participação do Alferes José María Sobral (1880 – 1961) (FIG. 28), da Armada Argentina. Nessa viagem, o Alferes Sobral tornou-se o primeiro argentino a chegar à Antártica, na qualidade de representante oficial do país, tendo invernado naquele continente por dois anos consecutivos. Nesse período, Sobral cumpriu suas tarefas técnicas científicas por meio de observações em meteorologia, geodésia e geomagnetismo. Em função da ausência de notícias da Expedição Antártica sueca, uma ajuda argentina foi desencadeada no outono de 1903. O Estado argentino iniciou os preparativos para uma operação de resgate do navio “Antarctic”, que havia ficado preso no gelo, obrigando seus ocupantes a invernaem na Ilha Cerro Nevado. Após alguns dias de busca, a corveta argentina “ARA Uruguay” (FIG. 29), sob o comando do *Teniente de Navio* Julián Irizar (1869 – 1925), localizou e resgatou os naufragos da expedição sueca, bem como os cientistas que invernaram na Antártica, entre eles o Alferes argentino Sobral. Esse foi o primeiro

salvamento importante ocorrido na região austral e foi reconhecido mundialmente, criando um vínculo emocional entre a sociedade argentina e a Antártica. Esse fato também demonstrou ao mundo que, naquela época, a Argentina possuía os meios materiais e humanos para atuar ativamente no Continente Branco (ARGENTINA, 2023).

Ainda em 1903, ocorreu uma escala, em Buenos Aires, da Expedição Antártica escocesa, liderada por William Speirs Bruce, (1867 – 1921), que continuou sua jornada para a Antártica, estabelecendo um observatório meteorológico na Ilha Laurie, no arquipélago das Orcadas do Sul. No final desse mesmo ano, Bruce ofereceu essas instalações para doação à Argentina, cuja posse foi efetivada por meio do Decreto do Poder Executivo de 2 de janeiro de 1904. Em 22 de fevereiro do mesmo ano, Bruce realizou a entrega do observatório para o Estado argentino (FIG. 30), que desde então iniciou a sua ocupação perene no território antártico, mantendo atividade científica permanente naquela pioneira instalação, com funcionamento durante o inverno e verão. No ano seguinte, a Argentina construiu no local um observatório moderno, que seria sua primeira instalação antártica, que futuramente deu origem à “Base Orcadas” (FIG. 31), sendo essa considerada a presença mais antiga e ininterrupta de um Estado na Antártica. Posteriormente, em 1927, foram instalados também nas Ilhas Orcadas do Sul, uma estação meteorológica e um escritório postal, além de uma estação radiotelegráfica, sendo essa a primeira do tipo no Sexto Continente (FRAGA, 1992).

Entre os anos de 1923 e 1933, a Argentina realizou uma série de expedições científicas subantárticas. A primeira delas ocorreu no início de 1923 com o navio “ARA Guardia Nacional”, sob o comando do então Capitão de Fragata Ricardo Vago. Em 30 de março de 1927, foi estabelecido pela primeira vez o contato de rádio entre a Antártica e o território argentino, quando o radiotelegrafista Emilio Baldoni, do observatório meteorológico das Ilhas Orcadas do Sul, conseguiu contato com Buenos Aires, por meio de enlace com a estação terrestre de Ushuaia. Desde então, os dados meteorológicos obtidos nas Ilhas Orcadas do Sul passaram a ser transmitidos para a capital do país, de modo a aperfeiçoar a qualidade das previsões, contribuindo para proporcionar uma melhoria nos índices de segurança da navegação no Oceano Atlântico Sul (ARGENTINA, 2023).

Em 15 de julho de 1939, o presidente argentino Dr. Roberto Ortiz estabeleceu, por meio do Decreto nº 35.821, a criação da “Comissão Consultiva Argentina para os Assuntos das Regiões Antárticas”, órgão de caráter provisório, para participar da Conferência Polar

Internacional a ser realizada na Noruega em 1940. Dentre suas tarefas, constava a necessidade de organizar explorações antárticas e desenvolver um plano de ação que incluísse estudos oceanográficos, meteorológicos e pesqueiros. No ano seguinte, em 30 de abril de 1940, o presidente Ortiz, por meio do Decreto nº 61.852 M 97, criou, em caráter permanente, a Comissão Nacional Antártica, tendo objetivo atender aos interesses nacionais argentinos antárticos. Além disso, a citada Comissão tinha a responsabilidade de organizar as atividades antárticas argentinas, organismo esse que se constituiu como um antecessor da Direção Nacional Antártica, que foi oportunamente criada em 1969 (FRAGA, 1992). A Comissão Nacional Antártica argentina promoveu uma exploração da Península Antártica com o intuito de instalar novas bases naquela região, um objetivo nacional que havia sido adiado desde 1906. Para esse fim, foi planejada uma primeira expedição para ser realizada no verão de 1940 – 1941, mas, por razões administrativas, a mesma somente se materializou no biênio seguinte. A expedição, a cargo do navio ARA “1° de Mayo”, explorou a frente ocidental da Península e seus arquipélagos adjacentes, realizando uma cartografia detalhada, além de conduzir estudos científicos e atos que expressavam intenções de reivindicação de soberania argentina sobre aquela região. No ano seguinte, com o mesmo navio, os estudos foram estendidos a outros locais no oceano austral, quando foi possível efetuar o cruzamento do Círculo Polar Antártico. O trabalho dessas expedições foi o prelúdio necessário para a grande implantação antártica argentina que ocorreu no período subsequente à 2ªGM (ARGENTINA, 2023).

A eclosão da 2ªGM fez com que os países aliados fossem obrigados a definir e endurecer suas posições com relação à Antártica, diante dos temores de prováveis incursões da Alemanha e do Japão, e a possibilidade de decorrentes e eventuais formulações de reivindicações territoriais desses Estados naquela região. Nesse diapasão, a Noruega em 1939 se juntou ao Reino Unido (1908), à França (1924) e à Austrália (1933) como o quarto país a fazer uma reivindicação formal de soberania em uma porção da Antártica. Os EUA, por sua vez, recomendaram aos chilenos efetuarem também sua reivindicação territorial como forma não apenas de se opor aos interesses nazistas, mas também aos da Argentina, devido às suas políticas ambivalentes e, para alguns, condescendentes com a Alemanha. Assim, em 1940, o Chile formalizou, por meio de um Decreto, os limites da "Antártica Chilena", entre os meridianos 53° W e 90°. Seguindo a mesma lógica, o governo argentino delimitou em 1943, de forma preliminar, o que

considerava seu próprio território antártico, situado entre os meridianos 25° W e 74° W, porção que se estende até o Polo Sul, sobrepondo-se às reivindicações chilenas e britânicas (TUÑEZ, 2018). Essa delimitação provisória veio a ser oportunamente formalizada pelo governo argentino por meio da emissão do Decreto Lei nº 2191⁴² (FIG. 32), de 28 de fevereiro de 1957. Em 23 de março de 1946, por meio do Decreto nº 8.507, o governo argentino reorganizou a Comissão Nacional Antártica, que havia sido criada em 1940. Desde seus primeiros encontros, essa remodelada Comissão se dedicou a elaborar um programa antártico, que incluía a delimitação da jurisdição antártica argentina, a elaboração de um Mapa da Antártica pelo Instituto Geográfico Militar (FIG. 33) e a necessidade de adotar uma toponímia argentina na região (FACCHIN, 2021). Essas ações da Argentina e do Chile em relação às suas reivindicações territoriais no Continente Austral retratam seus interesses nacionais, refletindo o puro pensamento realista no contexto das Relações Internacionais.

Em função das crescentes atividades de outros Estados na Antártica, mormente aquelas desempenhadas pelo Reino Unido, a Argentina e o Chile emitiram, em julho de 1947⁴³ e em março de 1948⁴⁴, duas Declarações Conjuntas entre os respectivos Governos, sobre um tema intitulado de “Antártica Sul-Americana”. Nessas declarações, ambos os Estados se comprometeram com a proteção e defesa conjunta de seus direitos na região austral, reconhecendo mutuamente suas reivindicações territoriais, bem como adiaram o acordo final sobre a questão fronteiriça para instâncias posteriores (TUÑEZ, 2018). Com essa postura de relacionamento bilateral, apesar de estarem preocupados com suas reivindicações territoriais, aderentes a uma ótica realista, Argentina e Chile passam a adotar o pensamento neoliberal de cooperação no cenário anárquico do Sistema Internacional.

A partir de 1947 começa o período de maior expansão da presença argentina na Antártica. Em menos de uma década, a Argentina, que possuía apenas a Base Orcadas até

⁴² O Decreto Lei nº 2.191, de 28 de fevereiro de 1957, restabelecia a formação do *Território Nacional da Tierra Del Fuego, Antartida e Islas Del Atantico Sud* que abrangia a parte oriental da Ilha Grande e demais ilhas do arquipélago da *Tierra Del Fuego* e da Ilha dos Estados, as Ilhas Malvinas, as Ilhas da Geórgia do Sul, as Ilhas Sandwich do Sul e o Setor Antártico Argentino, compreendido entre os meridianos 25° W e 74° W, estendendo-se do paralelo 60° S ao Polo Sul (FRAGA, 1992, p.136).

⁴³ O texto original da Declaração Conjunta realizada entre os Governos da Argentina e Chile, que foi emitida em 12 de julho de 1947, sobre a “Antártica Sul-americana”, encontra-se disponível em: <https://tratados.cancilleria.gob.ar/tratado_archivo.php?tratados_id=kqOjI5o=&tipo=kg==&id=mqKmnQ=&caso=pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.

⁴⁴ O texto original da Declaração Conjunta realizada entre os Governos da Argentina e Chile, que foi emitida em 04 de março de 1948, sobre a “Antártica Sul-americana”, encontra-se disponível em: <https://tratados.cancilleria.gob.ar/tratado_archivo.php?tratados_id=kqKlIzo=&tipo=kg==&id=mqKmg==&caso=pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.

então, sendo que essa havia sido instalada há mais de 40 anos, passou a possuir um total de oito estações antárticas e 28 abrigos na região. Os seguintes destacamentos navais foram instalados naquela época pela Marinha Argentina: *Melchior* (1947) (FIG. 34); *Decepción* (1948); *Almirante Brown* (1951); *Esperanza* (1952); e *Bahía Luna* (1953), hoje chamada de *Cámara* (ARGENTINA, 2023).

Dando continuidade ao desenvolvimento de ações estatais em direção ao Continente Branco, em 17 de abril de 1951 foi criado o Instituto Antártico Argentino (IAA)⁴⁵, a primeira instituição científica do mundo dedicada exclusivamente ao estudo da Antártica. O IAA se transformou em uma agência especializada destinada a orientar, controlar, dirigir e conduzir, permanentemente, pesquisas e estudos de natureza técnico-científica ligados à Antártica, atividades essas que já vinham sendo executadas na região desde o início do século XX. Desde a sua criação, o IAA tem promovido o desenvolvimento de estudos científicos polares e se estabeleceu como o pilar fundamental do Programa Antártico Argentino (ARGENTINA, 2023).

Em 8 de dezembro de 1954, a Marinha Argentina adquire, por meio de construção, junto à Alemanha, o moderno navio quebra-gelo “ARA General San Martín” (FIG. 35). O navio partiu para uma viagem à Antártica naquele mesmo verão, onde realizou a primeira penetração do Mar de Weddell, bem como conduziu a instalação da Base *General Belgrano* na plataforma de gelo de *Filchner* (1955), na época a estação antártica mais austral do mundo. Por mais de duas décadas o “San Martín” foi o principal navio das campanhas antárticas argentinas, realizando tarefas de logística, de pesquisa e de assistência às Bases instaladas no Sexto Continente (FRAGA, 1992).

No biênio 1957 – 1958, por ocasião do AGI, que teve como local prioritário de atuação o Continente Gelado, a Argentina, por meio do IAA, participou ativamente das atividades de pesquisa que foram desenvolvidas na época. No final do AGI, o governo dos EUA cedeu à Argentina a Estação de Pesquisa de *Ellsworth*⁴⁶, que passou a ser administrada

⁴⁵ O Instituto Antártico Argentino (IAA) foi fundado em 17 de abril de 1951 pelo Decreto nº 7338/1951 do então Presidente Juan Domingo Perón, com o objetivo de "continuar a assegurar de maneira inalienável para a Nação Argentina os direitos históricos, geográficos e territoriais que a assistem sobre o setor da zona antártica que lhe pertence", sob a inspiração do General Hernán Pujato, que foi seu fundador e primeiro diretor. Disponível em: <<https://cancilleria.gob.ar/el-instituto-antartico-argentino-cumple-70-anos-de-trabajo-cientifico-ininterrumpido>>. Acesso em: 14 abr. 2023.

⁴⁶ Por meio de um decreto de 17 de setembro de 1958, o Governo da Argentina designou o IAA como responsável para gerenciar e operar as instalações da Estação de Pesquisa de *Ellsworth*, que havia sido instalada pelos Estados Unidos, na plataforma de gelo Filchner, perto da Base de *Belgrano*, por ocasião do

e operada pelo IAA até o final de 1962, quando teve que ser evacuada devido ao movimento da plataforma de gelo *Filchner* (ARGENTINA, 2023).

Conforme já citado no Capítulo 3, o AGI, sendo visto como uma experiência de cooperação internacional por meio da ciência na Antártica foi, sem dúvida, o prelúdio do Tratado da Antártica. Além de ter sido um dos signatários originais do referido Tratado, em função de suas reivindicações territoriais no Continente Branco, a Argentina participou ativamente das discussões que culminaram com a adoção desse dispositivo de cooperação internacional. Dentre as diversas contribuições argentinas, destaca-se a proposta de não utilização da Antártica para fins nucleares, a qual foi materializada por meio do Artigo 5º que proíbe "qualquer explosão nuclear na Antártica ou descarte de resíduos radioativos". A negociação, assinatura e ratificação do Tratado da Antártica marcaram uma virada na Política Antártica Argentina. Até então, apenas a visão estritamente nacional havia sido desenvolvida em relação aos assuntos antárticos, inseridos no conjunto das questões de soberania territorial. Com a entrada em vigor do Tratado da Antártica, em 1961, o tradicional exercício de "políticas estritamente nacionais" pelos Estados presentes na região desde o século XIX, em uma evidente ótica realista, deu lugar à cooperação internacional e à adoção de decisões consensuais entre os Estados geopoliticamente interessados no Sexto Continente, já com o olhar da lente neoliberal das Relações Internacionais. Nesse quadro, a Argentina, que contava com uma atividade permanente e ininterrupta a seu favor desde 1904, tornou-se Parte Consultiva do referido Tratado e, portanto, um ator relevante nesse processo decisório, contribuindo com sua experiência e salvaguardando, ao mesmo tempo, os direitos proclamados sobre o Setor Antártico Argentino⁴⁷ (FIG. 36), evitando eventuais conflitos que poderiam tê-lo atingido (COLACRAI, 2013). Após a entrada em vigor do Tratado da Antártica, surge uma nova fase de interação da Argentina com o Continente Austral, cuja descrição será apresentada na próxima seção.

AGI. Em 17 de janeiro de 1959, o IAA assumiu o comando da estação, e seu primeiro chefe foi o Tenente Jorge H. SUÁREZ. A Estação *Ellsworth* foi desativada em 30 de dezembro de 1962. Disponível em: <<https://www.marambio.aq/bases/ellsworth.html>>. Acesso em: 19 abr. 2023.

⁴⁷ A Argentina reivindica soberania sobre o chamado "Setor Antártico Argentino", definido pelo paralelo 60º Sul ao Polo Sul, e pelos meridianos 25º W e 74º W, que correspondem aos limites longitudinais extremos da Argentina: 74º W marca o ponto mais ocidental da fronteira com o Chile (*Cerro Bertrand, Província de Santa Cruz*) e o meridiano 25º W corresponde às Ilhas Sandwich do Sul (*Província da Terra do Fogo, Antártida e Ilhas do Atlântico Sul*). A superfície do Setor Antártico Argentino é de aproximadamente 1.461.597 km², dos quais 965.314 km² correspondem ao continente. Disponível em: <<https://cancilleria.gob.ar/es/iniciativas/dna/divulgacion/sector-antartico-argentino>>. Acesso em: 19 abr. 2023.

4.2.2.2 Do Tratado da Antártica aos dias atuais

Dando continuidade ao estudo em questão, doravante serão apresentadas as ações da Argentina em relação ao Continente Antártico, após a celebração do Tratado. Já no primeiro ano de vigência desse acordo, ocorreu a primeira visita de um Chefe de Estado argentino à Antártica quando, em 8 de março de 1961, o então presidente Dr. Arturo Frondizi chegou ao Destacamento Naval da Ilha *Deception*. Naquela ocasião o presidente argentino fez um discurso transmitido pela Rádio Nacional, no qual destacou o esforço conjunto de pesquisadores científicos, técnicos e do pessoal das Forças Armadas na Antártica. Durante seu governo, observou-se um período de expressivo apoio à participação da Argentina na Conferência de Washington (1959), a qual deu origem ao Tratado da Antártica (ARGENTINA, 2023).

Embora a ideia de alcançar o Polo Sul Geográfico estivesse na mente dos exploradores antárticos argentinos há décadas, esse objetivo seria alcançado no início dos anos 1960, com três expedições argentinas, pertencentes a cada uma das Forças Armadas. A pioneira dessas expedições ao Polo Sul Geográfico atingiu seu objetivo em 6 de janeiro de 1962, quando duas aeronaves C-47 da Aviação Naval Argentina pousaram no extremo sul do Setor Antártico Argentino (FIG. 37) (ARGENTINA, 2023). Tal ação pode ser interpretada como uma clara manifestação da defesa dos interesses argentinos na região austral, em especial na porção reivindicada como sendo “território argentino”, tendo como fundamento a geopolítica argentina em relação ao Sexto Continente, sob a perspectiva realista, apesar do congelamento do assunto por força do Tratado recém celebrado.

No final de 1964, a Marinha Argentina cedeu o Destacamento Naval Almirante Brown ao IAA, que o reinaugurou em 17 de fevereiro de 1965 como “Estação Científica Almirante Brown”, ampliando a capacidade de atuação na região austral. Durante décadas essa estação científica foi o centro da ciência argentina na Antártica, aproveitando a condição de laboratório natural de seu ambiente, bem como a rica biodiversidade da baía em que está localizada. Anos mais tarde, em 1982, a estação foi acometida por um incêndio que destruiu a maioria de suas instalações, limitando consideravelmente sua atividade (ARGENTINA, 2023).

Em 29 de outubro de 1969, foi inaugurada a primeira pista de pouso no Continente Antártico, quando um *Fokker F-27* da Força Aérea Argentina pousou na Ilha Marambio de

Río Gallegos, quando também se instalou a Base *Marambio*, que se transformou na porta de entrada aérea argentina para a Antártica. Hoje, a Base de *Marambio* é um centro logístico fundamental do Programa Antártico Argentino, a partir do qual os campos científicos são distribuídos e a conexão aérea entre diferentes bases é estabelecida. Além de sua característica logística, essa Base se revestiu de um relevante significado nas questões geopolíticas. A abertura de um canal de comunicação aérea permanente com o Sexto Continente, até então isolado, abriu grandes possibilidades, não só no que diz respeito à presença argentina no território, mas também em relação às atividades de pesquisa científica, que vem sendo realizadas há vários anos, ampliando a capacidade de mobilidade e atuação naquela região (ARGENTINA, 2023).

No campo interno, o governo argentino promulgou a Lei nº 18.513⁴⁸, em 31 de dezembro de 1969, que ficou conhecida como “Lei Antártica Argentina”, na qual foram estabelecidas as bases legais, orgânicas e funcionais para o planejamento, programação, gestão, execução, coordenação e controle da atividade antártica argentina. Em virtude dela, foi criado o Diretório Nacional da Antártica, no qual o IAA encontra-se inserido, com a finalidade de programar, planejar, coordenar, dirigir e disseminar a atividade antártica, a fim de alcançar o cumprimento dos objetivos da Política Nacional Antártica (COLACRAI, 2013). Anos mais tarde, em dezembro de 1978, o Governo Argentino adquiriu o navio quebra-gelo “ARA Almirante Irizar” (FIG. 38), que foi construído nos Estaleiros *Wärtsilä*, na Finlândia, com capacidade de romper uma camada de gelo de até seis metros de espessura. O navio participou de diversas campanhas antárticas fornecendo apoio logístico às bases argentinas, além de contribuir para a atividade científica e realizar tarefas de cooperação internacional e resgate. Em 2007 o navio sofreu um incêndio que o deixou imobilizado por grande período. Após uma década passando por reparos, o “Irizar” atualmente encontra-se novamente participando das campanhas antárticas da Argentina, contando com instalações modernizadas e laboratórios ampliados (ARGENTINA, 2023).

No período subjacente, a Política adotada pelo governo argentino, em relação aos assuntos antárticos, parecia ter um “duplo padrão”. Por um lado, manteve-se aderente ao regime estabelecido no STA, cuja percepção era de uma garantia do “equilíbrio pragmático” e, por outro, desenvolveu ações com conotação predominantemente “territorialista”, ou

⁴⁸ O texto original da Lei nº 18.513/1969, a Lei Antártica Argentina, encontra-se disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-18513-63921/texto>>. Acesso em: 19 abr. 2023.

seja, com forte apego à vertente relacionada com a soberania do Setor Antártico Argentino. Dentre tais ações podem ser destacadas a instalação de novas bases científicas, como a Estação Científica *Jubany* (instalada em 1982 e renomeada em 2012 como *Carlini*), além do registro de nascimentos nacionais argentinos em estações antárticas, atitudes essas que valorizavam a imagem relacionada ao exercício da soberania da Argentina no Continente Gelado (COLACRAI, 2013). De certa forma, depreende-se que a atuação geopolítica argentina “pendulava” entre os vieses da cooperação neoliberal e o da competição realista nas questões relacionadas à Antártica.

Ainda em relação às atividades voltadas ao campo político interno, a Argentina promulgou, por meio do Decreto n° 2.316 M 324⁴⁹, de 5 de novembro de 1990, a Política Nacional Antártica, que tinha como objetivo fundamental “afiançar os direitos argentinos de soberania na região”. No seu Artigo II constam as seguintes diretrizes políticas para a consecução do mencionado objetivo:

- 1 – Fortalecer o STA;
- 2 – Incrementar a influência argentina no processo de tomada de decisões do STA;
- 3 – No contexto da Política Nacional de Integração Latino-Americana, promover a cooperação com os países da América Latina, incluindo a realização de atividades antárticas conjuntas, que fortaleçam os interesses comuns entre os Estados;
- 4 – Promover a proteção do meio ambiente antártico e de seus ecossistemas associados;
- 5 – Promover a conservação dos recursos pesqueiros e minerais no âmbito da aplicação do STA;
- 6 – Continuar aprofundando o conhecimento científico e tecnológico, orientando as áreas que tenham relação direta com as prioridades antárticas argentinas; e
- 7 – Incrementar a eficácia da presença argentina, concentrando esforços para respaldar a atividade científico-tecnológica e a capacidade de prestar, a outros países, serviços e conhecimento necessários para facilitar suas tarefas antárticas, caso seja politicamente aconselhável.

⁴⁹ O Decreto n° 2.316 M 324, de 5 de novembro de 1990, estabeleceu a Política Nacional Antártica para a Argentina, com vistas a estabelecer os delineamentos necessários para otimizar a utilização dos diversos recursos disponíveis, bem como para facilitar sua complementação com a política de outros países selecionados, tendo como base as considerações políticas, científicas e econômicas (FRAGA, 1992, p.276).

Apesar de, em uma primeira análise, aparentar ser um documento que traduz uma intenção estritamente relacionada às questões territoriais e de soberania para a região austral, aderente a um viés realista, observam-se claramente listadas orientações que apontam para uma postura cooperativa entre os Estados nos temas antárticos, mormente aqueles situados na América Latina, em uma evidente postura alinhada à teoria neoliberal.

O interesse pela cooperação latino-americana ficou claro quando, por parte da Argentina, foi tomada a iniciativa de criar um fórum que, baseado em encontros periódicos, reuniria os administradores dos programas antárticos latino-americanos, ou seja, as RAPAL, conforme já apresentado nesse capítulo. Desde 1990, essas reuniões dão continuidade à política de troca de experiências, compartilhamento de posicionamentos, busca de alternativas para otimizar as respectivas atividades, bem como a projeção de programas conjuntos para o futuro, com destaque para uma aproximação entre Argentina e Chile. Nas palavras de Wolaniuk *et al* (2022) temos sintetizado o seguinte

As iniciativas de cooperação e coordenação entre os países latino-americanos em torno de objetivos estratégicos e agendas antárticas não tiveram a força, a operacionalização ou continuidade necessárias para estabelecer uma identidade conjunta no mapa de atores influentes dentro do Sistema do Tratado Antártico. No entanto, a criação das RAPAL possibilitou um espaço favorável para a construção de consensos e a coordenação de ações, o que poderia contribuir para a reformulação da política antártica latino-americana. Diante dos possíveis cenários futuros do regime internacional antártico, o rumo desejável para os Estados latino-americanos é a cooperação e a busca do desenvolvimento para reduzir sua vulnerabilidade externa. No século XXI, a necessidade de consolidar um regime de responsabilidade integral pela proteção do meio ambiente antártico cria uma oportunidade para os Estados latino-americanos aumentarem sua influência na política antártica internacional e conseguirem enfrentar adequadamente as reivindicações de outros atores⁵⁰ (WOLANIUK *et al*, 2022, p.33 e tradução nossa).

A evolução positiva das relações bilaterais argentino-chilenas tem impacto nas relações regionais, já que ambos são Estados de grande tradição antártica, além de serem “portas de entrada naturais” para a região austral. O pontapé inicial de uma retomada de

⁵⁰ Do original: “Las iniciativas de cooperacion y concertacion entre paises latinoamericanos en torno a objetivos estrategicos y agendas antarticas no han tenido la fuerza, la operacionalizacion ni la continuidad necesarias para constituir una identidad conjunta en el mapa de actores influyentes dentro del Sistema del Tratado Antartico. Sin embargo, La creacion de la Reunion de Administradores de Programas Antarticos Latinoamericanos habilito un espacio propicio para la construccion de consensos y la coordinacion de acciones, que podria contribuir a la reformulacion de la politica antartica latinoamericana. Frente a los posibles escenarios futuros del regimen internacional antartico, el rumbo deseable para los Estados latinoamericanos es La cooperacion y la busqueda de desarrollo para reducir su vulnerabilidad externa. En el siglo XXI, la necesidad de consolidar un regimen de responsabilidad integral para la proteccion del medio ambiente antartico genera una oportunidad para que los Estados latinoamericanos aumenten su influencia en la politica antartica internacional y consigan enfrentar de manera adecuada las pretensiones de otros actores” (WOLANIUK *et al*, 2022, p.33).

cooperação na Antártica materializou-se por meio da “Declaração Conjunta sobre a Antártica” (FIG. 39), celebrada entre os presidentes Patricio Aylwin Azócar (Chile) e Carlos Saúl Menem (Argentina), em reunião realizada em 29 de agosto de 1990. Nesse documento, foram reafirmadas as Declarações Conjuntas anteriores, com a finalidade de projetar a tradicional colaboração entre os países para formas cada vez mais dinâmicas de entendimento bilateral. Ambos os Estados se propuseram também a intensificar as consultas bilaterais para a busca de posições coordenadas no âmbito do STA, além de reforçar a cooperação com os demais Estados da América Latina, membros do referido Sistema, de modo a facilitar as suas atividades antárticas (COLACRAI, 2013).

Com a assinatura do Protocolo de Madri, iniciou-se um novo período na história da Antártica, no qual proteção do meio ambiente se tornou uma prioridade fundamental dos Estados componentes do STA. No caso da Argentina, após sua adesão ao novo protocolo, o país ampliou os projetos de cooperação internacional relacionados à ciência antártica, instalando inclusive laboratórios binacionais, como o Laboratório *Dallmann*⁵¹, passando a priorizar as atividades colaborativas em detrimento da competição. O desenvolvimento de uma atividade científica de maior envergadura, a cooperação e o intercâmbio com os demais Estados do STA, incluindo a oferta de colaboração com diversos outros Estados que se uniam às pesquisas antárticas, além de um tratamento especial em relação ao apoio prestado aos programas antárticos dos países da América Latina, foram sinais importantes dos novos tempos da Política argentina para temas antárticos, tendência essa que cresceu gradativamente ao longo do tempo.

A partir de 1998, os governos da Argentina e do Chile firmaram um compromisso mútuo com a finalidade voltada para a salvaguarda da vida no mar e a preservação do Continente Antártico. Tal acordo ficou materializado por meio do estabelecimento das Patrulhas Navais Antárticas Combinadas (PNAC), cujas atividades estão sob a liderança do Comando da Área Naval Sul da Marinha Argentina, localizado em Ushuaia (Argentina) e do Comando-Chefe da Terceira Zona Naval da Marinha do Chile, com sede em Punta

⁵¹ Em 1994, o Laboratório Argentino-Alemão *Dallmann* foi inaugurado na Base Antártica Argentina *Carlini*, na época chamada de Base *Jubany*. O laboratório teve sua origem em um acordo de cooperação argentina com o Instituto *Alfred Wegener*, na Alemanha. Foi o primeiro laboratório de pesquisa na Antártica operado por mais de um Estado, onde pesquisadores da Argentina e da Alemanha trabalham juntos durante as campanhas antárticas de verão, entre os meses de outubro a abril. O trabalho no laboratório se concentra em biologia marinha, glaciologia, geologia e oceanografia com mais de duas décadas de atividades. Disponível em: <<https://cancilleria.gob.ar/es/iniciativas/dna/historia-y-patrimonio/linea-historica/1991-hoy>>. Acesso em: 19 abr. 2023.

Arenas (Chile), tendo como objetivo comum o fortalecimento da confiança mútua, promovendo o intercâmbio profissional, além de exercerem ações combinadas destinadas a proporcionar segurança à navegação e conservação do meio ambiente. Além do objetivo explicitado, tais atividades reforçam as pretensões voltadas para os interesses argentinos em relação à região austral (RAPAL, 2020).

Aderente aos objetivos antárticos argentinos é notório reconhecer a relevância das ações adotadas no campo político-diplomático que foram desencadeadas no período mais recente. Dentre elas destaca-se a trajetória percorrida pelo governo argentino para emplacar a escolha de sua capital como sede da Secretaria do STA, cuja candidatura foi formalizada desde 1992, por ocasião da 17ª edição das ATCMs. Após um longo processo de negociações, finalmente, em 7 de setembro de 2004, foi inaugurada, em Buenos Aires, a sede da Secretaria Executiva do Tratado da Antártica, que surgiu devido à necessidade de criar uma estrutura administrativa estável para apoiar o trabalho do STA. Para a Argentina, sediar a referida Secretaria, além de denotar o reconhecimento de seu papel antártico de longa data, significa também um evidente motivo para a manutenção do seu compromisso e responsabilidade para com o STA (ARGENTINA, 2023).

Outro fato de cunho político no campo interno que merece destaque foi a criação, em caráter permanente, por meio do Decreto nº 368/2018⁵², do Comando Conjunto Antártico da Argentina. O referido Comando tem como missão de “conduzir operações antárticas, de forma permanente e contínua, no continente antártico e áreas de interesse, para assegurar a implantação, apoio logístico e desenvolvimento da atividade científica, de forma a contribuir para o cumprimento do Plano Anual Antártico, Científico, Técnico e de Serviços”. A tarefa principal está relacionada com a pesquisa científica, enquanto que as tarefas secundárias são voltadas para questões logísticas e técnicas para manutenção de instalações, prestação de serviços de apoio a expedições de outras bases, navios e aeronaves, bem como a manutenção de abrigos (ARGENTINA, 2023). O estabelecimento de tal estrutura no âmbito organizacional do Estado argentino reforça a relevância dos assuntos antárticos, reafirmando seus interesses no Continente Branco.

⁵² O texto completo do Decreto nº 368/2018, que criou o Comando Conjunto Antártico da Argentina, encontra-se disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-368-2018-309436/texto>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

Atualmente a Argentina opera e administra treze Bases Antárticas Conjuntas (BAC) na Antártica, das quais seis são permanentes (operacionais durante todo o ano – BAC *Orcadas*, BAC *Marambio*, BAC *Esperanza*, BAC *San Martín*, BAC *Carlini* e BAC *Belgrano II*) e as demais de caráter temporário (operacionais apenas no verão – BAC *Melchior*, BAC *Decepción*, BAC *Cámara*, BAC *Primavera*, BAC *Brown*, BAC *Matienzo* e BAC *Petrel*) (FIG. 40). Além dessas estruturas, também foram instalados, nas dependências das BAC permanentes, Laboratórios Antárticos Multidisciplinares, que efetuam a coleta e transmissão de dados de projetos científicos aprovados pelo IAA, muitos dos quais são realizados em cooperação com outras organizações nacionais e universidades, bem como com Programas Antárticos de outros Estados que são Partes Consultivas do STA. Dentre outras informações, esses laboratórios registram constantemente dados sismológicos e geodésicos, que permitem modelar a estrutura da crosta terrestre, contribuindo para as redes internacionais de monitoramento sísmico de modo a detectar fenômenos de mudanças na superfície terrestre e obter dados para cartografia de alta precisão.

Para o desenvolvimento de suas atividades antárticas, a Argentina conta atualmente com uma frota marítima capitaneada pelo navio quebra-gelo “ARA Almirante Irizar”, recentemente recuperado após uma década de inatividade, e alguns navios de apoio, adquiridos nos últimos anos, como o “ARA Islas Malvinas” (FIG. 41), “ARA Puerto Argentino” (FIG. 42) e “ARA Estrecho San Carlos” (FIG. 43). A frota marítima para a realização das operações na região antártica é geralmente complementada pelo “ARA Canal Beagle” (FIG. 44) ou pelo “ARA Bahía Agradable” (FIG. 45), na função de navio de transporte, sendo conduzidas no verão antártico, no período compreendido entre dezembro e março de cada ano. Em termos de meios aéreos e aeronavais, a Argentina também opera na região austral aeronaves C-130 Hércules, um avião bimotor *Twin Otter* DH6 (FIG. 46), helicópteros Bell 412 (FIG. 47) (operacionais somente no verão a partir da Base *Marambio*), além de dois helicópteros Super Puma que são operados embarcados a partir do “Irizar” (ARGENTINA, 2023). A utilização dessa quantidade e diversidade de meios navais, aeronavais e aéreos, combinado com o emprego conjunto de suas Forças Armadas no ambiente austral, por meio do seu Comando Conjunto Antártico, denota a relevância que a Argentina atribui ao Sexto Continente, reforçando dessa a forma a defesa de seus interesses antárticos.

Essas ações são complementadas pelas investidas da diplomacia, em especial no contexto regional latino-americano. Tendo como exemplo o recente Acordo de Cooperação

Antártica firmado junto ao Brasil, a Argentina mantém uma série de tratativas de cooperação em relação aos temas antárticos junto ao Chile. Dentre eles, destaca-se o Comitê *Ad-Hoc* Argentina-Chile para Assuntos Antárticos, o qual foi estabelecido em 2012 e que já se reuniu por vinte vezes desde sua criação. Recentemente, em 28 de abril de 2022, esse comitê serviu como precursor para a formação da Comissão Binacional Argentina-Chile para Assuntos Antárticos⁵³, por meio de um acordo assinado entre os presidentes Alberto Fernández (Argentina) e Gabriel Boric (Chile), cujo propósito é de manter uma parceria estratégica que permita a coordenação bilateral de posições de ambos os Estados nos principais fóruns do STA. A operacionalização dessa Comissão reflete a priorização da cooperação bilateral argentino-chilena, caracterizada por um maior grau de institucionalidade, favorecendo a interação e sinergia entre o IAA e o Instituto Antártico Chileno (INACH) em matérias de cunho logístico e científico, além de buscar uma melhor efetividade das atividades decorrentes das PNAC, reafirmando a defesa dos interesses de ambos Estados nas matérias antárticas.

Dessa forma, verifica-se que a atuação argentina em relação à Antártica percorreu um longo caminho e com grande intensidade nas atividades desenvolvidas. Além das ações independentes e diretas em relação ao Continente Branco, com aderência à ótica realista, observa-se que a Argentina passou a adotar também uma agenda de cooperação com outros Estados no contexto regional latino-americano, em especial com o Brasil e o Chile, aderindo a um viés neoliberal. Assim, após terem sido identificados os interesses geopolíticos brasileiros e argentinos na região austral, na próxima seção deste capítulo também serão descritos os interesses geopolíticos do Chile na Antártica, sendo esse Estado um dos principais atores participantes das RAPAL que, além de possuir uma inegável posição estratégica geográfica em relação à Antártica, é considerado como uma porta natural de acesso àquele continente.

4.2.3 O interesse geopolítico do Chile na Antártica

Tendo como referência o modelo descritivo empregado na seção anterior sobre o formato utilizado para explicitar os interesses geopolíticos argentinos em relação ao Sexto

⁵³ A íntegra do Comunicado à Imprensa realizado pelo Ministério das Relações Exteriores da Argentina sobre a criação da Comissão Binacional Argentina-Chile para Assuntos Antárticos encontra-se disponível em: <<https://cancilleria.gob.ar/es/actualidad/noticias/argentina-chile-se-constituyo-la-comision-binacional-en-materia-antartica>>. Acesso em: 06 mai. 2023.

Continente, doravante serão listadas, similarmente, as principais ações adotadas pelo Estado chileno em relação à região austral. Dessa forma, na análise a seguir será considerada a moldura temporal a partir do início do século XX, passando pelos principais acontecimentos históricos nesse período, culminando com uma visão contemporânea do interesse geopolítico do Chile na Antártica. Essa seção também descreverá, sucintamente, as interações do Chile com os demais Estados latino-americanos participantes das RAPAL, mais especificamente no que tange ao seu relacionamento com Brasil e com a Argentina.

4.2.3.1 O desenrolar de interesses do Chile em relação ao Continente Branco: do início do século XX ao Território Antártico Chileno e o Tratado da Antártica

A presença do Chile na Antártica remonta à época histórica de 1494 quando da formulação do Tratado de Tordesilhas, firmado entre Portugal e Espanha, com o intuito de por fim às disputas territoriais entre as duas potências colonialistas daquela época. Esse tratado tinha como referência de limite o meridiano situado a 360 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, se estendendo do Polo Norte ao Polo Sul. Dessa forma, a coroa espanhola passaria a ser dona da porção da Antártica que se encontrava a oeste do meridiano de 27° 31' de Greenwich. Anos mais tarde, com o processo de independência do Chile ocorrido em 1810, esse Estado passaria a ter direitos sobre o território antártico espanhol pelo princípio do *utis possidetis juris*, que estabelecia que os limites geográficos das novas repúblicas deveriam obedecer às fronteiras das províncias espanholas previamente estabelecidas, ou seja, o critério da sucessão de terras.

Desde sua independência até o final do século XIX, o Chile formulou diversas manifestações de soberania nas regiões austrais e desencadeou uma série de ações estatais com vistas a resguardar e ratificar os interesses chilenos naquelas regiões. À medida que os interesses antárticos continuavam a se materializar, o governo chileno emitiu, em 1892, um decreto que regulamentava a caça e pesca de focas, leões marinhos e outras espécies marinhas ao longo da costa do Chile. Nesse mesmo ano, o Ministério das Relações Exteriores realizava coordenação com o governo de Punta Arenas para por em prática a proteção dos direitos chilenos na região antártica (ROMERO, 1984).

Por outro lado, o alvorecer do século XX traz à tona o registro das principais ações do Chile em direção ao Sexto Continente. O interesse pela atividade da pesca aumentou e o Estado chileno continuou a revelar seus direitos soberanos na região austral, por meio da

emissão de novas concessões de pesca. Por meio do Decreto n° 260, de 27 de fevereiro de 1906, o governo do Presidente Germán Riesco Errázuriz (1854 – 1916) outorgou aos empresários Enrique Fabry e Domingos de Toro Herrera autorização para explorar e ocupar terras antárticas, conforme descrito no próprio texto: “tendo em mente a conveniência de exercer de forma positiva a devida vigilância sobre os bens nacionais daquelas regiões e o cumprimento das ordenanças que regem a pesca nos mares do sul” (ROMERO, 1984, p.37). Essa é considerada a primeira concessão outorgada por um país no mundo com o intuito de permitir a exploração de ativos antárticos (ALVAREZ, 1984).

Cinco meses após a emissão do Decreto n° 260, o chanceler Antonio Huneeus Gana (1870 – 1951) encaminhou projeto de lei ao Congresso Nacional, em 6 de julho de 1906, solicitando a quantia de US\$ 150 mil para custear os gastos de uma expedição à Antártica, incluindo os gastos com a construção de uma estação meteorológica no Continente Austral (LA BARRA, 1984). Ao mesmo tempo, foi criada a primeira Comissão Antártica Chilena, confiando-lhe a tarefa de preparação da primeira expedição à Antártica, a fim de verificar o reconhecimento da área e realizar pesquisas científicas e meteorológicas, com vistas a fortalecer os direitos soberanos do Chile naquele setor. A referida viagem jamais saiu do papel. Em função da ocorrência de um severo terremoto na cidade de Valparaíso, em agosto do mesmo ano, os recursos financeiros que estavam previamente disponibilizados para a citada expedição tiveram que ser realocados pelo governo local para atender às necessidades decorrentes da calamidade sofrida pelo povo chileno (ROMERO, 1984).

O ano de 1906 foi essencial na história da presença chilena no Continente Branco. Paralelamente às concessões pesqueiras e ao planejamento da primeira expedição, foi criada a *Sociedad Ballenera de Magallanes*, por meio do Decreto n° 2907, tendo sido instalada na cidade de Punta Arenas, com a finalidade precípua de caçar baleias na região antártica. Nesse mesmo ano, em 1° de dezembro, o presidente Pedro Montt (1849 – 1910) emitiu o Decreto n° 1314 autorizando a *Sociedad Ballenera de Magallanes* ocupar uma das ilhas do arquipélago das *Shetlands do Sul*, tendo sido materializado por meio da fixação de sua sede na Ilha *Deception*, sendo esse considerado o primeiro assentamento humano permanente na Antártica. Essa base manteve-se em operação entre 1906 e 1914, tendo sido abandonada em função da deflagração da Primeira Guerra Mundial (1ªGM) (1914 – 1918) (ROMERO, 1984). Nas palavras de Berguño sobre a Ilha *Deception*, temos que “ali se

estabeleceu o primeiro assentamento humano na Antártica, onde também viveu a primeira mulher e foram enterrados os primeiros mortos” (BERGUÑO, 1991, p.25).

Outro acontecimento significativo, que depois se repetiu em diversas ocasiões até os dias atuais, foi o resgate do explorador britânico Sir Ernest Shackleton (1874 – 1922), ocorrido em agosto de 1916. Naquela ocasião o navio *Endurance* ficou preso na Ilha Elefante, vindo a ser esmagado e destruído pela compactação do campo de gelo. A missão de resgate foi liderada pelo piloto da Marinha do Chile, Luis Pardo Villalón (1882 – 1935) no cortador “Yelcho” (FIG. 48) (ROMERO, 1984). Esse fato produziu um singelo despertar no interesse nacional antártico, mas não foi traduzido de fato em uma Política Antártica pelo Estado chileno naquele momento.

Em 1938, durante a gestão de Pedro Aguirre Cerda (1938 – 1941), na esteira de um convite do governo da Noruega para participar da Exposição Polar de Bergen, que acarretou na decorrente fixação dos limites antárticos desse Estado, a Chancelaria do Chile proclamou publicamente a existência de interesses chilenos na Antártica. No ano seguinte, em função do crescente interesse de outros países em se instalarem na Antártica, o governo chileno comissionou o professor de Direito Internacional Julio Escudero Guzmán, para se dedicar ao estudo da questão antártica para o Chile, a fim de especificar os limites da zona mais austral do país. Para tal foi criada, por meio do Decreto n° 1541, de 7 de setembro de 1939, uma Comissão Especial dedicada a reunir e revisar todos os antecedentes históricos, geográficos, jurídicos e diplomáticos correspondentes à soberania do Chile na Antártica, com o objetivo final de aperfeiçoar e identificar os limites da “Antártica Chilena”. Em 2 de novembro de 1940, foi emitido o Decreto n° 1.723, do Ministério das Relações Exteriores, que designava e autorizava a Secretaria de Estado a tomar conhecimento e resolver sobre todos os assuntos de qualquer natureza que fossem, relativos à Antártica Chilena ou “Território Antártico Chileno” (TAC), bem como expunha textualmente que “é propósito do governo incorporar em todas as formas à vida ativa da nação a região polar antártica, sobre a qual o Chile tem soberania”. Finalmente, em 6 de novembro de 1940, apesar do desenrolar das hostilidades da 2ª GM na Europa, foi emitido pelo presidente Pedro Aguirre Cerda o Decreto n° 1.747⁵⁴ que fixou definitivamente os limites do TAC (FIG. 49), constituindo-se esse decreto em um dos fatos mais marcantes da história antártica chilena, consolidando, dessa forma, os

⁵⁴ O texto completo do Decreto n° 1747/1940, que criou o Território Antártico Chileno, encontra-se disponível em: <<https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1122856>>. Acesso em: 25 mai. 2023.

interesses territoriais daquele Estado no Continente Gelado (ROMERO, 1984). O referido Decreto traz no seu texto o seguinte

Formam a Antártica Chilena ou Território Antártico Chileno, todas as ilhas, ilhotas, recifes, geleiras (*Pack Ice*) e outros, conhecidos e a serem conhecidos, e o respectivo mar territorial, existente nos limites do limite constituído pelos meridianos 53° de longitude oeste de Greenwich e 90° de longitude oeste de Greenwich⁵⁵ (ROMERO, 1984, p. 39 e tradução nossa).

Como consequência desse fato, tendo em vista que a delimitação adotada pelo Chile confrontava com os interesses austrais argentinos (setor situado entre os meridianos 25° W e 74° W, que se estende até o Polo Sul, sobrepondo-se às reivindicações chilenas e britânicas), os quais somente formalizaram a sua porção territorial antártica em 1943, foram retomadas as negociações diplomáticas entre ambos os Estados para buscar formular uma solução conjunta. Dessa forma, Argentina e Chile resolveram unir esforços na consolidação de uma posição que legitimasse exclusivamente seus interesses na área de sobreposição, sem abandonar suas respectivas aspirações, ou seja, uma agenda simultânea de conotação neoliberal e realista. Para tal foram realizados encontros entre o professor chileno Julio Escudero e o conselheiro argentino Izidoro Ruiz Moreno, em Santiago, no período de 14 a 26 de março de 1941, que ficaram conhecidos como as “Conversas de Escudero – Ruiz”. Como resultado de tais tratativas, foram elaboradas 9 atas desses encontros, cujo resumo está expresso em um comunicado argentino, citado por La Barra, que “Já foi estabelecido que ambas as repúblicas têm direitos indiscutíveis de soberania na vizinha região antártica, e reconheceram seu propósito mútuo de focar uma política amigável para a determinação dos mesmos” (LA BARRA, 1984, p.80 e tradução nossa). Essas negociações foram oportunamente complementadas pela emissão das duas Declarações Conjuntas entre a Argentina e o Chile (1947 e 1948), conforme já citado anteriormente, sobre o tema intitulado de “Antártica Sul-Americana”.

A partir do estabelecimento do TAC, o Chile iniciou uma nova fase de atuação na Antártica, buscando exercer uma presença mais amiúde naquele continente, corroborada com a condução da primeira expedição austral chilena. Essa missão teve como objetivo principal viabilizar a instalação da primeira base do país no Sexto Continente, a qual

⁵⁵ Do original: “Forman la Antártica Chilena o Territorio Chileno Antártico, todas las islas, islotes, arrecifes, glaciares (pack ice) y demás, conocidos y por conocerse, y el mar territorial respectivo, existentes dentro de los límites del casquete constituido por los meridianos 53° longitud oeste de Greenwich y 90° longitud oeste de Greenwich” (ROMERO, 1984, p. 39).

inicialmente foi denominada *Soberanía*, e depois foi designada como sendo Base Naval *Capitán Arturo Prat* (FIG. 50), tendo sido inaugurada em 6 de fevereiro de 1947. O assentamento dessa base marcou, de fato, o início das atividades científicas chilenas no Continente Branco (ROMERO, 1984). Nesse mesmo dia, foi realizado o primeiro voo chileno no continente antártico por meio do hidroavião “Vought Sikorsky”, comandado por Enrique Byers, quando sobrevoou as ilhas vizinhas ao local da nova estação, bem como o arquipélago de Palmer. Naquela ocasião também foi inaugurada a primeira Agência Postal do TAC, por meio da iniciativa da Direção Geral de Correios e Telégrafos do Chile. Ainda em 1947, os Estados americanos, reunidos no Rio de Janeiro por ocasião Conferência Interamericana para a manutenção da paz e da segurança regional, assinaram o TIAR, em 2 de setembro, que criou uma zona de segurança em torno do continente. Nessa ocasião, o Chile formulou uma reserva na qual destaca que “mantém intactos os títulos e direitos legítimos da República do Chile nas terras incluídas no Setor Antártico Chileno sobre o qual a República exerce controle soberania correspondente” (VILLAROEL, 1984, p.84).

Em 1948, uma nova expedição foi organizada com o objetivo de fundar uma segunda base, a qual foi denominada *General Bernardo O'Higgins* (FIG. 51). A inauguração dessa nova base contou com a presença do então Presidente chileno, Sr. Gabriel González Videla, que se tornou o primeiro presidente do Chile e do mundo a, de fato, colocar os pés na Antártica (ROMERO, 1984). Nas palavras do presidente Gabriel Videla, nas Mensagens ao Congresso Nacional⁵⁶, durante a inauguração do período ordinário de sessões, em alusão à sua visita na Antártica, observa-se uma síntese do pensamento chileno sobre a defesa dos interesses daquele Estado na Antártica

No final do ano passado partiu com destino à Antártica Chilena uma nova expedição de exploração e reafirmação de soberania. Depois de aliviar a dotação naval da Base Soberanía, a expedição dirigiu-se ao extremo nordeste da Terra de O'Higgins, onde instalou uma segunda base com o nome de General O'Higgins. No mês de fevereiro, enquanto praticava uma visita às zonas mais austrais do país, pretendia-se desconhecer a soberania antártica do Chile, razão pela qual julguei conveniente reafirmar solenemente, com a minha presença, os atos de Governo ali exercidos e os inalienáveis direitos da Pátria à integridade do seu território⁵⁷ (CHILE, 1948, p.31 e tradução nossa).

⁵⁶ A íntegra das Mensagens do Presidente Gabriel González Videla ao Congresso Nacional encontra-se disponível em: <<http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/visor/BND:8775>>. Acesso em: 25 mai. 2023.

⁵⁷ Do original: “A fines del año recién pasado partió con destino a la Antártida Chilena una nueva expedición de exploración y reafirmación de soberanía. Luego de relevar a la dotación naval de la Base Soberanía. la expedición se dirigió al extremo nor-este de la Tierra de O'Higgins, donde instaló una segunda base con el nombre de General O'Higgins. En el mes de Febrero, mientras practicaba una visita a las zonas más

O Chile, empenhado em demonstrar à comunidade nacional e internacional seus direitos de ocupar o território austral, continuou com seu programa de instalação de bases. Foi assim que em 12 de março de 1951, foi fundada a Base Aérea *Presidente Gabriel González Videla* (FIG. 52); em 18 de fevereiro de 1955, foi inaugurada a Base Aérea *Presidente Pedro Aguirre Cerda* (FIG. 53); em 1957, na esteira do AGI, foi estabelecida a Base Científica *Luis Risopatrón* (FIG. 54), além de diversos abrigos e sub-bases. Ainda como parte das ações diretas relacionadas à governança do recém criado Território Antártico, materializando o viés realista de suas aspirações nas terras austrais, o presidente chileno Carlos Ibañez Del Campo (1877 – 1960) promulgou, por meio da Lei nº 11.846⁵⁸, de 17 de junho de 1956, as diretrizes para a formulação de um Estatuto do Território Antártico Chileno (VICUÑA, 1984).

Conforme já visto no capítulo 3, foi somente nas reuniões internacionais do AGI que a questão antártica foi tratada multilateralmente, convergindo os esforços para a assinatura do Tratado da Antártica em 1959, em um formato de interação estatal neoliberal. Nesse contexto, o Chile assumiu um papel relevante nas negociações do referido instrumento, com destaque para sua atuação no AGI, buscando estruturar sua presença no Continente Branco, com vistas a consolidar uma prévia de sua futura Política Antártica. No decorrer da última sessão do Comitê Plenário das negociações do Tratado da Antártica, presidida pelo Chefe da Delegação chilena, temos sintetizado o pensamento realista do Chile nas palavras do Sr. Marcial Mora, que nos traz o seguinte relato

O governo chileno, por ocasião da aprovação deste Tratado, declara que mantém sua soberania no Território Antártico Chileno, em virtude de seus claros direitos geográficos, históricos, legais e outros, e que nada no presente Tratado poderá ser interpretado como um abandono do seu exercício na referida região⁵⁹ (LA BARRA, 1984, p.98 e tradução nossa).

australes del país, se pretendió desconocer la soberanía antártica de Chile, razón por la cual juzgué conveniente reafirmar solemnemente con mi presencia los actos de Gobierno ahí ejercitados y los inalienables derechos de la Patria a la integridad de su territorio” (CHILE, 1948, p.31).

⁵⁸ O texto original da Lei nº 11.846/1956, que formulou as diretrizes para o estabelecimento de um Estatuto do Território Antártico Chileno, encontra-se disponível em: <https://www.minrel.gob.cl/minrel/site/docs/20210803/20210803113532/2c__ley_n_11_846__21_6_1955.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2023

⁵⁹ Do original: “El Gobierno de Chile, com ocasión de la aprobación del presente Tratado, declara que mantiene su soberanía en el Territorio Chileno Antártico, en virtud de sus claros derechos geográficos, históricos, jurídicos y otros, y que nada en el presente Tratado podrá interpretarse como un abandono en su ejercicio en la expresada región” (LA BARRA, 1984, p.98).

A celebração do Tratado da Antártica trouxe consigo uma nova sistemática de governança, de caráter internacional e multilateral, que influencia diretamente a postura dos Estados em relação ao Sexto Continente. Esse Tratado marcou, de certa forma, o fim da fase heróica dos descobrimentos e das primeiras formas de competição e colaboração espontânea entre diferentes Estados, que surgiram nas atividades desenvolvidas naquele continente, para dar origem a um sistema mais institucionalizado de coordenação e mútuo entendimento. A atuação das Partes Consultivas do Tratado, dentre as quais o Chile figura com singelo destaque, dada sua proximidade geográfica e intensa atividade austral, tem sido de especial relevância na condução de um processo que se demonstra capaz de assegurar os valores de paz e da cooperação internacional naquele continente. Dessa forma, a próxima sessão abordará um novo formato de manifestação dos interesses chilenos em relação aos temas austrais.

4.2.3.2 Do Tratado da Antártica à contemporaneidade

Desde o período do AGI a atividade científica tem sido uma das principais ferramentas de atuação de diferentes Estados com interesses antárticos. O Chile como signatário original do Tratado da Antártica e possuidor de reivindicação de soberania territorial em porção do continente austral, tem desenvolvido, ao longo dos anos, um trabalho científico ativo e constante, contribuindo para o sucesso do mecanismo decorrente do Tratado em questão. Como forma de ampliar e fortalecer sua atividade científica nos temas austrais, o governo chileno criou, em 1963, o INACH.

O INACH foi criado por meio da Lei n° 15.266⁶⁰, de 10 de setembro de 1963, no contexto da aprovação do Estatuto Orgânico do Ministério das Relações Exteriores chileno, tendo sido inaugurado, de fato, em 29 de maio de 1964. No artigo 5° da referida Lei encontra-se a redação do ato de criação do INACH, sendo o referido instituto subordinado ao Ministério das Relações Exteriores, gozando de autonomia a tudo que se relacione com suas atividades técnicas e científicas. No mesmo artigo consta descrita a sua missão

Planejar, orientar e coordenar as atividades científicas e técnicas que entidades do Estado ou particulares, devidamente autorizadas pelo Ministério das Relações

⁶⁰ O texto completo da Lei n° 15.266/1963, que aprovou o Estatuto Orgânico do Ministério das Relações Exteriores e criou o Instituto Antártico Chileno (INACH), encontra-se disponível em: <<https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=28127>>. Acesso em: 29 mai. 2023.

Exteriores, realizem no Território Antártico Chileno, ou fora dele, em virtude do disposto no Tratado da Antártica de 1° de dezembro de 1959. Excepcionalmente, poderá realizar diretamente trabalhos científicos no continente antártico⁶¹ (CHILE, 1963, p.3 e tradução nossa).

Essa decisão política provocou uma mudança de paradigma na projeção do Chile para o sul do planeta, colocando a ciência na vanguarda da exploração do território austral. Após sua ativação, o INACH organizou sua primeira expedição científica ao Sexto Continente no biênio 1964 – 1965. Na ocasião, foram realizados estudos nas áreas de biologia, ecologia, geologia, meteorologia, ornitologia e sismologia, além de obras arquitetônicas para possibilitar futura instalação de uma pista de pouso (INACH, 2023a).

Atualmente, o INACH tem como missão institucional cumprir a Política Nacional Antártica, incentivando o desenvolvimento da pesquisa científica, tecnológica e de inovação na região austral, participando efetivamente do STA e de fóruns internacionais relacionados. Busca fortalecer a cidade de Punta Arenas como porta de acesso natural para o Continente Branco, realizando ações e atividades de disseminação e valorização do conhecimento antártico na comunidade chilena, além de assessorar a autoridade estatal em assuntos antárticos. Para tal, o INACH orienta sua atuação de forma a assegurar a consecução dos Objetivos Estratégicos Governamentais para a Antártica, quais sejam:

1 – Assegurar a coordenação da execução da Política Antártica Nacional com o objetivo de fortalecer e aumentar a influência do Chile no STA, promovendo assim seus interesses como país antártico, em particular por meio de um programa científico nacional vinculado às principais tendências de pesquisa;

2 – Potencializar a capacidade do Chile como país ponte para a região austral, além de fortalecer políticas, iniciativas e vínculos estratégicos – nos níveis global, regional e sub-regional – para materializar os objetivos de desenvolvimento econômico e humano do país. Em particular, privilegiar ações voltadas para o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico do Chile; e

3 – Fortalecer a política colaborativa para o desenvolvimento, elemento integrante da política externa chilena, implantando iniciativas e mecanismos de cooperação em

⁶¹ Do original: “Planear, orientar y coordinar las actividades científicas y técnicas que organismos del Estado, o particulares debidamente autorizados por el Ministerio de Relaciones Exteriores, lleven a cabo en el Territorio Chileno Antártico, o fuera de él en virtud de lo dispuesto en el Tratado Antártico de 1° de Diciembre de 1959. Por excepción, podrá emprender directamente trabajos científicos en el continente antártico” (CHILE, 1963, p.3).

relação ao Chile (bilateral, multilateral, sul-sul e triangular) com ênfase na América Latina e Caribe, a fim de contribuir para o desenvolvimento nacional e com o processo de integração regional (INACH, 2023b).

No ano de 1969 o então presidente chileno Eduardo Frei Montalva (1911 – 1982) realizou viagem à Antártica, sendo esse o segundo Chefe de Estado do Chile a visitar o Sexto Continente. No mesmo ano, na *Bahia Fildes*, foi inaugurada a Base da Força Aérea chilena *Presidente Eduardo Frei Montalva*, localizada na posição de 62° 12' de latitude sul e 58° 55' de longitude oeste, na Ilha Rei George, no arquipélago das *Shetlands do Sul*, onde futuramente foi instalado o aeródromo *Teniente Rudolfo Marsh Martín*⁶². Essa base foi inicialmente designada para servir como estação meteorológica e marítima antártica, além de realizar estudos ionosféricos, bem como reunir percepções remotas de dados ambientais e geotécnicos na pista de pouso. Na base também foi estabelecida a *Villa Las Estrellas*⁶³, com a finalidade de abrigar famílias, contendo escola, academia, banco e uma rede de serviços à disposição das demais bases antárticas localizadas na mesma ilha (IBARRA, 2014).

Em 1977 ocorreu nova visita de um Chefe de Estado do Chile à Antártica, quando o General Augusto Pinochet Ugarte (1915 – 2006) se tornou o terceiro presidente chileno a tocar o solo austral. Na ocasião Pinochet depositou, na *Bahia Marguerita*, uma caixa contendo porções de terras trazidas de diferentes regiões do Chile, declarando que o TAC estava unido de fato à porção continental do país, ficando fisicamente separado desse apenas pela Passagem de Drake, reafirmando, dessa forma, os direitos soberanos do Chile nessa porção do território antártico (MERICQ, 1987).

No ano seguinte, por meio do Decreto nº 161, de 3 de março de 1978, o Chile criou o Conselho de Política Antártica, que tem como função “determinar as bases políticas, científicas, econômicas e jurídicas da ação nacional no Território Antártico Chileno” (IBARRA, 2014, p.59). Entre os anos de 1964 e 1981 diversas organizações científicas chilenas desenvolveram intensa atividade de pesquisa na extensão no TAC, em diferentes

⁶² A inauguração definitiva do aeródromo *Teniente Rudolfo Marsh Martín*, na Ilha Rei George, ocorreu de fato em 22 de março de 1980, com o pouso de uma aeronave C-130 da Força Aérea do Chile (FIG. 55). Disponível em: <<http://qr.historiaaeronauticadechile.cl/hito09.html>>. Acesso em: 02 jun. 2023.

⁶³ A *Villa Las Estrellas* é o primeiro assentamento chileno na Antártica e foi inaugurado em 1984. Possui 13 casas habitadas por famílias de militares da Força Aérea Chilena, da Direção Geral de Aeronáutica Civil e por pesquisadores do INACH (IBARRA, 2014).

áreas de conhecimento, tais como sensoriamento remoto, meteorologia, oceanografia entre outras, conforme consolidação contida na tabela do anexo (FIG. 56) (MERICQ, 1987).

Em função da diversidade e amplitude das atividades desenvolvidas, ficou evidente que o Chile resolveu aplicar permanentemente no TAC um formato de política que abrangia, dentre outras coisas, os seguintes aspectos, os quais denotam uma pura visão realista: a defesa e manutenção dos direitos de soberania nessa porção territorial; a manutenção, reforço e consolidação da presença do Chile no TAC, por meio da alocação de cientistas nas diferentes bases de pesquisa instaladas; a modernização de equipamentos nessas bases; o estabelecimento de novas bases e assentamentos em direção ao Polo Sul; e a interligação sistêmica do TAC com o continente por meio de transporte aéreo e marítimo, integrando dessa forma todo o território chileno.

No que diz respeito à pesquisa científica, a política chilena em relação à Antártica considerava as seguintes vertentes de atuação: aumentar a ação e as disciplinas de estudo em relação aos recursos em geral; desenvolver maior conhecimento da área abrangida pelo TAC, em especial aquela situada em direção ao Polo Sul; e apoiar continuamente o INACH em suas atividades (MERICQ, 1987). No ano de 1984, durante o governo do então presidente Pinochet, o Chile elaborou, de fato, uma Política Antártica Nacional, tendo como objetivo explícito consolidar a soberania chilena em parcela da região austral, com evidente viés realista, conforme os limites previamente definidos no Decreto nº 1.747/1940 que fixou definitivamente os limites do TAC. Nas palavras de Romero (1984) temos que

A política antártica recém aprovada define os meios a serem utilizados e as ações que devem ser realizadas para atingir o objetivo acima, dentre os quais se destacam os estudos de viabilidade para a instalação de novas bases, a médio e curto prazo, de forma a conseguir uma efetiva consolidação territorial; o desenvolvimento da infraestrutura necessária para converter o complexo Punta Arenas-Marsh no principal ponto de partida e centro de apoio internacional do Continente Antártico; intensificação do trabalho científico; alcançar uma ocupação efetiva de nossa comunidade antártica através de um assentamento de população civil e militar⁶⁴ (ROMERO, 1984, p.49 e tradução nossa).

⁶⁴ Do original: “La política antártica recientemente aprobada, define los medios a utilizar y las acciones que deberán emprenderse para lograr el propósito ya señalado, entre las cuales destacan los estudios de factibilidad de instalación de nuevas bases, en el mediano y corto plazo, con el fin de lograr una efectiva consolidación territorial; el desarrollo de la infraestructura necesaria para convertir el complejo Punta Arenas-Marsh en principal punto de partida y centro de apoyo internacional del continente antártico; intensificación de la labor científica; lograr una efectiva ocupación de nuestra comuna Antártica a través de un asentamiento de población civil y militar” (ROMERO, 1984, p.49).

Conforme citado por Obanoz e Gallegos (2012), diferentes autores sobre o tema consideravam que a Política Antártica que foi desenvolvida durante a gestão de Pinochet como mandatário presidencial chileno (1974 – 1990) era carregada por uma grande influência territorialista, dado que, naquela época, estava em discussão a possibilidade da exploração mineral no Sexto Continente. Alguns autores específicos sustentam que a referida política de defesa dos direitos de soberania sobre o TAC era vista como a mais antagônica do STA. De fato, a referida política de Pinochet se viu refletida no estabelecimento de diferentes bases na região austral no decorrer da sua gestão. Com o arrefecimento das preocupações da exploração mineral na Antártica, no contexto das negociações prévias e a decorrente formulação do Protocolo de Madri em 1991, a Política Antártica chilena sofreu uma gradual transformação, passando do viés territorialista para uma abordagem científica e ambiental. Apesar dessa transição em curso, em 1995, durante o governo do presidente Eduardo Frei Ruiz Tagle (1994 – 2000), foi inaugurada, pelo INACH, a Base *Professor Julio Escudero* (OBANOZ e GALLEGOS, 2012).

Como consequência da mudança de postura em curso, foram iniciados os estudos para a elaboração de uma nova edição da Política Antártica chilena. Dessa forma, durante a gestão do presidente Ricardo Froilán Lagos Escobar (2000 – 2006), foi promulgada, por meio do Decreto n° 429⁶⁵, de 28 de março de 2000, uma atualização da Política Antártica Nacional do Chile⁶⁶. O referido documento foi assinado na Ilha Rei George, nas dependências do TAC, pelo presidente Ricardo Lagos acompanhado da Ministra das Relações Exteriores Soledad Alvear, do Comandante da Força Aérea chilena General Patricio Ríos e do Diretor do INACH, Embaixador Oscar Pinochet de La Barra (FIG. 57) (CHILE, 2020).

Outro fato importante no desenvolvimento e consolidação de práticas políticas pelo governo chileno para o Continente Austral foi observada por ocasião da apresentação formal à Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas, em 9 de maio de 2009, de um informe preliminar sobre a extensão da plataforma continental de diversas áreas do território continental e ilhas oceânicas chilenas. Tal documento incluía também argumentos sobre os antecedentes históricos relativos à plataforma continental

⁶⁵ O texto completo do Decreto Supremo n° 429/2000 encontra-se disponível em: <<https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=168860&idParte=&idVersion=2000-05-18>>. Acesso em: 02 jun. 2023.

⁶⁶ A íntegra do texto da Política Antártica Nacional do Chile emitida em 2000 encontra-se disponível em: <https://www.minrel.gob.cl/minrel/site/docs/20210723/20210723131954/3e__texto_de_politica_antartic_a_nacional_de_2000__c_foto_firma.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2023.

correspondente ao TAC (FIG. 58), fazendo constar uma alusão à observância do Tratado da Antártica para justificar o pleito apresentado (OBANOZ e GALLEGOS, 2012).

A partir do início do primeiro governo do presidente Sebastián Piñera (2010 – 2014) o Chile passou a buscar uma nova alavancagem para as atividades antárticas. Para tal, um dos primeiros atos nessa direção foi formalizado com a criação da Direção Antártica⁶⁷, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores chileno, cujo objetivo principal é conduzir a Política Antártica Nacional destinada a consolidar o TAC e fortalecer a mentalidade antártica. A assinatura da Ordem de Serviço n° 31/2011 pelo Subsecretário de Relações Exteriores, Embaixador Fernando Schimdt, que criou a nova Direção, ocorreu simbolicamente na Base *Professor Julio Escudero*, do INACH, localizada na Ilha Rei George, nas dependências do TAC. Com o surgimento dessa nova instituição, foram iniciados os trabalhos para a elaboração de um Plano Estratégico 2011 – 2016, o qual veio a ser aprovado por ocasião da 48ª reunião do Conselho de Política Antártica chileno, ocorrida na cidade de Puerto Williams, capital da Província Antártica do Chile, sendo essa a primeira vez que o referido Conselho se reuniu fora de Santiago. No decorrer desse fórum, nas palavras de Alfredo Moreno Charme, Ministro das Relações Exteriores, consta que a “reunião do Conselho da Política Antártica em Puerto Williams foi um sinal poderoso para o mundo sobre a importância que o Chile atribui à Antártica e o renovado impulso que pretende imprimir à Política Antártica Nacional” (OBANOZ e GALLEGOS, 2012, p. 215). Na Figura 59 encontra-se ilustrada uma linha do tempo acerca da evolução da Política Antártica chilena entre 1906 e 2012.

Conforme já mencionado, vale aqui lembrar a existência de um Acordo de Cooperação Antártica, firmado em 2013 entre o Chile e Brasil, que visa otimizar o emprego de recursos humanos e materiais, voltados aos aspectos logísticos e científicos, no contexto das atividades desenvolvidas no Continente Gelado.

Em 2014 o presidente Piñera protagonizou um relevante fato atinente às ações chilenas na Antártica quando inaugurou a Estação Científica Polar Conjunta *Glaciar Unión*⁶⁸

⁶⁷ O registro do ato de criação da Direção Antártica do Chile, foi extraído do arquivo compilado das Memórias do Ministério das Relações Exteriores do Chile (2011, p. 210). Disponível em: <https://www.minrel.gob.cl/biblioarchivo/site/artic/20131015/asocfile/20131015154606/memoria_minrel_2011_2.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2023.

⁶⁸ A Estação Científica Polar Conjunta *Glaciar Unión* é uma base antártica de verão do Chile, localizada na latitude sul 79° 46' e longitude oeste 82° 54', na região do Glaciar Unión e montes Ellsworth. Atualmente é operada em conjunto pelo INACH, Exército, Força Aérea e Marinha chilena. Essa estação em conjunto com

(FIG. 60 e 61), que tem como propósito buscar exercer uma presença chilena efetiva no TAC, desenvolver uma ciência austral avançada e explorar o Continente Branco. Como a nova estação encontra-se localizada no interior do Círculo Polar Antártico, Sebastián Piñera tornou-se dessa forma o primeiro Chefe de Estado a cruzar essa linha de alta latitude sul no planeta. Na ocasião também foi realizada a assinatura de um projeto de Lei Antártica com o intuito de modernizar e atualizar a legislação chilena vigente, além de buscar robustecer o arcabouço legal do Estado em relação aos temas antárticos. O referido projeto de lei foi encaminhado à Câmara dos Deputados do Chile por meio da Mensagem Presidencial n° 377-361 de 2014, tendo sido recebida naquela casa em março do mesmo ano (INACH, 2014).

Após um longo período de debates e decorrentes aperfeiçoamentos ao projeto de lei que fora encaminhado para análise em 2014, finalmente foi aprovada e publicada em 17 de setembro de 2020 a Lei n° 21.255 que estabelece o Estatuto Antártico Chileno. O referido documento, dentre outros itens, abarca aspectos de ordem regional, científico e de meio ambiente, além de atualizar a definição do TAC de 1940, por meio do seu Artigo 2°, adequando seu texto às condições do século XXI, conforme a seguir

Território Antártico Chileno: A Antártica Chilena ou Território Antártico Chileno é constituído por todas as terras, ilhas, ilhotas, recifes, geleiras (*pack-ice*) e outras, conhecidas e por conhecer, existentes dentro dos limites da calota constituída pelos meridianos 53° de longitude oeste de Greenwich e 90° de longitude oeste de Greenwich, conforme disposto no Decreto Supremo n° 1.747, de 1940, do Ministério das Relações Exteriores. Da mesma forma, a Antártica Chilena ou Território Antártico Chileno é formada pelas barreiras de gelo, o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva, a plataforma continental, a plataforma continental estendida e todos os espaços marítimos que lhe correspondem de acordo com o Direito Internacional. O Território Antártico Chileno corresponde a uma zona fronteiriça para todos os efeitos legais, sem prejuízo da aplicação dos princípios e regulamentos do Sistema do Tratado Antártico⁶⁹ (CHILE, 2020, p.1 e tradução nossa).

a estação estadunidense *Amundsen-Scott* e a estação chinesa de *Kunlun* são as bases mais próximas do Polo Sul e são as únicas estações situadas no interior do Círculo Polar Antártico.

⁶⁹ Do original: "Territorio Chileno Antártico. Forman la Antártica Chilena o Territorio Chileno Antártico todas las tierras, islas, islotes, arrecifes, glaciares (*pack-ice*) y demás, conocidos y por conocer, existentes dentro de los límites del casquete constituido por los meridianos 53° longitud Oeste de Greenwich y 90° longitud Oeste de Greenwich, conforme lo dispuso el decreto supremo n° 1.747, de 1940, del Ministerio de Relaciones Exteriores. Asimismo, forman la Antártica Chilena o Territorio Chileno Antártico las barreras de hielo, el mar territorial, la zona contigua, la zona económica exclusiva, la plataforma continental, la plataforma continental extendida y todos los espacios marítimos que le correspondan de conformidad con el Derecho Internacional. El Territorio Chileno Antártico corresponde a una zona fronteriza para todos los efectos legales, sin perjuicio de la aplicación de los principios y normas del Sistema del Tratado Antártico" (CHILE, 2020, p.1).

Na visão do Chile, essa nova definição, além de adaptar-se às circunstâncias do século XXI, permite esclarecer todos os aspectos relacionados com os direitos chilenos no continente antártico, respeitando os acordos assinados internacionalmente sobre a matéria, além de incorporar as denominações de zona econômica exclusiva, plataforma continental e plataforma continental estendida tal como definida no Direito do Mar.

Decorrente da recém criação do Estatuto Antártico Chileno, foi estabelecida uma nova versão, datada de 16 de março de 2021, da Política Antártica Nacional do Chile. A referida política é um componente essencial do sistema antártico chileno e fornece diretrizes gerais para salvaguardar os direitos e interesses do Chile na Antártica, bem como busca dar efetividade aos princípios e normas do STA, além de orientar o exercício dos poderes do Estado chileno no Sexto Continente, particularmente no TAC e nos espaços marítimos circundantes. No texto consta explicitamente que

A Política Nacional Antártica tem como principal objetivo e tarefa permanente, proteger e fortalecer os direitos antárticos do Chile, com claros fundamentos geográficos, históricos e jurídicos. A proteção e promoção dos direitos soberanos do Chile na Antártica são e continuarão sendo objetivos prioritários e permanentes da política externa de nosso país. A soberania e jurisdição do Chile na Antártica, bem como nos espaços marítimos adjacentes, está resguardada em virtude do disposto no artigo IV do Tratado da Antártica, bem como no artigo IV da Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos⁷⁰ (CHILE, 2021, p.7 e tradução nossa).

Recentemente, em 30 de junho de 2021, o Conselho de Política Antártica do Chile, emitiu o Plano Estratégico Antártico 2021 – 2025, cujo objetivo geral é de “estabelecer as tarefas e ações específicas destinadas a cumprir os objetivos da Política Antártica Nacional, por meio do trabalho conjunto e coordenado entre os atores antárticos, a fim de consolidar e fortalecer os direitos soberanos que o Chile mantém na Antártica” (CHILE, 2021a, p.8).

Atualmente o INACH mantém um total de nove bases em operação na Antártica, sendo três permanentes (operacionais durante todo o ano – *Presidente Eduardo Frei Montalva*, *General Bernardo O’Higgins* e *Capitán Arturo Prat*) e as demais de caráter temporário (de operação sazonal – *Professor Julio Escudero*, *Yelcho*, *Teniente Luis Carvajal*,

⁷⁰ Do original: “La Política Antártica Nacional tiene como primer objetivo y tarea permanente, proteger y fortalecer los derechos antárticos de Chile, con claros fundamentos geográficos, históricos y jurídicos. El resguardo y la promoción de los derechos soberanos de Chile en la Antártica son, y continuarán siendo, objetivos prioritarios y permanentes de la política exterior de nuestro país. La soberanía y jurisdicción de Chile en la Antártica, así como en sus espacios marítimos adyacentes, es cautelada en virtud de lo dispuesto en el artículo IV del Tratado Antártico, así como también por el artículo IV de la Convención sobre la Conservación de los Recursos Vivos Marinos Antárticos” (CHILE, 2021, p.7).

Doctor Guillermo Mann, Presidente Gabriel González Videla e Risopatrón), além da Estação Científica Polar Conjunta *Glaciar Unión* e dos Refúgios *Collins* e *Julio Ripamonti*. Em termos de meios, o Chile emprega diversos navios e aeronaves em apoio ao desenvolvimento do seu programa antártico e vem buscando modernizar sua frota de forma a manter uma presença ativa no Continente Austral. Assim, em 22 de dezembro de 2022, foi lançado ao mar, pelo estaleiro ASMAR, da Armada Chilena, o moderno Navio “Almirante Viel” (FIG. 62), de 10.500 toneladas de deslocamento, que será o maior quebra-gelo da América do Sul, com previsão de entrar em operação em agosto de 2024, e que contará com capacidade para alojar mais de 30 pesquisadores para condução de atividades científicas a bordo, decorrente de um investimento aproximado de 210 milhões de dólares americanos.

Assim sendo, similarmente ao que foi identificado em relação à atuação da Argentina no Continente Branco, verificou-se que o Chile também percorreu um extenso caminho e com relevante volume de atividades desenvolvidas na região austral. Observou-se, no entanto, que a Política Antártica adotada pelo Chile ao longo dos anos encontra muita aderência na ótica realista, em função de argumentos históricos e geográficos, na busca de sempre fazer constar, nos diversos documentos emitidos, sua aspiração de soberania em relação ao TAC. Por outro lado, com a adesão ao STA, e por meio dos diversos acordos de cooperação para temas antárticos firmados com a Argentina e com o Brasil, é patente constatar que o Chile também passou a adotar uma agenda colaborativa bilateral e multilateral, com especial atenção aos Estados do entorno latino-americano.

4.2.4 Conclusões Parciais

De acordo com o explicitado nesse extenso capítulo, as RAPAL são um fórum de cooperação multilateral, a nível latino-americano, operacionalizado há mais de trinta anos, no qual Argentina, Brasil, Chile, Equador, Peru e Uruguai debatem e estabelecem pautas de colaboração acerca de temas científicos, logísticos e ambientais voltados para a Antártica. Em função no nível de maturidade alcançado ao longo dos anos, as RAPAL têm contribuído significativamente para o avanço da pesquisa antártica na América Latina, ao promover a integração e a coordenação entre os programas antárticos desses atores regionais.

Como principais participantes desse relevante comitê, o Brasil, a Argentina e o Chile desenvolvem intensa atividade de pesquisa de cunho antártico. Conforme demonstrado,

esses três Estados percorreram caminhos distintos em relação ao Sexto Continente, buscando desenvolver ações inerentes à defesa das suas aspirações na região.

De modo que seja possível obter uma visualização consolidada sobre os diferentes aspectos, como forma introdutória da análise que se seguirá, apresenta-se abaixo uma tabela comparativa, contendo um resumo de alguns tópicos relevantes de atuação dos Estados estudados em relação ao Continente Branco:

Aspecto / Estado	Argentina	Brasil	Chile
Reivindicação Territorial	Sim	Não ⁷¹	Sim
Membro Consultivo do STA	Sim	Sim	Sim
Bases Permanentes	6	1	3
Bases Temporárias	7	0	6
Política Antártica Cooperativa	Sim	Sim	Sim
Acordo de Cooperação	Sim	Sim	Sim
Intensa atividade de pesquisa	Sim	Sim ⁷²	Sim
Renovação de Meios	Sim	Sim	Sim

Tabela 1 – Aspectos relevantes dos Estados estudados em relação à Antártica

Fonte: o Autor

Assim, após terem sido identificados os interesses geopolíticos dos principais Estados participantes das RAPAL em relação à Antártica, serão apresentadas, no próximo capítulo, as análises decorrentes dessas aspirações, na busca de identificar suas similaridades e aderências que fundamentem a proposta de estabelecimento de um bloco regional para uma atuação multilateral junto ao STA.

⁷¹ Apesar de não ter formulado uma reivindicação territorial de fato, no decorrer dessa pesquisa foi identificado que o Brasil é apontado, por diversos autores internacionais sobre o tema, como sendo um país com pretensões territoriais na Antártica (FIG. 5), cujo argumento estaria fundamentado na Teoria da Defrontação (FIG. 9 e 10).

⁷² Apesar de possuir apenas uma única Base Científica instalada na Antártica, o Brasil, ao longo dos últimos 40 anos do PROANTAR, desenvolveu intensa atividade de pesquisa no ambiente austral, utilizando os diferentes navios polares como plataformas que viabilizaram tais atividades, em função das suas características intrínsecas de mobilidade e permanência.

5 ANÁLISE DA INTERSEÇÃO DOS INTERESSES GEOPOLÍTICOS DOS PRINCIPAIS ESTADOS PARTICIPANTES DAS RAPAL E PROPOSTA DE ESTABELECIMENTO DE BLOCO REGIONAL

Na presente pesquisa foram identificados os fundamentos da geopolítica e realizada a contextualização conceitual das teorias do Realismo e do Neoliberalismo no âmbito das Relações Internacionais. Na sequência foi descrita a importância da Antártica para os Estados, com o decorrente estabelecimento do STA em si, passando pela gênese e consolidação das RAPAL e o detalhamento dos interesses geopolíticos dos principais Estados pertencentes a esse fórum regional de debates. Após ter sido finalizada a fase diagnóstica do estudo em tela, será explicitada, nesta seção, a fase propositiva da corrente pesquisa.

Para tal, serão analisados os interesses geopolíticos do Brasil, da Argentina e do Chile em relação à Antártica, os quais se encontram detalhados no extenso capítulo anterior, na busca de interseções e aderências, que venham a convergir para um alinhamento de propósitos comuns, já considerando os atuais dispositivos de cooperação estatal firmados entre eles. A eventual existência de uma suficiente solidez de interesse comum pode ser a chave para uma proposta de remodelagem das RAPAL, passando de um fórum de administradores dos programas antárticos para o estabelecimento de um bloco regional latino-americano de atuação multilateral junto ao STA.

5.1 Aspectos Geopolíticos das Reivindicações Territoriais

No decorrer do presente estudo ficou evidenciado que tanto a Argentina quanto o Chile formularam reivindicações territoriais no Sexto Continente, antes da celebração do Tratado da Antártica, do qual são signatários originais, estando esse assunto atualmente inerte por força do texto do referido acordo. Cada um desses Estados busca defender seus interesses naquele continente, seja por meio de emissão de diferentes documentos ao longo dos anos, ou pela intensa atividade de pesquisa científica e de patrulhamento marítimo da região austral, a exemplo do que é realizado por ambos por meio das PNAC.

Apesar de existir sobreposição entre o Setor Antártico Argentino e o TAC, ambos os Estados optaram por não potencializar a disputa territorial na Antártica por meio das duas Declarações Conjuntas entre os respectivos Governos (1947 e 1948), sobre um tema intitulado de “Antártica Sul-Americana”, bem como recentemente por meio da emissão da “Declaração Conjunta sobre a Antártica”, celebrada em 1990. Nesse documento, além de

reafirmar as Declarações Conjuntas anteriores, ambos os Estados se propuseram também a intensificar as consultas bilaterais para a busca de posições coordenadas no âmbito do STA, além de reforçar a cooperação com os demais Estados da América Latina, de modo a facilitar as suas atividades antárticas. A adesão a todos os instrumentos componentes do STA, bem como o respeito a seu arcabouço normativo demonstrado ao longo dos últimos anos, favorece a um ambiente em que as questões territoriais sejam menos preponderantes no trato dos temas antárticos junto ao STA, buscando cada vez mais uma postura colaborativa regional para a defesa de interesses conjuntos, em especial quando se tratar de eventuais investidas de Estados extra-regionais e com maior envergadura de poder.

Por outro lado, o Brasil, apesar da publicação da Teoria da Defrontação em artigos à época do AGI e da celebração do Tratado da Antártica, jamais emitiu qualquer reivindicação territorial na Antártica, tendo se afastado definitivamente dessa possibilidade ao aderir ao citado Tratado em 1975. Em que pese diversos autores renomados no assunto antártico fazerem alusão à referida Teoria, o Estado brasileiro jamais formulou qualquer documento ou ato que contivesse conteúdo de cunho territorialista para o Continente Gelado, o que de certa forma favorece a uma aproximação com a Argentina e o Chile para fins de cooperação, uma vez que o Brasil não pode ser considerado um potencial adversário nas questões territoriais antárticas. Caso assim fosse visto, a ameaça de disputa territorial poderia ser um entrave para a busca de uma atitude colaborativa regional, em função da maior preponderância de poder do Brasil em relação aos outros dois Estados.

Dessa forma, fruto da breve análise geopolítica, identificou-se que, apesar das históricas reivindicações territoriais formuladas pela Argentina e pelo Chile, bem como a ausência de reivindicação de território austral pelo Brasil, as atuais posturas desses três Estados favorecem a um ambiente colaborativo para atuação conjunta junto ao STA, a exemplo do que ocorre no âmbito regional por meio dos diversos acordos de cooperação já firmados entre os respectivos países.

5.2 Aspectos Políticos e Estratégicos

Em termos políticos e estratégicos, a pesquisa demonstrou que os três Estados estudados desenvolveram ações e caminhos distintos em relação aos temas antárticos, em função de diferentes fatores, sejam eles de ordem geográfica, históricas entre outros.

No caso brasileiro, o assunto antártico surgiu de forma tardia e modesta no debate de âmbito nacional, quando comparado com a Argentina e com o Chile, por meio da emissão do estudo do Coronel Bouças (1955/1956) e dos artigos publicados por Therezinha de Castro (1956/1957), com a decorrente formulação da Teoria da Defrontação. Tal aspecto fez com que o Brasil não fosse convidado para a Conferência de Washington (1959), não se tornando, portanto, signatário original do Tratado da Antártica. Após a adesão ao referido Tratado em 1975, observou-se uma intensa movimentação do Estado brasileiro na busca de iniciar pesquisas na Antártica com a criação do PROANTAR, a compra do NApOc “Barão de Teffé”, a realização da primeira OPERANTAR (1982/1983), culminando com o estabelecimento da EACF, fatos esses que possibilitaram a admissão do Brasil como Parte Consultiva do STA em 1983. Desde então, o país vem desenvolvendo intensa atividade de pesquisa científica no Continente Branco, além de investir na modernização das instalações da EACF e na aquisição de novos meios operativos (navios e aeronaves) para possibilitar a continuidade das atividades do PROANTAR, as quais já perduram por mais de quatro décadas. A recente emissão em 2022 do novo texto da POLANTAR traz claramente a definição dos Objetivos Nacionais Antárticos, os quais servem como norteadores das ações brasileiras na Antártica. Além disso, o texto constitucional brasileiro, no que tange às relações internacionais, traz como um de seus princípios a “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”, bem como a “busca da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (BRASIL, 2023, p.12). Essa passagem contida no texto da Carta Magna reforça a necessidade de uma ampliação da atuação brasileira, nos campos políticos e diplomáticos, para uma busca contínua de uma colaboração regional, mormente em relação aos assuntos antárticos, iniciativa essa que já vem sendo observada por meio dos Acordos de Cooperação existentes com a Argentina e com o Chile.

Em relação à Argentina, a pesquisa demonstrou que as atividades desenvolvidas por esse Estado na Antártica foram iniciadas ainda no final do século XIX, com destaque para a instalação da atual BAC *Orcadas* nas Ilhas Orcadas do Sul, sendo essa considerada a presença mais antiga e ininterrupta de um Estado no Sexto Continente. A intensa atividade de pesquisas desenvolvidas entre as décadas de vinte e trinta do século XX, bem como a criação da Comissão Nacional Antártica, culminando com o estabelecimento em 1943 da “Antártica Argentina” demonstram o elevado grau de interesse desse Estado nos assuntos

austrais. No período entre 1947 e 1959 ocorreu uma significativa ampliação da atuação argentina na região por meios da instalação de diferentes bases científicas, além da aquisição do navio quebra-gelo “ARA General San Martin” e da criação do IAA.

Anos mais tarde com a promulgação da “Lei Antártica Argentina” e a inauguração da primeira pista de pouso no Continente Branco na Base *Marambio* (1969), a Argentina deixa claro ao mundo seus reais interesses na defesa do Setor Antártico Argentino. Conforme demonstrado, a partir do início dos anos oitenta, a Política adotada pelo governo argentino, em relação aos assuntos antárticos, parecia ter um duplo padrão. Por um lado, manteve-se aderente ao regime estabelecido no STA, cuja percepção era de uma garantia do equilíbrio pragmático e, por outro, desenvolveu ações com conotação predominantemente territorialista. Apesar desse formato, depreendeu-se que a atuação geopolítica argentina pendulou entre os vieses da cooperação neoliberal e o da competição realista nas questões relacionadas à Antártica. Com a emissão da Política Nacional Antártica argentina de 1990, a qual vigora até os dias atuais, observa-se que o referido documento continha orientações que apontam para uma postura cooperativa entre os Estados nos temas antárticos, mormente aqueles situados na América Latina, em uma evidente postura alinhada à teoria neoliberal. Assim, evidenciou-se também que o interesse pela cooperação latino-americana era patente quando, por parte da Argentina, foi tomada a iniciativa de criar um fórum que, baseado em encontros anuais, passou a reunir os administradores dos programas antárticos latino-americanos, ou seja, as RAPAL. Vale aqui ressaltar mais uma vez que as declarações conjuntas entre a Argentina e o Chile sobre o tema antártico, bem como a realização das PNAC, também contribuíram positivamente para um ambiente cooperativo entre os referidos Estados. Após a assinatura do Protocolo de Madri, e a entrada em cena da agenda ambiental, a Argentina ampliou os projetos de cooperação internacional relacionados à ciência antártica, instalando inclusive laboratórios binacionais, como o Laboratório *Dallmann*, passando a priorizar as atividades colaborativas em detrimento da competição, tendência essa que cresceu gradativamente ao longo do tempo. Em termos políticos e diplomáticos, é relevante mencionar que a atual sede do STA é localizada em Buenos Aires, bem como foram estabelecidos diferentes Acordos de Cooperação bilaterais com o Brasil e o Chile, dos quais se ressalta a criação da Comissão Binacional Argentina-Chile para Assuntos Antárticos, favorecendo a interação e sinergia entre o IAA e o INACH. Assim, ficou evidenciado que a atuação argentina em relação à Antártica se desenvolveu com grande

intensidade, sendo algumas delas competitivas, aderentes à ótica realista, bem como passou a adotar também uma agenda de cooperação com outros Estados no contexto regional latino-americano, em especial com o Brasil e o Chile, aderindo a um viés neoliberal.

No que diz respeito à atuação chilena, similarmente ao que ficou evidenciado para o caso argentino, verificou-se que o Chile, desde sua independência até o final do século XIX, formulou diversas manifestações de soberania na região austral e desencadeou uma série de ações estatais com vistas a resguardar e ratificar os interesses chilenos. Diferentes ações do Estado foram identificadas como a instalação do primeiro assentamento humano na Antártica, na Ilha *Deception* em 1906, o resgate da expedição do explorador britânico Sir Ernest Shackleton em 1916, culminando com o formal estabelecimento do TAC em 1940. Até o ano de 1959, observou-se também que o Chile promoveu a instalação de diferentes Bases no Continente Gelado, sempre com o claro manifesto de resguardar seus direitos em relação ao TAC. Ao longo dos anos, a Política chilena em relação aos temas antárticos atravessou diferentes fases, conforme graficamente representado na Figura 59. Após o Tratado da Antártica, a postura política austral do Chile sofreu uma mudança gradual do modelo de ampla participação no STA, passando por uma fase de política territorialista e de negociação, bem como de uma política por objetivos ao modelo contemporâneo.

A pesquisa evidenciou que a Política Antártica adotada pelo Chile ao longo dos anos encontra muita aderência na ótica realista, buscando sempre fazer constar, nos diversos documentos, sua aspiração de soberania em relação ao TAC. Por outro lado, com a adesão ao STA, e por meio dos diversos acordos de cooperação para temas antárticos firmados com a Argentina e com o Brasil, ficou notório identificar que o Chile também passou a adotar uma agenda colaborativa, com especial atenção aos Estados do entorno latino-americano.

5.3 Proposta de estabelecimento de Bloco Regional

Decorrente da sucinta análise contida nas seções anteriores desse capítulo ficou demonstrado que, apesar de eventuais conflitos de interesses geopolíticos entre os Estados alvos do estudo, mormente aqueles voltados para as questões de soberania do Setor Antártico Argentino e do TAC, existem aderências, que convergem para um alinhamento de propósitos comuns em relação ao Sexto Continente, já considerando os atuais dispositivos

de cooperação estatal firmados entre eles. Nas palavras de Wolaniuk (2012) temos corroborado o pensamento sobre a conclusão analítica ora apresentada, qual seja

[...] em linhas gerais, pode-se observar que a política antártica dentro dos Estados sul-americanos envolvidos no STA tem tido continuidades que, além da complexa situação mundial e regional atual, encontram terrenos comuns e espaços próprios onde se erguer. Embora Argentina e Chile tenham uma posição maior por razões históricas, os demais vêm visualizando seus próprios interesses e realizam programas antárticos, alcançando o status de Parte Consultiva que os coloca no mesmo nível que os demais no âmbito do STA. Nesse sentido, a criação das RAPAL serviu para canalizar as diferentes visões e deve continuar se fortalecendo diante dos desafios futuros colocados pela Antártica. Na medida em que cada Estado aumente sua posição dentro do STA de forma articulada com os demais Estados sul-americanos, terá mais autonomia como bloco em qualquer eventual discussão que questione ou proponha mudanças ao regime vigente, podendo marcar uma posição conjunta para poder influenciar e ser considerado pelo resto dos atores⁷³ (WOLANIUK, 2012, p. 348 e tradução nossa).

Tendo em vista que ficou evidenciada uma suficiente similaridade dos interesses geopolíticos comuns dos principais países componentes das RAPAL, considerados relevantes e abrangentes, ficou comprovada a hipótese formulada para o presente estudo. Dessa forma a pesquisa aponta para uma proposta de remodelagem das RAPAL, passando de um fórum de administradores dos programas antárticos para o estabelecimento de um bloco regional latino-americano de atuação multilateral junto ao STA, qual seja o Bloco Regional Antártico dos Países da América Latina (BRAPAL).

⁷³ Do original: “[...] en líneas generales se observa que la política antártica dentro de los Estados sudamericanos implicados en el STA há tenido continuidades que, mas alla de la compleja situación mundial y regional actuales, encuentra puntos en comun y espacios propios donde plantearlas. Si bien Argentina y Chile poseen una posición de mayor envergadura por razones históricas, el resto ha ido visualizando sus propios intereses y ha llevado adelante programas antárticos, alcanzado el estatus de Parte Consultiva que los coloca a la misma altura que el resto en el marco del STA. En este sentido, la creación de RAPAL ha servido para canalizar las distintas visiones y debe continuar fortaleciéndose de cara a los desafíos futuros que plantea la Antártida. En la medida que cada Estado acrecienta su posición dentro del STA de manera coordinada con el resto de los Estados sudamericanos, tendrán mas autonomía como bloque en cualquier eventual discusión que ponga en cuestionamiento o plantee cambios al régimen actual, pudiendo marcar una postura conjunta para poder influir y ser considerados por el resto de los actores” (WOLANIUK, 2012, p. 348).

6 CONCLUSÃO

No decorrer da presente pesquisa ficou evidenciado que a Antártica, por ter sido o último continente a ser descoberto pelo homem e sobre o qual ainda não existem definições de soberania e de divisão política sobre o seu vasto território, é alvo de cobiça de diferentes países, sejam eles motivados por questões econômicas, científicas ou territoriais. Sob o olhar da Geopolítica, foi demonstrado que existe um suporte teórico adequado para justificar os interesses dos Estados por novos territórios, a exemplo do Continente Branco. Suas riquezas naturais e seus diversos recursos minerais, já mapeados ou não, além da sua relevante característica geoestratégica, conferem ao Sexto Continente uma singular atratividade para as aspirações geopolíticas estatais, sob a lente da corrente teórica do Realismo, já que essa enfatiza a competição e o conflito como suas características fundamentais.

Por outro lado, a teoria do Neoliberalismo, no contexto das Relações Internacionais, fornece uma distinta perspectiva sobre as dinâmicas de atuação dos Estados em relação ao Continente Gelado, uma vez que ressalta a importância da cooperação e das instituições internacionais para promover a paz e a prosperidade global, a exemplo do que atualmente são o Tratado da Antártica e o STA, bem como as RAPAL.

Como consequência da análise realizada no Capítulo 5 acerca do alinhamento dos interesses geopolíticos do Brasil, da Argentina e do Chile em relação à Antártica, ficou explicitada a existência de uma suficiente solidez de similaridades a ponto de ser realizada a proposta de remodelagem das RAPAL, passando de um fórum de administradores dos programas antárticos para a formação de um bloco regional latino-americano de atuação multilateral junto ao STA, qual seja o BRAPAL.

Dessa forma, em termos práticos para o Brasil, e conseqüentemente para a MB, são vislumbradas perspectivas, oportunidades e desafios, em face de um futuro desconhecido e desafiador em relação aos temas antárticos, dada a possibilidade de eventuais alterações de rumo do atual formato do STA, os quais podem ter conseqüências diretas para a sociedade brasileira. Conjugando as três vertentes citadas anteriormente de forma unificada, temos que a MB poderá explorar os aspectos contidos nesse abreviado estudo, com potencial de ser ampliado e robustecido, valendo-se da oportunidade de fomentar tal debate nas próximas RAPAL, por meio da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do

Mar (SECIRM), de modo a construir conhecimento junto aos demais países participantes, acerca da aplicabilidade e aceitabilidade de um novo formato para o fórum em questão. A materialização da remodelagem das RAPAL, culminando com o estabelecimento do BRAPAL, traria como consequência direta uma possibilidade de atuação coordenada dos países da América Latina junto às demais Partes Consultivas do STA, fortalecendo a defesa dos interesses regionais, além de buscar mitigar eventuais investidas de outros Estados que possam vir a impactar negativamente no ambiente de paz e cooperação atualmente vigente na Antártica.

Por fim, o BRAPAL também poderá ser a ferramenta adequada para a defesa dos interesses nacionais em relação ao Sexto Continente, cujo conteúdo encontra-se estampado no texto da última revisão da POLANTAR brasileira de 2022, garantindo assim a consecução consolidada dos Objetivos Nacionais Antárticos, sob vigilante supervisão e imperiosa atuação da MB, por meio da SECIRM e do PROANTAR.

Em relação às recomendações para estudos futuros, vislumbra-se a possibilidade de serem realizadas investigações científicas acerca dos interesses geopolíticos dos demais Estados participantes das RAPAL, quais sejam, o Equador, o Peru e o Uruguai, com o intuito de buscar identificar se também existem alinhamentos e convergências de aspirações em relação à Antártica, coadunando-se com a ideia ora proposta de estabelecimento do BRAPAL.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Carlos de T. Vinculacion Historica Del Territorio Continental. In: *Politica Antartica de Chile*. Santiago, Chile. Universidade de Chile, 1984. 307 p.

AMORIM, Celso. *A Cooperação Latino-americana na Antártida*. 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/2012/Pronunciamentos/Ministro_defesa/Setembro/discursoa_cooperacao_la_tinoa_americanaa_antarticaa_17a_setembroa_2012.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2023.

ANDRADE, Israel de O. *et al. O Brasil na Antártica: a importância científica e geopolítica do PROANTAR no entorno estratégico brasileiro*. Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8901/1/td_2425.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023.

ARGENTINA. *Libro Blanco de La República de Argentina*. Buenos Aires, 2021. Disponível em: <<https://www.oas.org/csh/spanish/documentos/libro%20blanco%20de%20defensa.doc>>. Acesso em: 19 mar. 2023.

_____. *Dirección Nacional Del Antártico / Instituto Antártico Argentino*. 2023. Disponível em: <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/iniciativas/dna>>. Acesso em: 19 abr. 2023.

BARROS, Pedro S. *et al. Integração Econômica Bilateral Argentina-Brasil: reconstruindo pontes*. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10899/1/NT_Integracao_Economica_Publicacao_Preliminar.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2023.

BERGUÑO, Jorge, Cincuenta años de Política Antártica. In: *Medio siglo de Política Antártica (1940-1990)*. Santiago, Chile. Academia Diplomática de Chile, 1991. 23 p.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2023. 264 p. Disponível em: <<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2023.

_____. Livro Branco de Defesa Nacional. 2012a. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2023.

_____. Livro Branco de Defesa Nacional. 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2023.

_____. Marinha do Brasil. *Agência Brasil de Notícias*: Assinado o contrato de construção do Navio de Apoio Antártico. 2022. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/assinado-o-contrato-de-construcao-do-navio-de-apoio-antartico>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

_____. _____. Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM). *Programa Antártico Brasileiro*: EACF. Brasília: SECIRM, 2023. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/proantar/eacf>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

_____. _____. Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM). *Programa Antártico Brasileiro*: Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Proantar. Brasília: SECIRM, 2023. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/proantar/frente-parlamentar>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

_____. _____. Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM). *Programa Antártico Brasileiro*: Navios. Brasília: SECIRM, 2023. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/proantar/navios>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

_____. _____. Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM). *Programa Antártico Brasileiro*: Nova EACF. Brasília: SECIRM, 2023. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/proantar/nova-estacao>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

_____. _____. Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM). *Programa Antártico Brasileiro*: O Esquadrão HU-1 na OPERANTAR. Brasília: SECIRM, 2023. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/proantar/aeronaval>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

_____. Política de Defesa Nacional. 1996. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/politica-de-defesa-nacional-1996.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

_____. Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa. 2012b. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/END-PNDa_Optimized.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2023.

_____. Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa. 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/defesapt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congressonacional_22_07_2020.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2023.

CANDEAS, Alessandro. *A integração Brasil-Argentina: história de uma ideia na “visão do outro”*. Brasília. Fundação Alexandre Gusmão, 2017. 389 p.

CARDONE, Ignacio J. *Repensando a política antártica do Brasil 40 anos após a chegada do país ao continente*. 2022. Disponível em: <<https://interessenacional.com.br/edicoes-posts/repensando-a-politica-antartica-do-brasil-40-anos-apos-a-chegada-do-pais-ao-continente/>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

_____. *As Posições Brasileiras no Sistema do Tratado Antártico com Ênfase na Questão Ambiental (Dissertação de Mestrado)*. 2015. Curitiba, Universidade Federal do Paraná. 134p. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38844/R%20-%20D%20-%20IGNACIO%20JAVIER%20CARDONE.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

_____. *O Brasil e a Antártida: entre o territorialismo e a promoção da ciência*. 1º Seminário Internacional de Ciência Política. 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/CARDONE-2015-O-Brasil-e-a-Ant%C3%A1rtida.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2023.

CARVALHO, Delgado e CASTRO, Therezinha de. *Atlas de Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. 160p.

CASTRO, Therezinha de. *Rumo à Antártica*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos. 1976. 174p.

_____. *Antártica*. Leitura Seleccionada 803-96. Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 1996.

CERVO, A. L. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Editora Saraiva, 2008. 297p.

CHILE. *Chile em La Antártica*. Visión Estratégica al 2035. Santiago, 2015. Disponível em: <https://www.minrel.gob.cl/minrel_old/site/artic/20121010/asocfile/20121010172919/visi%00n_estrategica.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2023.

_____. Instituto Antártico Chileno. *Presidente Piñera inaugura Estación Polar Científica Conjunta Glaciar Unión*. INACH, 2014. Disponível em: <<https://www.inach.cl/inach/?p=10106>>. Acesso em: 03 jun. 2023.

_____. _____. *Historia*. INACH, 2023a. Disponível em: <https://www.inach.cl/inach/?page_id=173>. Acesso em: 03 jun. 2023.

_____. _____. *Misión y Objetivos*. INACH, 2023b. Disponível em: <https://www.inach.cl/inach/?page_id=10963>. Acesso em: 03 jun. 2023.

_____. *Lei n° 15.266/1963 – Aprueba el Estatuto Organico del Ministerio de Relaciones Exteriores*. 1963. Disponível em: <<https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=28127>>. Acesso em: 29 mai. 2023

_____. *Lei n° 12.255/2020 – Establece el Estatuto Chileno Antártico*. 2020. Disponível em: <<https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1149631>>. Acesso em: 03 jun. 2023.

_____. *Mensagens do Presidente Gabriel González Videla ao Congresso Nacional – 1948*. Disponível em: <<http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/visor/BND:8775>>. Acesso em: 25 mai. 2023.

_____. *Plan Estratégico Antártico 2021 – 2025*. 2021a. Disponível em: <https://www.minrel.gob.cl/minrel/site/docs/20190906/20190906113642/5a_plan_estrategico_antartico_2021_2025_aprobado_30_6_2021.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2023.

_____. *Política Antártica Nacional 2000*. Santiago, 2000. Disponível em: <https://www.minrel.gob.cl/minrel/site/docs/20210723/20210723131954/3e_texto_de_politica_antartica_nacional_de_2000_c_foto_firma.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2023.

_____. *Política Antártica Nacional 2021*. Santiago, 2021b. Disponível em: <https://www.minrel.gob.cl/minrel/site/docs/20190906/20190906113642/3a_texto_politica_antartica_nacional_de_2021_aprobada_16_3_2021.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2023.

_____. *Política de Defesa Nacional de Chile 2020*. Santiago, 2020. Disponível em: <<https://www.defensa.cl/wp-content/uploads/POLÍTICA-DE-DEFENSA-NACIONAL-DE-CHILE-2020.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2023.

COLACRAI, M. *La Política Antártica Argentina y su compromiso con el Tratado Antártico*. Boletín del Centro Naval n° 836 (mayo/agosto), 2013.

COLLOR, Fernando. *Mensagem do Presidente Fernando Collor aos Chefes de Estado por ocasião da visita à Península Antártica*. 1991. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/RPEB_68_jan_jun_1991.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2023.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de Estratégia*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. 776p.

DA SILVA, Angélica V. et al. *As Dinâmicas Históricas e Geopolíticas do Sexto Continente: a Relevância da Antártica para a Projeção Internacional do Brasil*. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xvi_cadn/asa_dinamicasa_historicasea_geopolitica_doa_sextoa_continentea_aa_relevancia_daa_antartica_para_aa_projeao_internacional_doa_brasil.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2023.

DE AGUIAR, Mônica H. P. *Ciência na Antártida: cooperação na nova ordem mundial?* 2014. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/spg-1/spg16-1/9295-ciencia-na-antartida-cooperacao-na-nova-ordem-mundial/file>>. Acesso em: 09 mar. 2023.

DOS SANTOS, Eduardo. *Entre o Beagle e as Malvinas: Conflito e diplomacia na América do Sul*. Brasília. Fundação Alexandre Gusmão, 2016. 325 p.

FACCHIN, Eugenio L. *Antártida: La mirada histórica latinoamericana y su proyección pedagógica integral*. Buenos Aires: Universidad de la Defensa Nacional, 2021. 429p.

FERNANDES, Sandra e SIMÃO Licínia. *O Multilateralismo: Conceitos e práticas no século XXI*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. 248p.

FERREIRA, Felipe R. G. *O Sistema do Tratado da Antártica: Evolução do regime e seu impacto na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. 252p.

FERRES, Virginia P. *A Solução do Conflito de Itaipu como Início da Cooperação Política Argentino-Brasileira na Década de 80*. 2004. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/download/9989/7422/0>>. Acesso em: 09 mar. 2023.

FRAGA, Jorge A. *La Antartida Reserva Ecologica*. Buenos Aires. Instituto de Publicaciones Navales – Centro Naval, 1992. 285 p.

GANDRA, R. M. *Geopolítica antártica no limiar do século XXI: a definição de um projeto estratégico-científico para o Brasil na Antártida*. 2013. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=728616>. Acesso em: 17 mar. 2023.

GANDRA, R. M. e SIMÕES, J. C. *Geopolítica Antártica no Século XXI: O Paradigma Científico-Ambiental e a Perspectiva Liberal*. 2014. Disponível em: <<https://www.editora letra1.com.br/anais-congeio/arquivos/978-85-63800-17-6-p761-768.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2023.

GONÇALVES, José B. e LYRIO, Mauricio C. *Aliança Estratégica entre Brasil e Argentina: Antecedentes, Estado Atual e Perspectivas*. 2003. Disponível em: <<https://www.cebri.org/media/documentos/arquivos/aliancaestrategica.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2023.

GUEVARA, Gisele da S. *Geopolítica Latinoamericana: mirando al mundo desde el Sur*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2020. 224 p.

HERNANDEZ, Gabriele M. M. *A Cooperação entre Chile e Brasil na Antártica: Uma Simbiose Continental*. 10º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. 2018. Disponível em: <https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1535673726_ARQUIVO_HERNANDEZ,Gabriele.AcooperacaoentreBrasilChilenaAntarticaumasimbiosecontinental.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2023.

_____. *Brasil e Chile na Antártica: cooperação entre dois programas distintos*. 2020. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/24867/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final%20-%20Gabriele%20Hernandez.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

IBARRA, Miguel F. *La Antártica como Escenario de Cooperación: Oportunidades para Afianzar El Statu Quo*. Santiago: Academia Nacional de Estudios Políticos y Estratégicos – ANEPE, 2014. 116p.

KEOHANE, Robert O. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984. 312p.

_____. *Multilateralism: an agenda for research*. International Journal 45, 1990. p. 731-764. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/002070209004500401>>. Acesso em: 04 out. 2023.

LA BARRA, Oscar P. de. Antecedentes Historicos de La Politica Internacional de Chile en La Antartica. Negociaciones chileno-argentinas de 1906, 1907 y 1908. In: *Politica Antartica de Chile*. Santiago, Chile. Universidade de Chile, 1984. 307 p.

MACHADO, Maria C. S e BRITO, Tânia. *Antártica: Coleção explorando o ensino – Volume 9*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 172 p.

MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e Modernidade: Geopolítica Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002. 160p.

MATTOS, Leonardo Faria de. *A inclusão da Antártica no conceito de entorno estratégico brasileiro*. Rio de Janeiro: Revista da Escola de Guerra Naval, vol. 20, n.1, jan./jun, 2014. p. 177-187.

_____. *Antártica e o Pensamento Geopolítico Brasileiro*. In: Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015. 14p.

_____. *O Brasil e a Adesão ao Tratado da Antártica: uma Análise de Política Externa no Governo Geisel*. 2015. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014. p. 81-141.

MEDEIROS, Francisco C. *Defrontação e internacionalização: a política externa brasileira e a organização internacional sobre o continente antártico*. 2011. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/3429/3/20822687.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

MELLO, Leonel I. A. *Brasil e Argentina em Perspectiva Histórica*. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/1048/1775/4779>>. Acesso em: 09 mar. 2023.

MENDES, Pedro E. *As Teorias Principais das Relações Internacionais*. Uma avaliação do progresso da disciplina. 2019. Disponível em: <https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri61/RI61_art08_PEM.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2023.

MENEZES, Eurípedes Cardoso de. *A Antártica e os desafios do futuro*. Rio de Janeiro: CAPEMI Editora e Gráfica LTDA, 1982. 120p.

MERICQ, Luis H. *Antartica: Chile's Claim*. Washington DC: National Defense University, 1987. 125p.

MOREIRA, Luiz Carlos Lopes. *A Antártica Brasileira: sonho ou realidade?* Porto Alegre: FEPLAM, 1982. 274p.

NUNES, Rangel M. *O Brasil na Antártica: mais de vinte anos no mundo gelado*. Rio de Janeiro: Régis Aló, 2005. 168p.

OBANOZ, José J. G. e GALLEGOS, Rodrigo W. *Chile em La Antártica: nuevos desafíos y perspectivas*. Programa de Magíster en Política Exterior, Instituto de Estudios Avanzados, Facultad de Humanidades, Universidad de Santiago de Chile. Santiago: Universidad de Santiago de Chile, 2012. 335p.

PACHECO, A. C. D. A. *O Tratado da Antartica e o Brasil*. Revista Brasileira de Política Internacional, Rio de Janeiro, v. 1, n. 113-114, p. 103-142, Janeiro-Junho 1986.

RAPAL. *Reunión de Administradores de Programas Antárticos Latinoamericanos*. 2023. Disponível em: <<https://www.rapal.org.ar/>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

_____. *Reunión de Administradores de Programas Antárticos Latinoamericanos: Informe sobre la XXIIª edición de la Patrulla Antártica Naval Combinada entre Chile y la Argentina*. 2020. Disponível em: <https://rapal31.cancilleria.gob.ar/userfiles/document/di51_32_panc.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2023.

PESSANHA, Samir E. e MOURÃO, Paulo F. C. *A Obra de Friedrich Ratzel: Uma Análise Crítica Acerca da Lógica Territorialista dos Estados Modernos*. Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 2014. Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 217-228.

REI, Vanessa. *A Antártida no Espaço Geopolítico do Atlântico Sul*. 2019. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/32377/1/idncadernos_35.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2023.

REIS, Lohanna. *A Geopolítica da Antártica e o Potencial para um Futuro Conflito Armado no Continente*. 2022. Disponível em: <<https://atlasreport.com.br/a-geopolitica-da-antartica-e-o-potencial-para-um-futuro-conflito-armado-no-continente/>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

ROMERO, Pedro. Presencia de Chile en La Antartica. In: *Politica Antartica de Chile*. Santiago, Chile. Universidade de Chile, 1984. 307 p.

SILVA, Maria C. L. R. Contribuição ao estudo da Antártica no sistema de relações internacionais. São Paulo, 1987. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito da USP, digitado, 1987.

SOARES, Marco A. L. *O Brasil também é Antártica: PROANTAR comemora 40 anos de atividades na Região Austral*. Revista do Clube Naval. Rio de Janeiro, n° 405, p. 46-51, 2023. Disponível em: <<https://www.calameo.com/read/0044906753fa4bd0adc92>>. Acesso em: 13 abr. 2023.

SOUZA, José E. B. *Brasil na Antártica – 25 Anos de História*. São Carlos – SP. Vento Verde Editora, 2008. 167 p.

TUÑEZ, Francisco E. *Geopolítica Antártica no Século XXI: Estudo de Caso da Geoestratégia do Reino Unido na Península Antártica 2010-2017*. Trabalho de Tese. Universidade de Salvador. Buenos Aires, 2018.

VICUÑA, Francisco O. *et al. Política Antártica de Chile*. Santiago, Chile. Universidade de Chile, 1984. 307 p.

VIEIRA, Friedrich Brum. *O Tratado da Antártica: Perspectivas Territorialista e Internacionalista*. *Brazilian Journal of Latin American Studies*. Cadernos PROLAM/USP, São Paulo, Universidade de São Paulo, v.2, n.5, p. 49-82, 2006. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/teses_geografia2008/artigofriederickbrumvieirausp.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2023.

VILLA, Rafael A. D. *A Antártica no Sistema Internacional: análise das relações entre atores estatais e não-estatais com base na perspectiva da questão ambiental*. São Paulo: Hucitec, 2004. 165p.

VILLARROEL, Enrique G. Antecedentes de la Negociación Diplomática previa al Tratado de 1959 y la Posición de Chile. In: *Política Antártica de Chile*. Santiago, Chile. Universidade de Chile, 1984. 307 p.

WESTIN, Ricardo. *Criação do Mercosul pôs fim às tensões históricas entre Brasil e Argentina*. 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-30-anos-criacao-do-mercosul-pos-fim-as-tensoes-historicas-entre-brasil-e-argentina>>. Acesso em: 09 mar. 2023.

WOLANIUK, Lucía *et al. Malvinas, Antártida y Atlántico Sur: Colonialismo, soberanía y desarrollo en el siglo XXI*. Buenos Aires. CLACSO, 2022. 568p.

ANEXO – ILUSTRAÇÕES

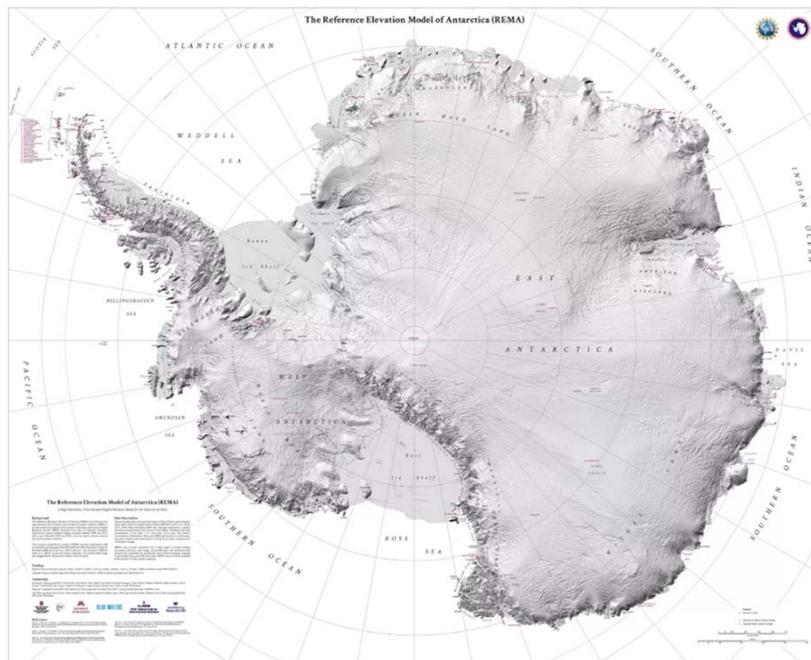


Figura 1 – Mapa da Antártica. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/ciencia/novo-mapa-torna-antartida-o-continente-mais-bem-detalhado-do-planeta>>. Acesso em: 18 jun. 2023.

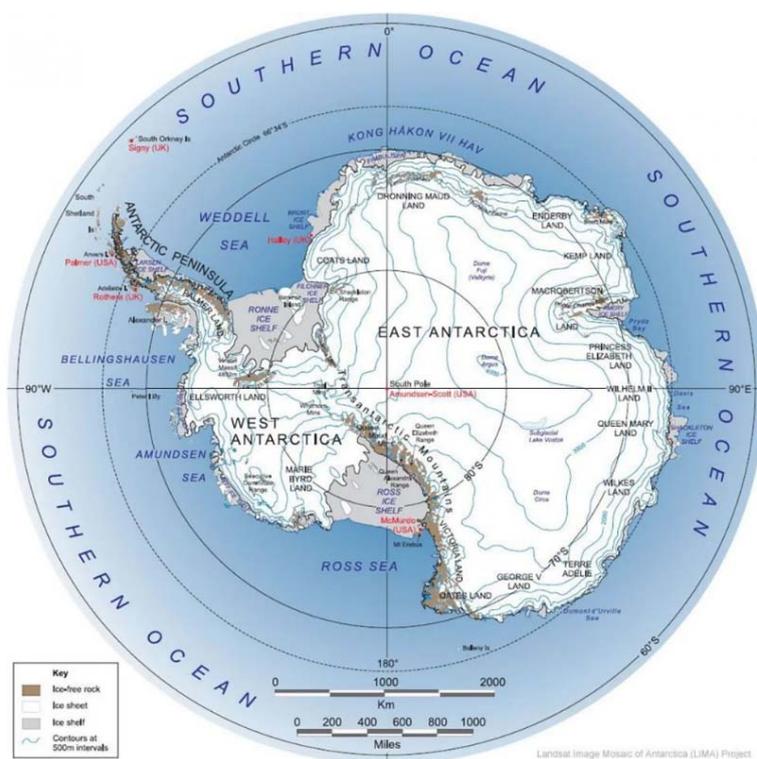


Figura 2 – Mapa da Antártica. Disponível em: <<https://geology.com/world/antarctica-satellite-image.shtml>>. Acesso em: 18 jun. 2023.

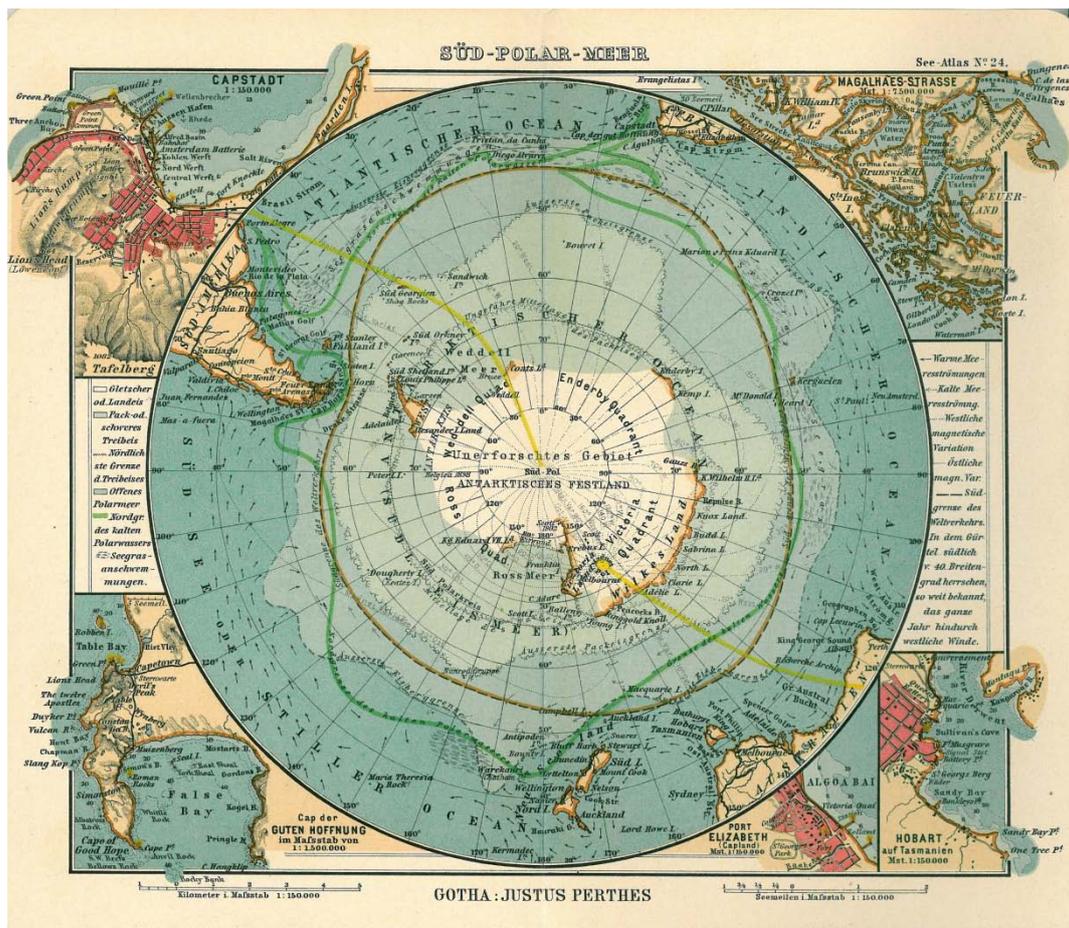


Figura 3 – Vista de Topo da Antártica com defrontação aos oceanos. Disponível em: <http://mapas.owje.com/maps/10960_antarctica-map-1906.html>. Acesso em: 03 jul. 2023.

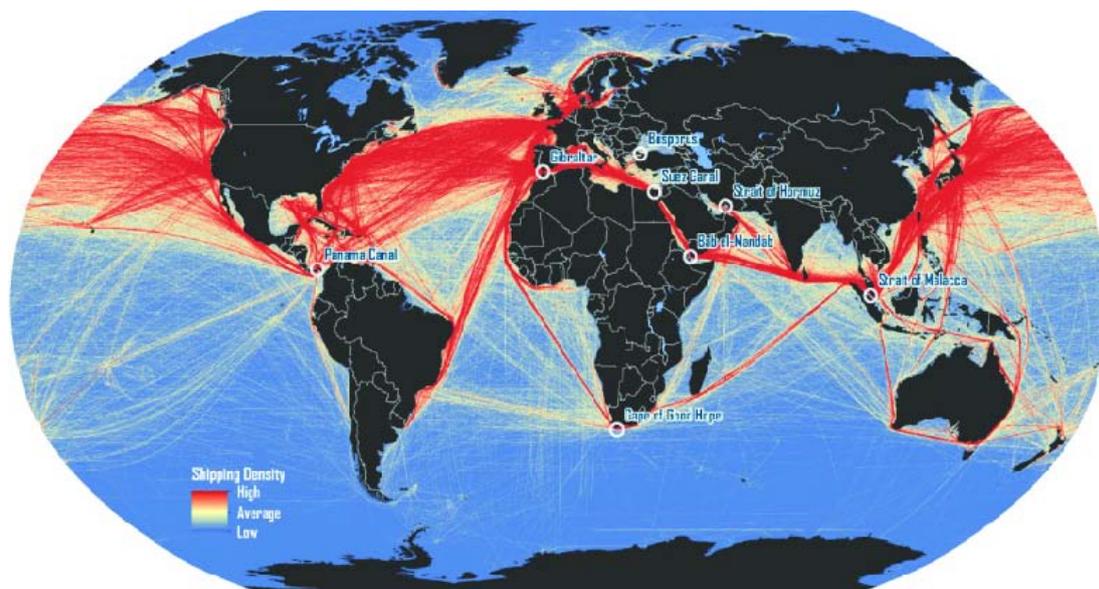


Figura 4 – Rotas marítimas. Disponível em: <https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Densidade-de-transporte-maritimo-mundial_fig1_369062274>. Acesso em: 03 jul. 2023.

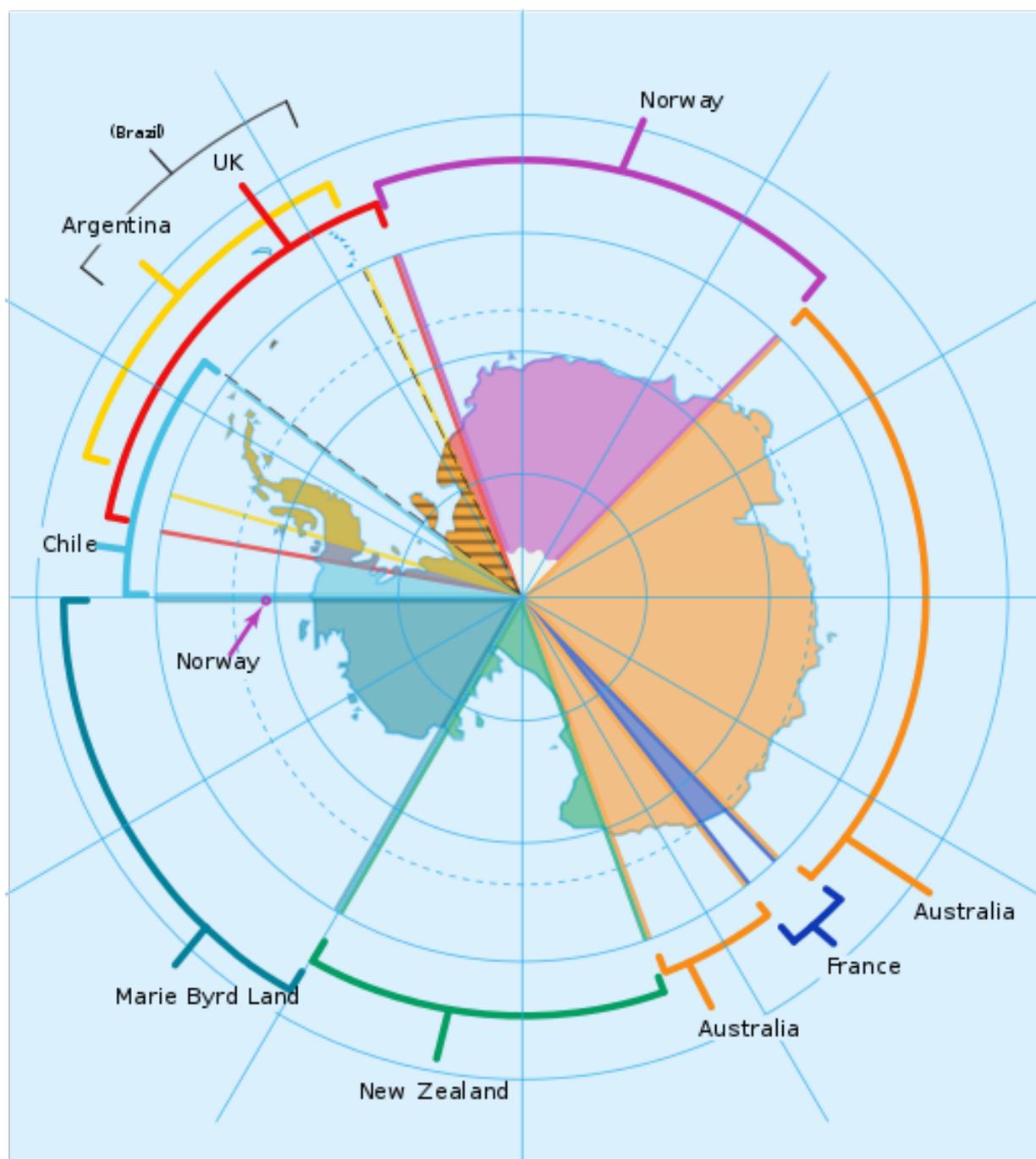


Figura 5 – Mapa Ilustrativo das Reivindicações Territoriais na Antártica. Disponível em: <<https://vividmaps.com/partition-of-antarctica/>>. Acesso em: 03 jul. 2023.

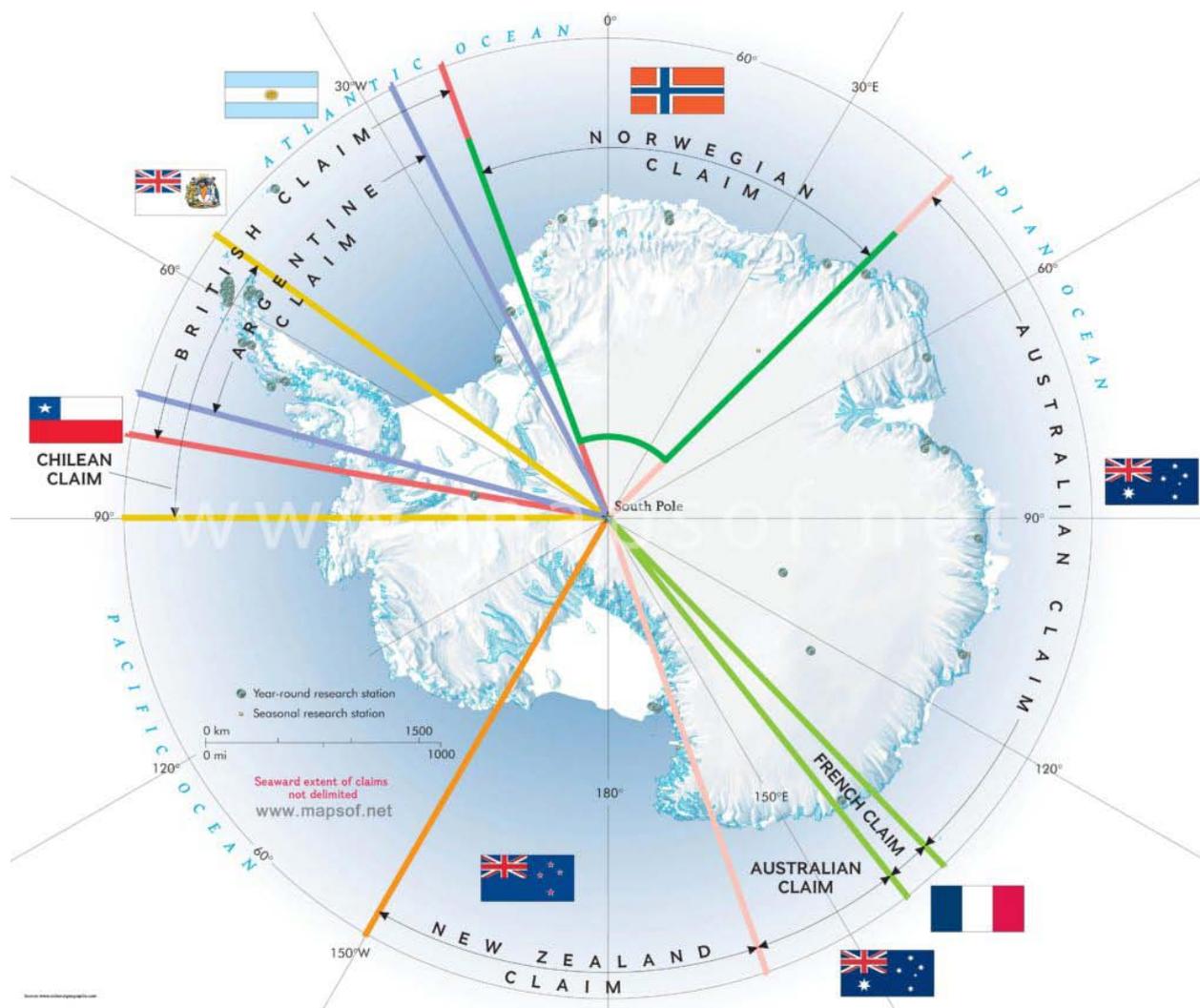


Figura 6 – Mapa Ilustrativo das Reivindicações Territoriais na Antártica. Disponível em: <<http://www.ilsaedergi.com/en/glacier-covered-continent-antarctic/>>. Acesso em: 03 jul. 2023.



FIGURA 7 – Logomarca das RAPAL. Disponível em: <<https://www.rapal.org.ar/es>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

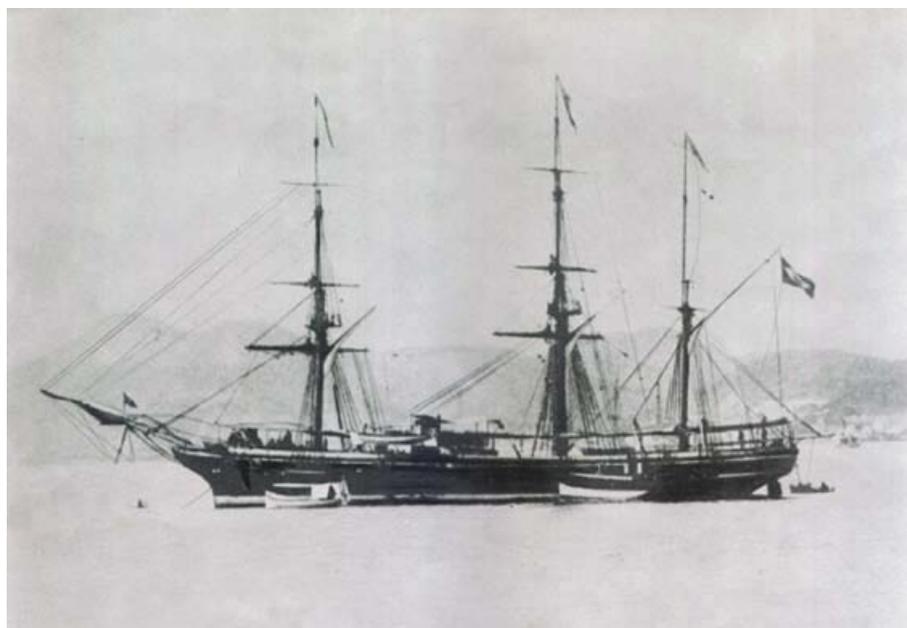


FIGURA 8 – Corveta “Parnahyba”
Fonte: SOUZA (2008, p.9)



FIGURA 9 – Setores da Teoria da Defrontação
 Fonte: FERREIRA (2009, p.194).

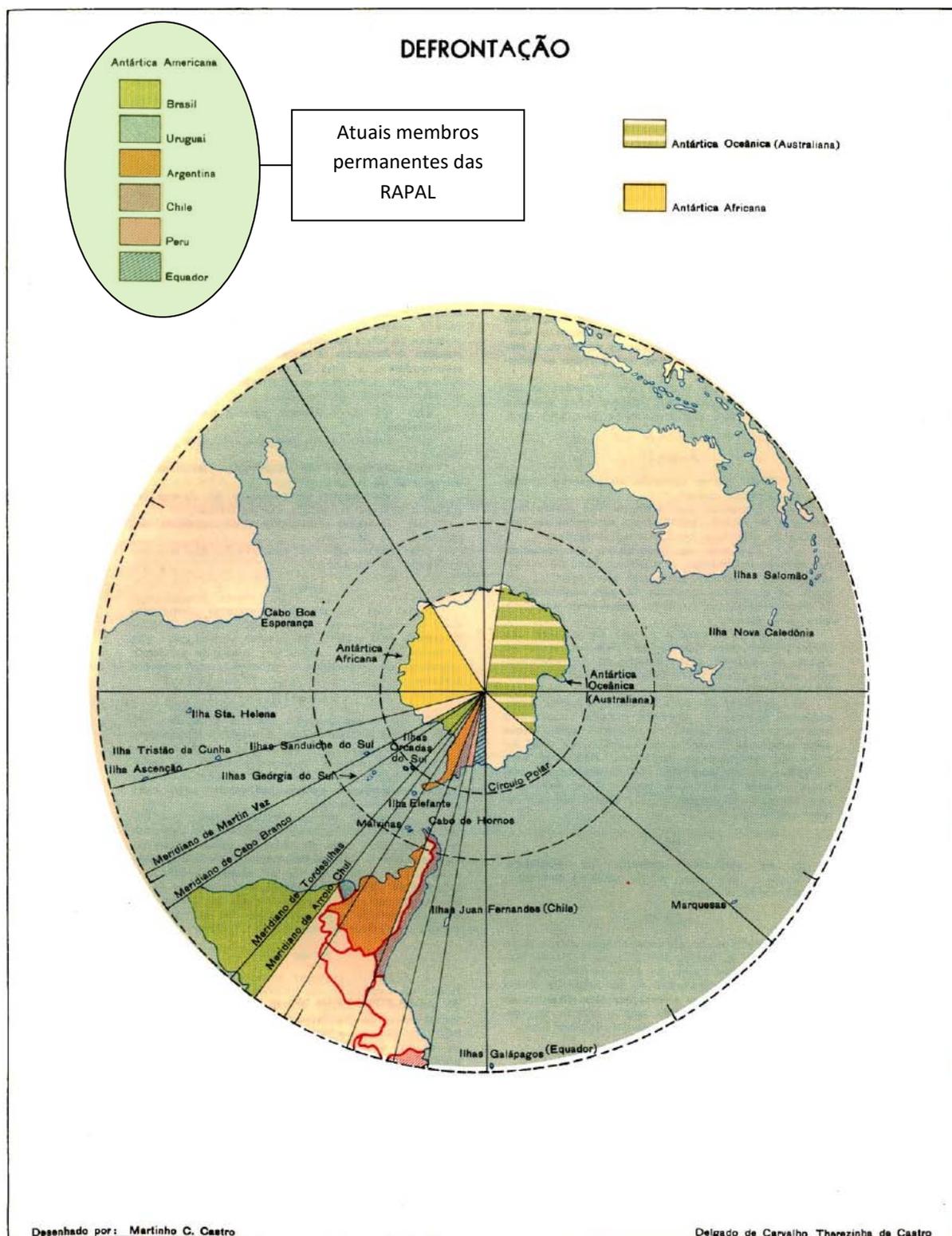


FIGURA 10 – Projeção Global dos Setores da Teoria da Defrontação
 Fonte: CARVALHO e CASTRO (1960, p.159) (imagem modificada pelo autor).



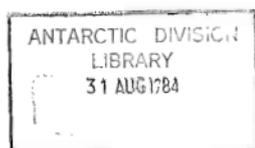
Figura 11 – NApOc “Barão de Teffé” e Navio Oceanográfico “Professor Wladimir Besnard”, da USP, durante a OPERANTAR I (1982 – 1983). Disponível em: <<https://www.naval.com.br/ngb/B/B015/B015-f15.jpg>>. Acesso em: 25 mar. 2023.



Figura 12 – Registro fotográfico do primeiro hasteamento da bandeira do Brasil em solo antártico, realizado nas instalações da Estação polonesa *Henryk Arctowski*, após o desembarque da delegação brasileira na Antártica. Revista do Clube Naval nº 45. Disponível em: <<https://www.calameo.com/read/0044906753fa4bd0adc92>>. Acesso em: 05 abr. 2023.



ANTARCTIC TREATY



Report of the
Fifth Special Antarctic Treaty
Consultative Meeting

Canberra 12 September 1983

Figura 13 – Capa da Ata da V Reunião Especial Consultiva do Tratado da Antártica (*Special Antarctic Treaty Consultative Meeting – SATCM*). Disponível em: <https://documents.ats.aq/SATCM5/fr/SATCM5_fr001_e.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.

Record their acknowledgement that the Republic of India and the Federative Republic of Brazil have fulfilled the requirements established in Article IX, paragraph 2 of the Antarctic Treaty and that, as a consequence, they are entitled, during such time as they continue in accordance with Article IX-2 to demonstrate that interest, to appoint representatives to participate in the Consultative Meetings provided for in Article IX, paragraph 1 of the Treaty; and hereby warmly welcome the Republic of India and the Federative Republic of Brazil as participants in such meetings.

Figura 14 – Trecho da Ata da V Reunião Especial Consultiva do Tratado da Antártica (*Special Antarctic Treaty Consultative Meeting – SATCM*) onde consta o registro de aceitação do Brasil como Parte Consultiva do Tratado da Antártica. Disponível em: <https://documents.ats.aq/SATCM5/fr/SATCM5_fr001_e.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.

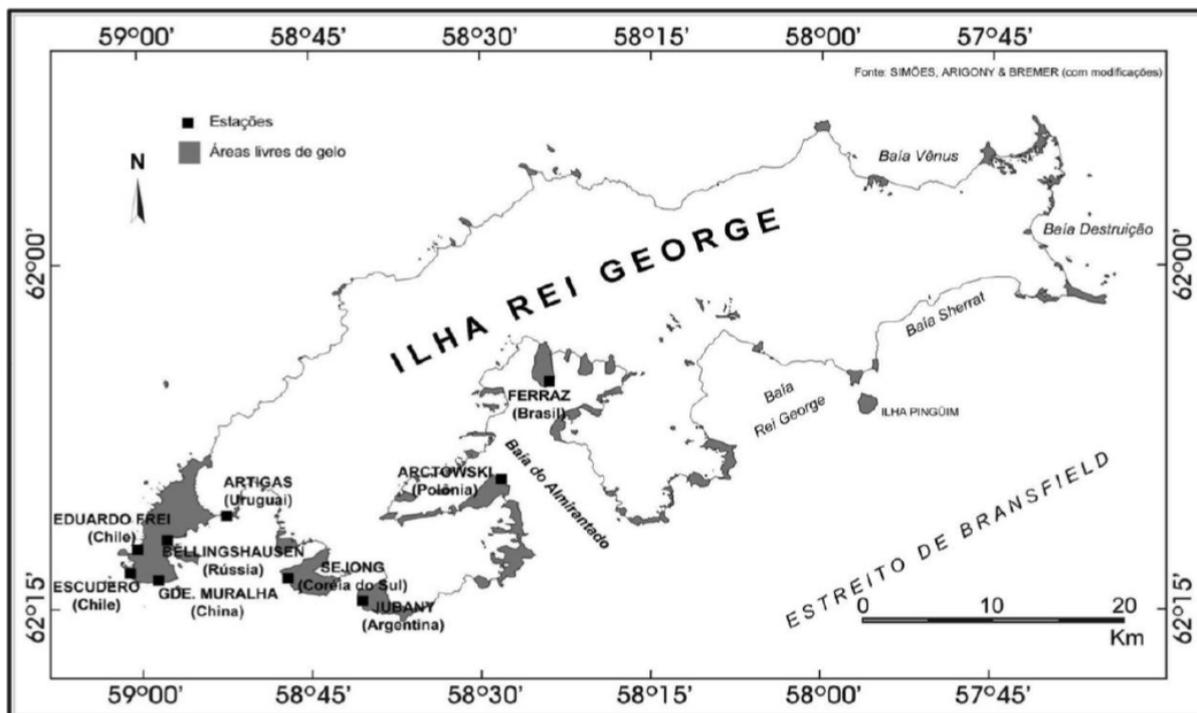


FIGURA 15 – Localização da EACF – Ilha Rei George – Arquipélago das Shetlands do Sul
 Fonte: FERREIRA (2009, p.196).



Figura 16 – NApOc “Ary Rongel” operando na Antártica.
 Fonte: SOUZA (2008, p.90)



Figura 17 – NPo “Almirante Maximiano” operando na Antártica. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/proantar/navios>>. Acesso em: 27 mar. 2023.



Figura 18 – Incêndio ocorrido em 2012 nas instalações da EACF. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/comissoes/CMA/AP/AP20120228_Apresenta_MARINHA.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2023.



Figura 19 – Incêndio ocorrido em 2012 nas instalações da EACF. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/comissoes/CMA/AP/AP20120228_Apresenta_MARINHA.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2023.



Figura 20 – Novo helicóptero UH-17 (H-135) realizando seu primeiro voo na Antártica. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/aeronaves-uh-17-do-1o-esquadrao-de-helicopteros-de-emprego-geral-realizam-primeiro-voo-na>>. Acesso em: 03 abr. 2023.



Figura 21 – Nova EACF. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/proantar/nova-estacao>>. Acesso em: 03 abr. 2023.



Figura 22 – Imagem ilustrativa do futuro NPo “Almirante Saldanha”. Disponível em: <<https://www.defesaaereanaval.com.br/naval/napant-sera-batizado-como-alte-saldanha>>. Acesso em: 03 abr. 2023.



Figura 23 – Aeronave C-130 Hércules da FAB operando na Antártica. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/proantar/voos>>. Acesso em: 09 jun. 2023.



Figura 24 – Aeronave KC-390 Millennium após realizar seu primeiro lançamento de carga na Antártica. Disponível em: <<https://forcaarea.com.br/kc-390-do-1o-1o-gt-lancando-carga-no-contidente-gelado/>>. Acesso em: 09 jun. 2023.



Figura 25 – Módulo científico “Criosfera I” instalado na Antártica. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/proantar/noticias/criosfera2022>>. Acesso em: 05 abr. 2023.



Figura 26 – Módulo científico “Criosfera II” instalado na Antártica. Disponível em: <<https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2023/01/antartica-com-criosfera-2-instalado-no-interior-do-continente-gelado-brasil-amplia-coleta-de-dados-ambientais>>. Acesso em: 05 abr. 2023.

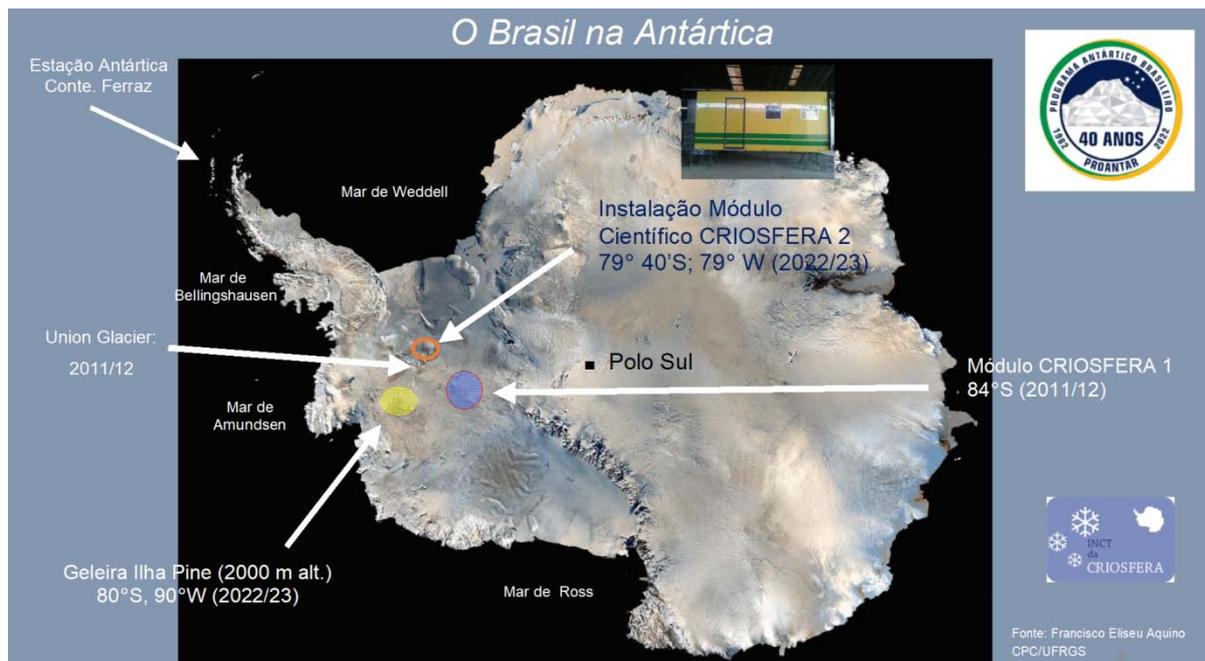


Figura 27 – Posicionamento referenciado na Antártica dos módulos científicos “Criosfera I” e “Criosfera II”. Disponível em: <<https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/novo-modulo-brasileiro-que-fornecera-dados-ambientais-inicia-viagem-para-a-antartica>>. Acesso em: 11 abr. 2023.



Figura 28 – Alferes José María Sobral, da Armada Argentina, realizando observações científicas na Ilha de Cerro Nevado. Disponível em: <<https://cancilleria.gov.ar/es/iniciativas/dna/historia-y-patrimonio/linea-historica/1901-1905>>. Acesso em: 13 abr. 2023.



Figura 29 – Corveta “ARA Uruguay”, da Armada Argentina, durante o resgate da expedição sueca em 1903. Disponível em: <<https://cancilleria.gob.ar/es/iniciativas/dna/historia-y-patrimonio/linea-historica/1901-1905>>. Acesso em: 13 abr. 2023.



Figura 30 – Transferência para a Argentina do Observatório da Ilha Laurie, no arquipélago das Orcadas do Sul. Disponível em: <<https://cancilleria.gob.ar/es/iniciativas/dna/historia-y-patrimonio/linea-historica/1901-1905>>. Acesso em: 13 abr. 2023.



Figura 31 – Base “Orcadas”, da Argentina. Disponível em: <<https://www.fuerzas-armadas.mil.ar/cocoantar/page14.html>>. Acesso em: 13 abr. 2023.

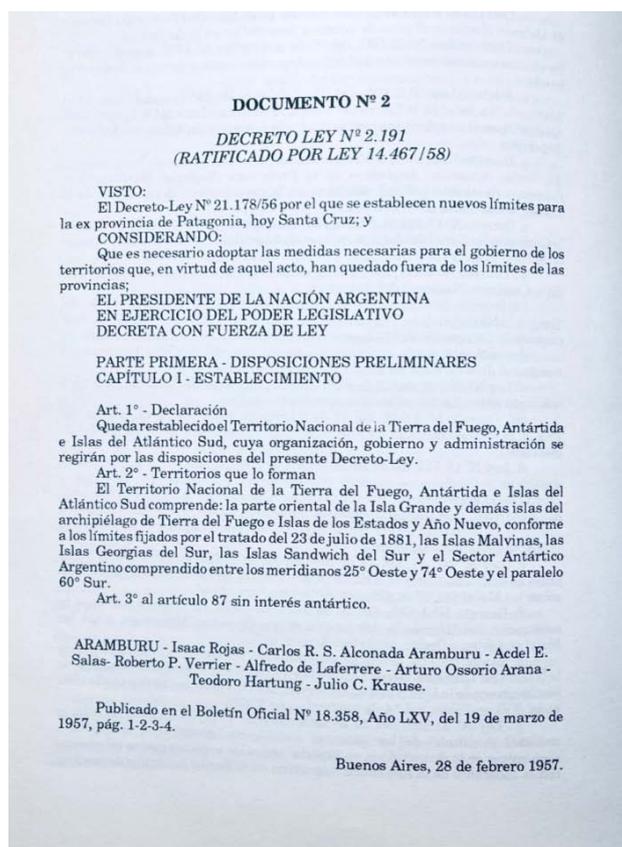


Figura 32 – Decreto Lei nº 2.191/1957 que restabeleceu a formação do *Território Nacional da Terra Del Fuego, Antartida e Islas Del Atantico Sud*
Fonte: FRAGA (1992, p.136).



Figura 33 – Mapa bi-continental da Argentina, publicado pelo Instituto Geográfico Militar argentino em 1954

Fonte: FACCHIN (2021, p.229).



Figura 34 – Inauguração do Destacamento Naval de *Melchior*, em março de 1947, na Antártica. Disponível em: <<https://cancilleria.gob.ar/es/iniciativas/dna/historia-y-patrimonio/linea-historica/1939-1956>>. Acesso em: 14 abr. 2023.



Figura 35 – Navio quebra-gelo “ARA General San Martín”, da Armada Argentina, operando na Antártica. Disponível em: <<https://cancilleria.gob.ar/es/iniciativas/dna/historia-y-patrimonio/linea-historica/1939-1956>>. Acesso em: 14 abr. 2023.

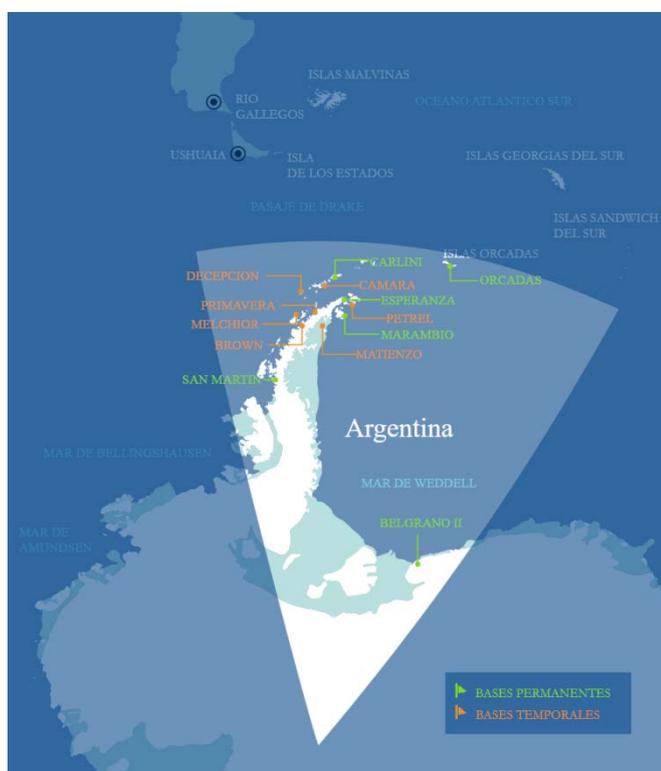


Figura 36 – Setor Antártico Argentino e Bases Científicas argentinas na Antártica. Disponível em: <<https://cancilleria.gob.ar/es/iniciativas/dna/divulgacion/sector-antartico-argentino>>. Acesso em: 19 abr. 2023.



Figura 37 – Expedição ao Polo Sul realizada em 1962 por aeronaves da Aviação Naval da Argentina. Disponível em: <<https://cancilleria.gob.ar/es/iniciativas/dna/historia-y-patrimonio/linea-historica/1957-1990>>. Acesso em: 19 abr. 2023.



Figura 38 – Navio quebra-gelo “ARA Almirante Irizar” operando no Mar de Weddel. Disponível em: <<https://cancilleria.gob.ar/es/iniciativas/dna/historia-y-patrimonio/linea-historica/1957-1990>>. Acesso em: 19 abr. 2023.

DOCUMENTO Nº 4

DECLARACIÓN CONJUNTA SOBRE LA ANTÁRTIDA

Reunidos en Santiago a los veintinueve días del mes de agosto de 1990, el Presidente de la Nación Argentina, Excmo. Señor Don Carlos Saúl Menem, y el Presidente de Chile Excmo. Señor Don Patricio Aylwin Azócar;

Considerando la necesidad de que el continente antártico continúe utilizándose exclusivamente para fines pacíficos y no llegue jamás a ser objeto o escenario de conflicto internacional alguno;

Expresando la satisfacción de ambos Gobiernos por el funcionamiento del Sistema del Tratado Antártico y su firme propósito de fortalecerlo;

Destacando el valor primordial que atribuyen a la protección del Medio Ambiente Antártico, debido al papel fundamental de la Antártida en los procesos de cambio global y a los efectos que cualquier alteración del equilibrio ecológico puede tener en el resto del territorio de ambos países,

Declaran:

1. Que reafirman las anteriores Declaraciones Conjuntas, con la intención de proyectar la ya tradicional colaboración de ambas naciones hacia formas cada vez más dinámicas de entendimiento bilateral.
2. Que para este fin han resuelto implementar una amplia gama de actividades científicas, fomentando el intercambio de personal y la participación en proyectos sectoriales que contribuyan a estructurar un Programa Argentino-Chileno de Cooperación Científica Antártica.
3. Que se proponen intensificar las consultas bilaterales para la búsqueda de posiciones coordinadas en todos los ámbitos del Sistema Antártico y reforzar la cooperación con los demás países latinoamericanos miembros de dicho Sistema para facilitar sus actividades antárticas.
4. Que resuelven, asimismo, actuar de común acuerdo en las próximas conferencias antárticas de Santiago (19 de noviembre-7 de diciembre de 1990) con el fin de conformar un amplio consenso político para perfeccionar, a través de las medidas globales pertinentes, un régimen eficaz de protección del Medio Ambiente Antártico y de sus ecosistemas dependientes y asociados.

CARLOS SAÚL MENEM

PATRICIO AYLWIN AZÓCAR

Figura 39 – Declaração Conjunta sobre a Antártica, realizada entre a Argentina e o Chile em 29 de agosto de 1990

Fonte: FRAGA (1992, p.138).

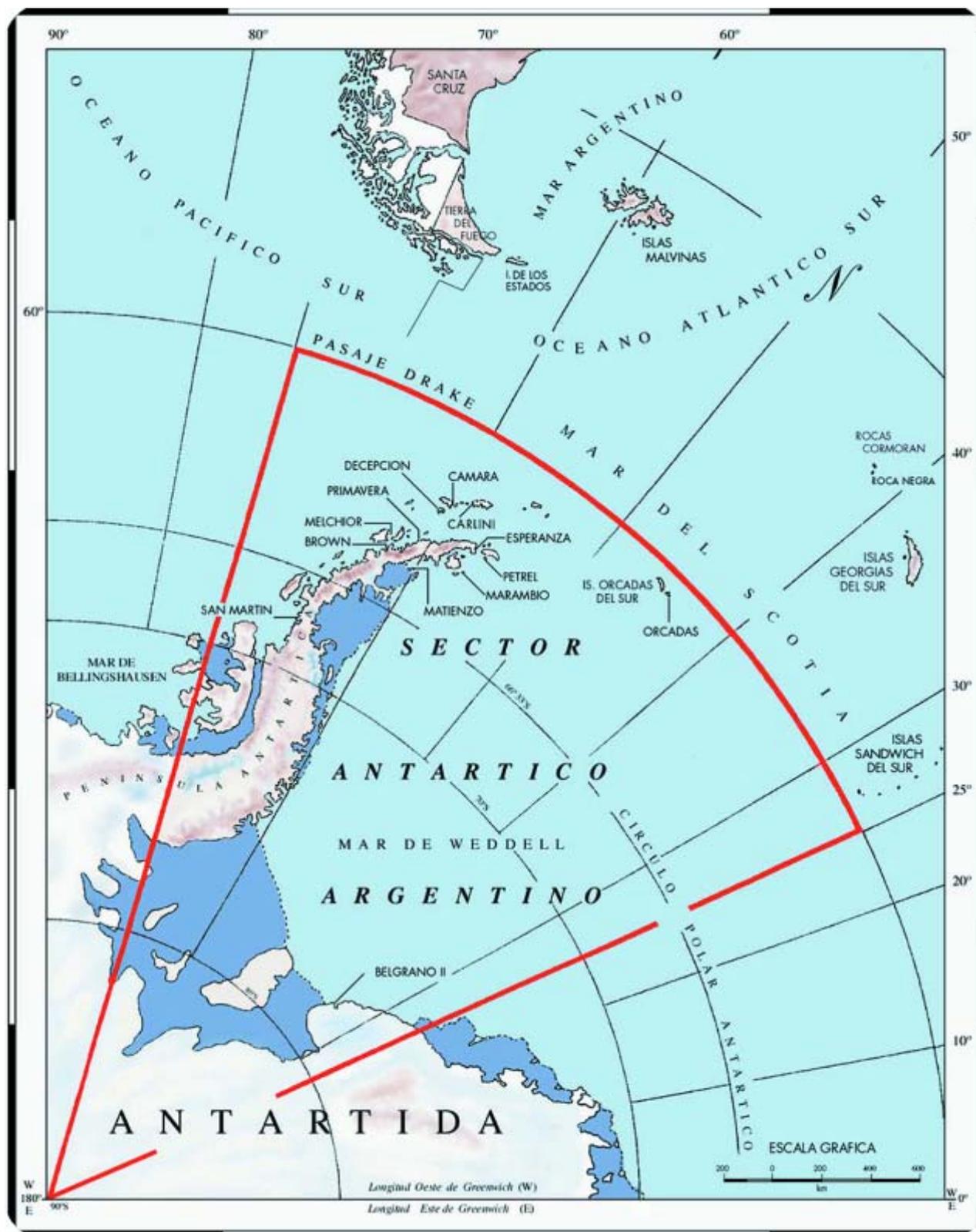


Figura 40 – Mapa ilustrativo do Setor Antártico Argentino, contendo a localização das Bases e Estações Científicas da Argentina na Antártica. Disponível em: <<https://www.pinterest.com/pin/311522499198302166/>>. Acesso em: 08 jun. 2023.



Figura 41 – Aviso “ARA Islas Malvinas” operando na Antártica. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/armada/superficie/unidades/avisos/aviso-ara-islas-malvinas-24>>. Acesso em: 02 mai. 2023.



Figura 42 – Aviso “ARA Puerto Argentino”. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/armada/superficie/unidades/avisos/aviso-ara-puerto-argentino-21>>. Acesso em: 02 mai. 2023.



Figura 43 – Aviso “ARA Estrecho San Carlos”. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/armada/superficie/unidades/avisos/aviso-ara-estrecho-de-san-carlos-22>>. Acesso em: 02 mai. 2023.



Figura 44 – Navio Transporte “ARA Canal Beagle”. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/armada/superficie/unidades/transportes-multiproposito/transporte-ara-canal-beagle-b-3>>. Acesso em: 02 mai. 2023.



Figura 45 – Aviso “ARA Bahía Agradable”. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/armada/superficie/unidades/avisos/aviso-ara-bahia-gradable-23>>. Acesso em: 02 mai. 2023.



Figura 46 – Aeronave “Twin Otter DH6” da Força Aérea Argentina operando na Antártica. Disponível em: <<https://cancilleria.gob.ar/es/iniciativas/dna/antartida-argentina/logistica-y-medios-de-transporte>>. Acesso em: 02 mai. 2023.



Figura 47 – Helicóptero “Bell 412” da Argentina operando na Antártica. Disponível em: <<https://cancilleria.gob.ar/es/iniciativas/dna/antartida-argentina/logistica-y-medios-de-transporte>>. Acesso em: 02 mai. 2023.

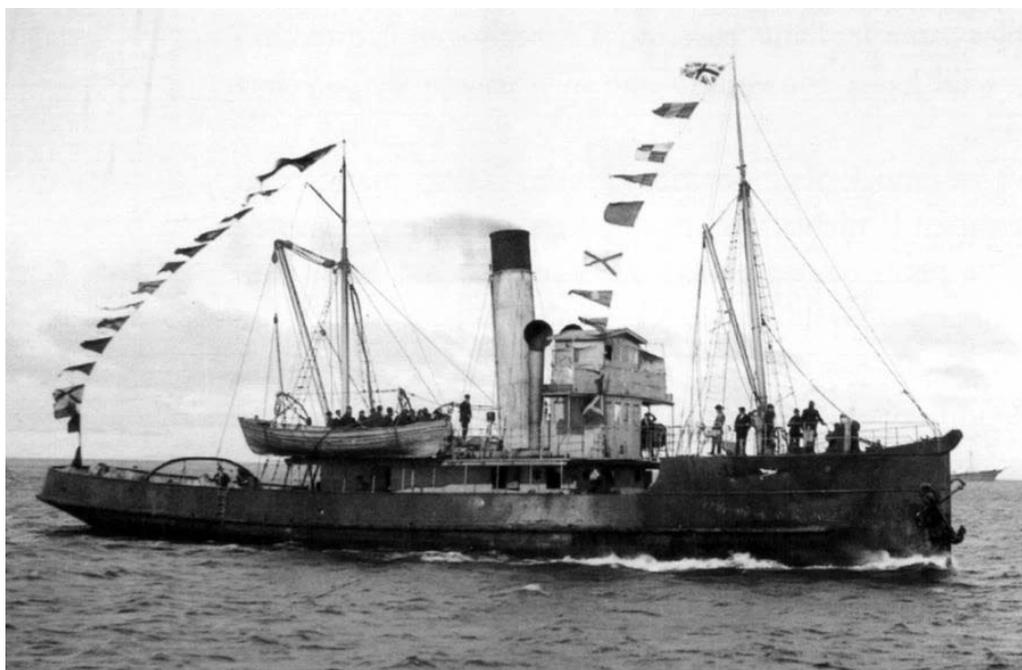


Figura 48 – Cortador “Yelcho”, da Marinha do Chile, que participou do histórico resgate à expedição comandada pelo Sir Ernest Shackleton. Disponível em: <<https://www.ruta-patagonia.com/Destino-Detalle-Descripcion.php?N=Escampio-Yelcho.php>>. Acesso em: 29 mai. 2023.



Figura 50 – Primeira Estação do Chile na Antártica. Foi inaugurada como Base *Soberanía* e atualmente é designada como Base Naval *Capitán Arturo Prat*. Disponível em: <https://www.inach.cl/inach/?page_id=12686>. Acesso em: 29 mai. 2023.



Figura 51 – Base *General Bernardo O'Higgins*, a segunda base chilena na Antártica. Disponível em: <https://www.inach.cl/inach/?page_id=12696>. Acesso em: 29 mai. 2023.



Figura 52 – Base *Presidente Gabriel González Videla*. Disponível em: <https://www.inach.cl/inach/?page_id=12689>. Acesso em: 29 mai. 2023.



Figura 53 – Base *Presidente Pedro Aguirre Cerda*. Manteve-se em operação entre 1955 e 1969, quando foi destruída por uma erupção vulcânica na Ilha *Deception*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=1347408178976685&set=a.401715490212630>>. Acesso em: 29 mai. 2023.



Figura 54 – Instalações da Base Científica *Luis Risopatrón*. Disponível em: <https://www.inach.cl/inach/?page_id=12700>. Acesso em: 29 mai. 2023.



Figura 55 – Primeiro pouso de uma aeronave C-130 “Icarus”, da Força Aérea do Chile, na Antártica, por ocasião da inauguração do aeródromo *Teniente Rudolfo Marsh Martín*, na Ilha Rei George, em 22 de março de 1980. Disponível em: <<http://qr.historiaaeronauticadechile.cl/hito09.html>>. Acesso em: 02 jun. 2023.

Recurrence of scientific activities in the CAT

ACTIVITIES	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
EARTH/OCEAN SCIENCES																		
Geology and vulcanology	x	x			x	x	x	x	x		x		x	x	x	x	x	
Glaciology							x		x	x				x	x			
Geodesy and cartography														x	x			
Geomagnetism										x								
Oceanography							x		x	x							x	
Limnology									x	x								
BIOLOGICAL SCIENCES																		
Marine Mammals			x	x	x				x	x			x	x			x	
Ornithology	x		x			x	x										x	
Land botany													x	x	x	x	x	
Marine biology	x																x	
Ecology of the soil	x	x	x		x		x	x	x	x								
Fish ecology									x	x			x	x	x	x	x	x
Inter-tidal ecology														x	x	x	x	
Benthonic communities								x		x	x			x	x			x
Human physiology														x	x			
Taxidermy								x										
DATA COLLECTING STATIONS																		
Seismological	x			x	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x
Tidal surges/Tide tables												x	x	x	x	x	x	x
Meteorological	x			x														
Ionospheric															x		x	
Remote sensors															x	x	x	x

Figura 56 – Tabela contendo registro de atividades científicas no Território Antártico Chileno entre os anos de 1964 e 1981.

Fonte: MERICQ (1987, p.103).



Figura 57 – Ato de assinatura da Política Antártica Nacional do Chile – 2000. Disponível em: <https://www.minrel.gob.cl/minrel/site/docs/20210723/20210723131954/3e_texto_de_politica_antartica_nacional_de_2000_c_foto_firma.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2023.

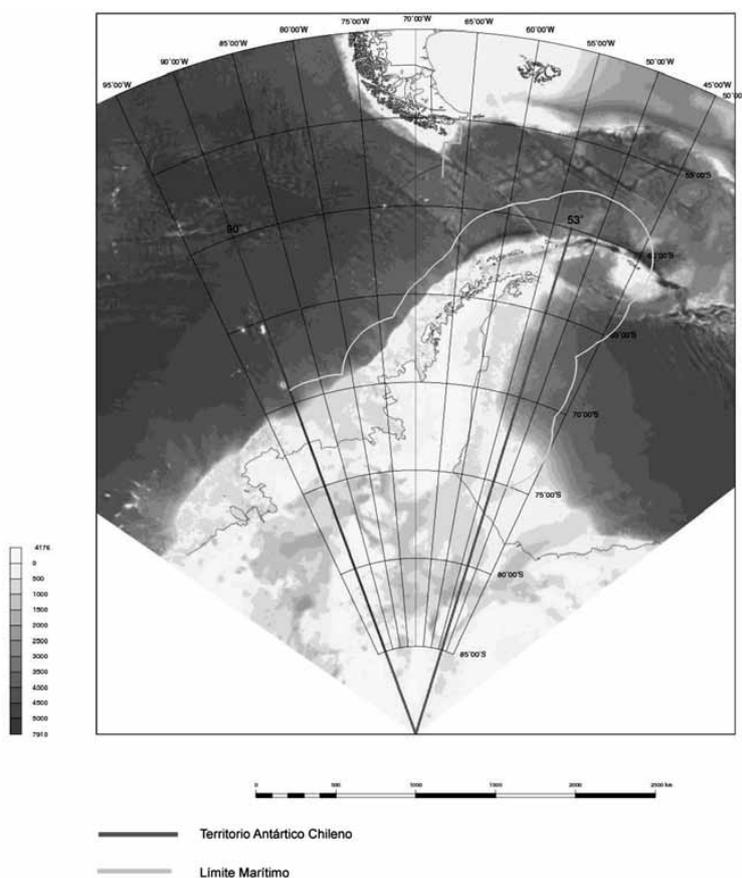


Figura 58 – Proposta de extensão da Plataforma Continental chilena atinente ao TAC. Fonte: OBANOZ e GALLEGOS (2012, p.119).

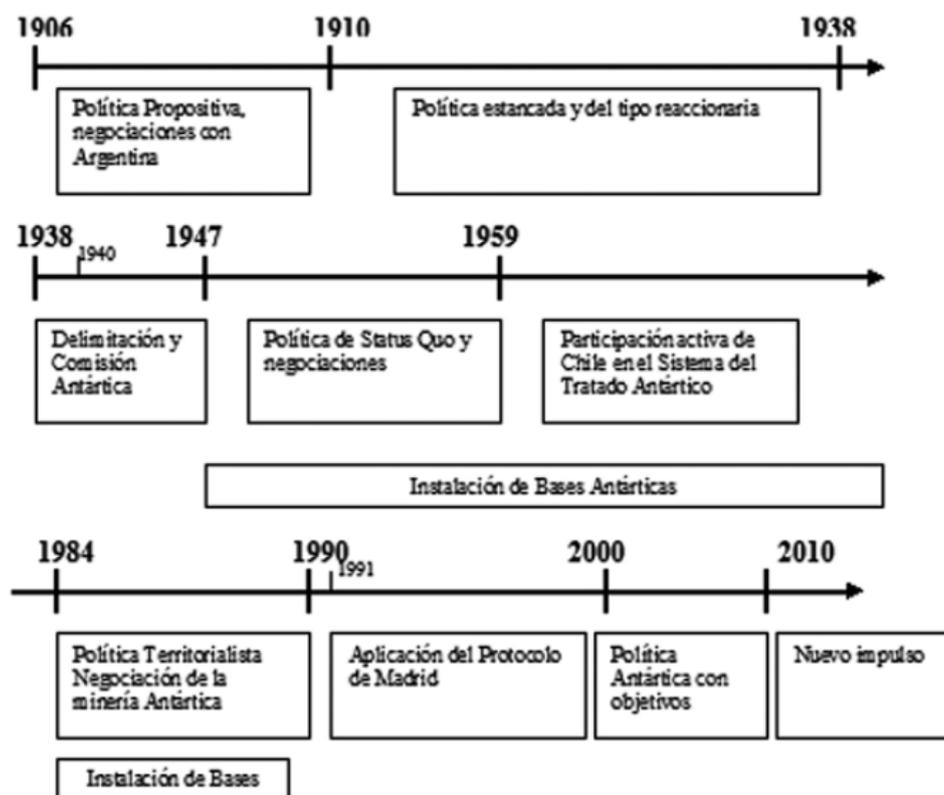


Figura 59 – Linha do Tempo da evolução da Política Antártica do Chile entre 1906 e 2012.
 Fonte: OBANOZ e GALLEGOS (2012, p.216).



Figura 60 – Registro do ato de inauguração, em 2014, da Estação Científica Polar Conjunta *Glaciar Unión* pelo presidente chileno Sebastián Piñera. Disponível em: <<https://www.inach.cl/inach/?p=10106>>. Acesso em: 03 jun. 2023.



Figura 61 – Estação Científica Polar Conjunta *Glaciar Unión*. Disponível em: <https://www.inach.cl/inach/?page_id=25075>. Acesso em: 03 jun. 2023.



Figura 62 – Registro do ato de lançamento ao mar do novo Navio Quebra-Gelo “Almirante Viel”, da Armada do Chile. Disponível em: <<https://elpais.com/chile/2022-12-27/chile-presenta-el-mayor-buque-rompehielos-de-sudamerica-con-una-inversion-de-210-millones-de-dolares.html>>. Acesso em: 03 jun. 2023.